



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

OLIVIA IRINE REIS SOUTO

**TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: bases
históricas e estruturais da superexploração da classe trabalhadora em
Capela/SE**

São Cristóvão – SE
2025

OLIVIA IRINE REIS SOUTO

TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: bases históricas e estruturais da superexploração da classe trabalhadora em Capela/SE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Prof.^a Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

Linha de Pesquisa: Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S726t Souto, Olivia Irine Reis
Trabalho na agroindústria canavieira: bases históricas e estruturais da superexploração da classe trabalhadora em Capela/SE / Olivia Irine Reis Souto ; orientadora Nelmiros Ferreira da Silva. – São Cristóvão, SE, 2025.
136 f.; il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Serviço social. 2. Trabalho. 3. Agroindústria canavieira - Trabalhadores - Exploração - Capela/SE. 4. Força de trabalho. 5. Capitalismo. I. Silva, Nelmiros Ferreira da, orient. II. Título.

CDU 364:331(813.7)

OLIVIA IRINE REIS SOUTO

TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: bases históricas e estruturais da superexploração da classe trabalhadora em Capela/SE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Prof.^a Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Nelmiros Ferreira da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe/UFS

Prof Dr^a Magaly Nunes de Gois
Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe/PRONESE

Prof Dr^a Tereza Cristina Santos Martins
Universidade Federal de Sergipe /UFS

Prof^a Dr^a Catarina Nascimento de Oliveira (Examinador Suplente)
Universidade Federal de Sergipe/UFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dra. Nelmires, pela valiosa orientação e suporte pedagógico.

À banca examinadora, Prof.^a Dra. Tereza, Prof.^a Dra. Magaly e Prof.^a Dra. Catarina, pelas considerações essenciais da qualificação para a avaliação final.

Ao Secretário do PROSS, Walter, pelo apoio institucional.

Ao GETEQ/UFS, pelo acolhimento e espaço de aprendizado.

À FAPITEC, pelo financiamento deste estudo.

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi analisar as bases históricas e estruturais da superexploração do trabalho na agroindústria canavieira, examinando os arranjos do modelo de reorganização/reestruturação do trabalho na contemporaneidade, no município de Capela, Sergipe – Brasil. Ao longo da construção da pesquisa, considerou-se a expansão e o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, que floresceu subordinado à reprodução ampliada do capital mundial. Procedeu-se ao resgate das desigualdades sócio-históricas e econômicas, na tentativa de apreender as particularidades do labor no complexo agroindustrial canavieiro. A reorganização do trabalho no campo desencadeou a intensificação da produtividade no corte manual e a diminuição do número de empregados/as com a introdução de colheitadeiras. Capela, historicamente, tem a produção de açúcar e álcool como principal pilar econômico. Trata-se de um município marcado pelo latifúndio, que desemboca na monocultura da cana, a qual produz grandes desigualdades e impactos para todos/as os/as cidadãos/ãs. O processo investigativo adotou a abordagem do método materialista e histórico-dialético para compreender as contradições presentes no espaço da produção canavieira, a partir da relação entre capital x trabalho, sob a perspectiva analítica da crítica da economia política, apreendendo a estrutura e o movimento do objeto para além da pseudoconcretude do mundo real (Kosik, 1961). Trata-se de uma investigação de natureza quali-quantitativa, do tipo bibliográfica e documental, que possibilitou a utilização de diferentes fontes, permitindo o levantamento de dados por meio de *sítios* do Ministério do Trabalho e Emprego, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Os resultados apontam as intensas desigualdades sociais, raciais e de gênero, bem como aquelas decorrentes da concentração fundiária na atualidade — um modelo ideal para a predominância da monocultura. Essas marcas influenciam diretamente a organização do trabalho no setor canavieiro capelense. Os/as trabalhadores/as ligados/as à cultura da cana-de-açúcar são majoritariamente homens, representando mais de 90% do total. Também apresentam baixa escolaridade: cerca de 64% deles não concluíram o quinto ano do ensino fundamental. Além disso, 93% se autodeclararam negros (80% pretos e 13% pardos). Os/As cortadores/as de cana recebem, em média, cerca de 50% a menos do que os/as trabalhadores/as da colheita mecanizada.

Palavras-Chave: Capitalismo; Trabalho; Agroindústria Canavieira; Superexploração do Trabalho; Município de Capela.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the historical and structural bases of labor superexploitation in the sugarcane agroindustry, examining the arrangements of labor reorganization/restructuring in contemporary times in the municipality of Capela, Sergipe, Brazil. Throughout the research, the expansion and development of Brazilian dependent capitalism were considered, which flourished subordinated to the expanded reproduction of global capital. Socio-historical and economic inequalities were examined to understand the particularities of labor in the sugarcane agroindustrial complex.

The reorganization of field labor led to the intensification of productivity in manual cutting and a reduction in the number of employees with the introduction of harvesters. Historically, Capela has sugar and ethanol production as its main economic pillar. The municipality is characterized by large estates (*latifundia*), resulting in sugarcane monoculture, which generates significant inequalities and impacts for all its citizens.

The investigative process adopted a materialist and historical-dialectical methodological approach to understand the contradictions present in sugarcane production, based on the capital-labor relationship and from the analytical perspective of political economy critique, grasping the structure and dynamics of the object beyond the pseudo-concreteness of the real world (Kosík, 1961). The study is of a quali-quantitative nature, bibliographic and documental, which allowed the use of multiple sources, enabling data collection from the Ministry of Labor and Employment, the Annual Social Information Report (RAIS), and the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), using the Brazilian Classification of Occupations (CBO).

The results reveal intense social, racial, and gender inequalities, as well as those stemming from land concentration today—a model conducive to the predominance of monoculture. These conditions directly influence the organization of labor in Capela's sugarcane sector. Workers in sugarcane cultivation are predominantly male, representing over 90% of the total, and exhibit low educational attainment, with approximately 64% not having completed the fifth grade of elementary school. Furthermore, 93% self-identified as Black (80% Black and 13% mixed-race). Sugarcane cutters earn, on average, about 50% less than workers in mechanized harvesting.

Keywords: Capitalism; Labor; Sugarcane Agroindustry; Overexploitation of Labor; Municipality of Capela.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Safra mecanizada da região Centro-Sul	14
Tabela 2 - Safra da cana colhida pelo modelo tradicional na região Nordeste	15
Tabela 3 - Produção Variável de Cana-de-Açúcar (2010-2020-2023)	93
Tabela 4 - Famílias Cadastradas no CADÚNICO do município de Capela	97
Tabela 5 - PIB do Município de Capela/SE (2013 a 2021)	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Beneficiários do Programa Mão Amiga	100
Gráfico 2 - Faixa Etária dos/as Cortadores/as de Cana-de-Açúcar (2011-2021)	111
Gráfico 3 - Estrutura Etária dos/as trabalhadores/as em Capela/SE (2021)	112
Gráfico 4 - Escolaridade dos/as Cortadores/as de Cana-de-Açúcar do Município de Capela/SE	116
Gráfico 5 - Estrutura Racial dos/as Trabalhadores/as em Capela/SE (2004-2021)	118
Gráfico 6 - Estrutura racial dos/as Trabalhadores/as em Capela/SE (2020)	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização territorial do município de Capela/SE	18
Figura 2 - Cartografia da região Cotinguiba e os principais rios e os centros urbanos do século XIX	83
Figura 3 - Bandeira do Município de Capela/SE	89
Figura 4 - Distribuição das Usinas Canavieiras no Estado de Sergipe	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAI	Complexo Agroindustrial Canavieiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
IGBE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MODERAGRO	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais
MODERFROTA	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCÁRVÃO	Programa Nacional de Carvão
PROÓLEO	Programa Nacional de Óleo
PRORENOVA	Apoio à renovação e implantação de Novos Canaviais
PRONESE	Emprese de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAMAM	Sociedade Anônima Manoel Aguiar Menezes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. ANTECEDENTES: formação socio-histórica e econômica do Brasil.....	29
2.1 A formação do capitalismo dependente latino-americano brasileiro	29
2.2 – Latifúndios: formação do capitalismo no campo brasileiro	38
2.3- Escravidão colonial: prelúdio da monocultura da cana-de-açúcar.....	51
3. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: exploração da força de trabalho no campo	62
3.1-Transformações no mundo do trabalho e a dinâmica atual da superexploração.....	62
3.2- Reestruturação produtiva no campo Brasileiro e Nordeste: indústria canavieira.....	69
3.3-Modernização agroindustrial em Sergipe e as particularidade do trabalhador	79
4. A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPELA/SE	89
4.1- Os efeitos da expansão do setor sucroalcooleiro no município de Capela/SE na atual conjuntura, marco do século XXI.....	89
4.2- A Superexploração do Trabalho na Agroindústria Canavieira Capelense.....	101
4.3- O/A Trabalhador/a da Agroindústria Canavieira no Mercado Formal no Município de Capela/SE	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	127

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as determinações do trabalho na agroindústria canavieira no espaço sergipano, marco da atual década do século XXI. A demarcação geográfica é o município de Capela/Se – segundo maior produtor de cana-de-açúcar do estado. Considerando a esfera nacional, a formação social, histórica e econômica do Brasil tem como fundamento basilar três pilares: a empresa comercial, o latifúndio e o trabalho compulsório, que é uma característica presente em toda a América Latina (Fausto, 2009). O território latino-americano é um espaço de veias abertas, e a sua constituição nada mais é do que “a história do desenvolvimento do capitalismo mundial” (Galeano, 2022, p. 18). Em um transcurso que determina a divisão do trabalho, existirão os países que dispõem desse processo e vencem; conseqüentemente, outros irão perder (Galeano, 2022).

O capitalismo, a partir do seu desenvolvimento desigual e combinado¹ traz repercussões para o campo desde a década de 1960 do século XX. A reorganização do mercado de trabalho agroindustrial obteve seu ponto de partida nas primeiras décadas do século XXI, frente à intensificação dos processos de inserção de inovações técnico-científicas para alavancar os setores produtivos. Esse processo é intensamente vinculado ao período de expansão capitalista e, conseqüentemente, à industrialização no campo com crescente incorporação do trabalho morto. Dessa forma, o cultivo da cana-de-açúcar toma uma maior extensão com a nova dinâmica dos arranjos produtivos para super ampliar a dinâmica da acumulação em tempo de ondas de crises do capital.

O sistema de mecanização da colheita que vem sendo pensado e discutido está presente em todos os estados produtores, com grande destaque em regiões tradicionais no processo de produção e abastecimento do mercado nacional e internacional. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) estima que, no Brasil, se consolide a mecanização cujo processo de inserção/incorporação vem se expandindo desde a década de 1960 em diversas regiões do País.

Ao longo dos anos as safras sofreram grandes modificações na sua estrutura de produção, principalmente pela substituição do modelo tradicional (corte manual) pela colheita mecanizada. A região Centro-Sul (sudeste e centro-oeste) está concentrada o maior polo

¹ Através dos seus estudos e análises das particularidades do desenvolvimento social da Rússia, Trotsky produz o que pode ser considerado uma de suas maiores contribuições teóricas ao movimento socialista. Refiro-me aqui à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, considerada por Ernst Mandel como a principal colaboração de Leon Trotsky a teoria marxista (Lowy, 1998).

nacional, além de dispor de um grande aparato tecnológico, detendo 98,6% do processo produtivo mecanizado. Essa região, especialmente em alguns estados, tem incrementado políticas públicas com foco em exponencializar o agronegócio e abastecer o mercado internacional (Conab, 2023).

Diante disso, a Tabela 1 demonstra que, na região Centro-Oeste, a mecanização varia entre 98,8% e 100%, destacando-se MT e MS, que alcançaram 100% de mecanização em todos os anos. Já na região Sudeste, os estados de SP e MG apresentam, atualmente, 99,2% e 97,6%, respectivamente. O estado do ES, em 2021, caiu de 80,9% para 74,1% em 2022 e permaneceu no mesmo patamar em 2023. Em relação ao estado do Rio de Janeiro, o processo de mecanização ainda é baixo e permanece praticamente estagnado ao longo dos anos, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1 - Safra mecanizada da região Centro-Sul

REGIÃO	2021	2022	2023
SUDESTE	96,4	98,1	98,4
MG	97,9	97,6	97,6
ES	80,9	74,1	74,1
RJ	19,8	17,6	17,6
SP	96,9	99,2	99,2
CENTRO-OESTE	98,8	99,4	99,4
MT	100	100	100
MS	100	100	100
GO	97,8	98,8	98,8

No que se refere à região Nordeste do país, verifica-se atualmente um crescimento da safra entre 2023/2024, com cerca de 23% de mecanização introduzida em setores que receberam inovações e investimentos financiados por políticas governamentais. Contudo, a colheita

manual permanece predominante, principalmente nos estados de Sergipe, Pernambuco, Bahia e Piauí. Os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte vêm reduzindo significativamente a colheita manual ao longo dos anos. O Maranhão apresenta o maior índice de colheita mecanizada da região Nordeste, contudo, aproximadamente 70% da colheita da região nordestina é realizada mediante o modelo tradicional. Como é possível observar através da tabela 2.

Tabela 2 - Safra da cana colhida pelo modelo tradicional na região Nordeste

	2021	2022	2023
REGIÃO			
NE	77,7	74,0	73,0
MA	21,3	21,9	16,3
PI	100,0	87,0	86,0
RN	48,5	49,8	24,4
PB	75,9	91,7	65,2
PE	96,5	87,9	94,5
AL	70,8	62,8	45,2
SE	91,6	87,0	83,0
BA	86,8	78,9	77,3

Fonte: Conab, 2023, elaborado pela autora

O estado de Sergipe iniciou o processo de mecanização em 2015/2016, com um percentual de 15,5%. Na safra seguinte (2016/2017), houve uma redução para 11,5%, mantendo-se a tendência de queda em 2017/2018, quando o índice atingiu 6,2%. Em 2018/2019, o percentual praticamente dobrou, alcançando 12%, mas voltou a decrescer em 2019/2020, registrando 7,5%. Nos anos subsequentes, os índices foram de 8,7% (2020/2021) e 8,3% (2021/2022), voltando a crescer em 2022/2023 para 13%. Finalmente, em 2023/2024, o estado atingiu 22,9% de mecanização (Conab, 2023).

A atividade canavieira está ligada à própria composição do território brasileiro, enquanto o ciclo da cana-de-açúcar atingiu significado no papel na acumulação primitiva de

capital, no período colonial. Posto isso, o trabalho que anteriormente era realizado por escravizados/as, hoje far-se-á por trabalhadores/as livres, conforme Marx (2002), *livres para vender sua fora de trabalho*. No entanto, essas relações são carregadas por marcas do passado. Aqueles que desenvolvem a atividade canavieira são submetidos/as a longas jornadas de trabalho, desempenham um rigoroso esforço físico, atrelado a movimentos repetitivos, e somado ao pagamento por produção, e a adição de maquinário que é o principal fator de impulsionamento de grandes ritmos de trabalho.

Diante disso, considerando as complexas dimensões que caracterizam o espaço rural, a motivação que despertou o interesse em compreender as dinâmicas do mercado de trabalho canavieiro remonta à infância, uma vez que a pesquisadora cresceu no município sergipano de Capela, marcado pela presença de usinas de cana-de-açúcar. Consequentemente, as dinâmicas produzidas pelo setor sucroalcooleiro fazem parte do cotidiano das pessoas capelenses e, possivelmente, de todo o território sergipano. Em razão da formação socio-histórica e econômica de Sergipe, o açúcar assumiu um papel de destaque, exercendo predominância na economia local. Além disso, trata-se de um território historicamente estruturado pelo latifúndio, o que favoreceu a monocultura da cana-de-açúcar, resultando em profundas desigualdades e impactos sociais para a população.

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso² possibilitou à pesquisadora maior familiaridade com a temática, inicialmente a partir de uma abordagem mais geral. A universidade, enquanto espaço formativo, permitiu a construção de vínculos que viabilizam o aprofundamento teórico. Nesse sentido, com base nas discussões promovidas pelo Serviço Social acerca da produção e reprodução do capital e suas repercussões nas desigualdades sociais, étnico-raciais, gênero e com a terra presentes no setor canavieiro. “O serviço social atua junto às diversas expressões do embate da relação capital/trabalho que se singularizam em seu cotidiano por meio de mediações histórico-culturais particulares” (Sant’ana, 2012, p. 148).

Cabe salientar que, embora existam estudos que tratem do trabalho nos canaviais em Sergipe realizados por outros programas, é imprescindível que essa discussão também seja incorporada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, pois se trata de um campo de investigação ainda incipiente, mas de vasta importância para a vida daqueles que exercem a atividade canavieira, bem como para os movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil.

² Santos, Olívia Irine Reis. As relações de Trabalho nos canaviais. Trabalho de Conclusão de Curso, 2021.

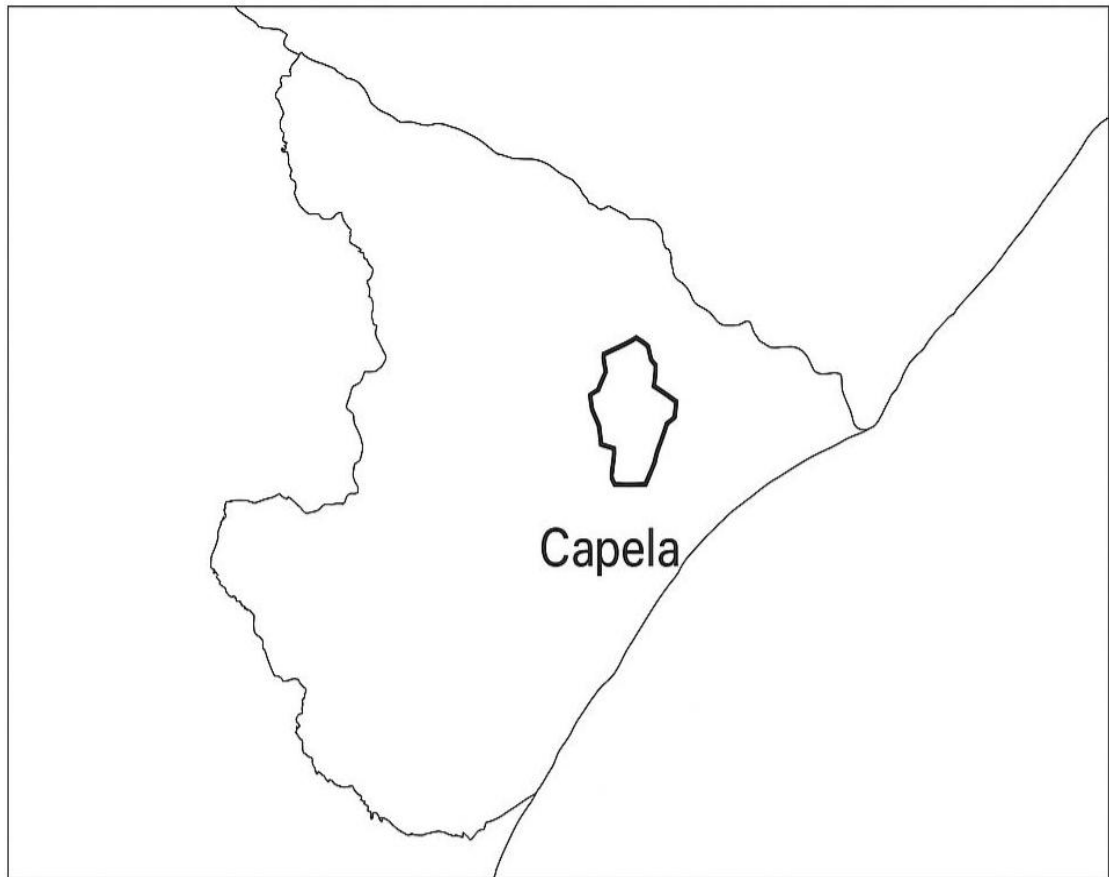
Diante disso, torna-se necessário estreitar os diálogos com essas discussões, considerando que a pós-graduação constitui um espaço privilegiado para a formação continuada e para a produção de conhecimento científico, além de tratar de questões de relevância social e fomentar reflexões centrais sobre a vida da classe trabalhadora. Ademais, o presente estudo contribui para impulsionar saberes na linha de pesquisa “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”.

Por essas razões, emergiu o desejo de dar continuidade aos estudos para compreender, de maneira mais objetiva, as contradições presentes no trabalho na agroindústria canavieira, a partir da reorganização do trabalho no campo, e evidenciar as engrenagens particulares que geram a superexploração do trabalho nesse setor. Assim, torna-se possível analisar as incumbências provocadas pela superexploração da classe trabalhadora, associada também ao racismo, ao colonialismo e à propriedade privada da terra, desdobradas no contexto do capitalismo dependente.

Por isso, faz-se necessário compreender as permanências e marcas deixadas pelo passado colonial e escravista, que ainda hoje impõem determinações e estão correlacionadas à coexistência entre o moderno e o arcaico, característica do processo de acumulação primitiva. Trata-se de uma história que mantém marcas abertas e que repercute, sobretudo, nas atividades da lavoura. Em Sergipe, a economia açucareira é presente em toda a sua extensão geográfica, todavia, a região do Cotinguiba possuía forte soberania, pois “respondia por 3/4 da produção açucareira no início do século XIX, enquanto a pecuária se deslocava em direção ao agreste e ao sertão” (Subrinho, 2007, p. 2).

Capela - Área do Estudo

Figura 1 - Localização territorial do município de Capela/SE



Fonte: (Adaptado IBGE, 2022).

Na coleta manual da cana-de-açúcar, o/a trabalhador/a pode ser comparado a um atleta, uma vez que no exercício do trabalho é exigido percorrer longas distâncias que necessitam de maior preparo físico, sendo um verdadeiro maratonista. Fora que, por ser desempenhada no campo, é constantemente condicionada a agentes externos, chuva, sol, calor escaldante, que torna essa atividade mais desgastante (Alves, 2006).

Juntamente com o pagamento por produção, os/as usineiros/as também utilizam a média diária de produtividade como parâmetro para o desempenho. Para continuar trabalhando nos canaviais, o/a trabalhador/a precisa produzir, no mínimo, a média fixa diariamente, de modo que toda responsabilidade de bater/cumprir a meta diária recaia sobre ele/as. Fora isso, o denominado “olhômetro” é uma ferramenta utilizada para “pesar” a cana cortada, que deveria ser realizada por balanças. Outrossim, por indisponibilidade ou como forma para trapaceá-los os “olhos” que passam a ser a forma de medição. Ademais, torna-se progressivamente mais difícil o/a trabalhador/a conseguir empregos formais, e a cana-de-açúcar passou a ser a única forma que garante a sua sobrevivência. O/a trabalhador/a é obrigado a adentrar nas mais

diversas e precárias condições para poder executar suas atividades cotidianas no campo, em um sistema que é capaz de substituir, quase integralmente, a força de trabalho humana por maquinário, ao mesmo tempo preserva formas laborais pré-capitalistas.

Considerando isso, o Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) e a Polícia Federal (PF), em meados de janeiro de 2022 resgatou 11 pessoas que trabalhavam no corte da cana em Sergipe, alojadas em dormitórios insalubres, sem camas eles dormiam em plásticos, configurando entre outras relações, análogas ao trabalho escravo. Submetidos/as as péssimas condições de trabalho, a maioria não possuía registro na carteira de trabalho, além de salários com descontos ilegais, abaixo do mínimo (MPT, 2022).

Na agroindústria canavieira “a opção pela colheita mecanizada não tem como objetivo melhorar as condições do trabalho vivo, mas otimizar a produtividade/lucratividade. Por outro lado, convém ressaltar o baixo custo da força de trabalho do/a cortador/a de cana, o que também explica a alternativa da sua utilização” (Araujo, 2013, p. 65). A incorporação de colhedoras mecânicas nos canaviais gera uma maior produtividade. Simultaneamente, sinaliza uma diminuição dos postos de trabalho dos/as cortadores/as de cana. Logo, a diminuição deles/as e as modificações da atividade do campo nas usinas, promove discussões entre os/as trabalhadores/as da mecanização e exclusão daqueles/as que desenvolvem a atividade manual desses postos. A mecanização da colheita ocasiona em consequências diretas nas relações de trabalho, “além de impactar negativamente as formas de resistência, acrescenta novas exigências laborais, remetendo a um quadro de insegurança e vulnerabilidade para o conjunto destes/as trabalhadores/as” (Salata, 2013 p. 13-14).

Com a implantação do maquinário no campo, as jornadas de trabalho tornaram-se mais longas e intensas, pois o/a trabalhador/a precisa acompanhar os avanços tecnológicos, ou melhor, o ritmo que a implementação de maquinário impõe, para se manter exercendo essa atividade. A partir dos anos de 1990, o processo produtivo para os/as trabalhadores/as do campo se intensificou significativamente. Os/as trabalhadores/as que anteriormente já cortavam grandes quantidades de cana-de-açúcar, com a introdução tecnologia o trabalho praticamente dobrou.

A inovação das formas de exploração nos canaviais torna o trabalhador/a no único/a responsável pela sua atuação. Na verdade, dentro desse processo, ele/a passa a disputar consigo e com o “maquinário” obter maiores resultados. O pagamento por produção é uma modalidade de salário por peça, a intensificação do ritmo de trabalho e o acréscimo de maquinário, já era discutida amplamente por Karl Marx no O capital. Logo, a modalidade de salário por produção

significa basicamente que quanto mais o/a trabalhador/a cortar a cana, maior será o seu salário. Desta forma,

dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade. É igualmente do interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois assim aumenta seu salário diário semanal (Marx, 2017, p. 624-625).

O pagamento do salário por produção revela-se como extremamente benéfico e lucrativo para os capitalistas, uma vez que a intensificação do trabalho acontece somente pelo/a cortador/a de cana, ou seja, não precisa que se faça nenhum investimento para gerar aumento da produção. Isso depende unicamente do esforço individual do/a próprio/a trabalhador/a. Nesse sentido, é

[...] um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade (Silva, 1999, p. 86).

A expansão das plantações da cana-de-açúcar ocorre porque é extremamente rentável para o capital, uma vez que a produção sucroalcooleira passa a ter mais relevância no cenário internacional, com o álcool enquanto uma nova possibilidade de combustível.

Sendo o detentor de cerca de 21% da produção mundial de açúcar, o Brasil é o maior produtor absoluto em esfera global. Esse produto é utilizado tanto para a indústria alimentícia (diretamente com o açúcar ou na formação de outros ingredientes alimentícios), bebidas e a indústria farmacêutica. Cerca de 70% do açúcar produzido em solo nacional é exportado, isso representa aproximadamente 42% das exportações internacionais (Única, 2023). Com a matéria-prima da cana também se produz o etanol e a bioeletricidade.

As estimativas da produção de cana-de-açúcar na safra 2021/22 foi de 578.768,1 mil toneladas e safra 2022/23 foi de 610.131,4 mil toneladas, isso significa um crescimento de 5,4% e safra 2023/24 foi de 637.092,6 mil toneladas o que corresponde a um aumento de 4,4% (Conab, 2023).

Já na produção de etanol na safra 2021/22 foram produzidos 26.402 bilhões de litros; na safra 2022/23 a produção foi de 26.596 bilhões de litros e na safra 2023/24, que é a atual,

produziu até o momento 27.531 bilhões de litros (Conab, 2023). Para compreender a dimensão do mercado do setor da agroindústria canavieira, é fundamental que se busque informações sobre o processo de trabalho. Apoiado em dados produzidos pelas empresas que desenvolvem essas atividades.

Na safra de 2023/2024, o Brasil bateu recordes de exportação de açúcar. O valor dessas ações cresceu substancialmente, alcançando US\$ 18,3 bilhões, esse aumento foi de 60% considerando a safra anterior. Existiu um estímulo para se fabricar açúcar em detrimento do etanol. Aproximadamente 30% do açúcar produzido é destinado à Ásia, os principais países são China, Índia e Indonésia (Conab, 2024).

Os avanços tecnológicos aplicados no advento do cultivo da cana-de-açúcar não dispõem de equipamentos necessários para substituir por completo o modelo tradicional. Já que não seria uma estratégia rentável para o agronegócio. As irregularidades do solo é um fator determinante, pois quando semeada em declives o maquinário não consegue ser utilizado, por essa razão é requisitado o trabalhador/a que realize o corte da cana-de-açúcar pelo modelo tradicional.

No entanto, é no terreno linear que o/a trabalhador/a consegue obter um maior rendimento. Pois, nos solos irregulares a produtividade cai, uma vez que a atividade passa a ser mais difícil, outro fator que prejudicial ao corte é a “cana deitada”, essa também só é possível ser colhida com os/as trabalhadores/as manuais, uma vez que devido a sua inclinação, o maquinário não pode elaborar um bom corte. Por isso, nessas situações, os cortes são feitos de forma tradicional, as adversidades encontradas em cada terreno, o/a trabalhador/a para colher a cana precisa gerar mais esforço em relação às condições propícias (Araújo, 2013). O/A trabalhador/a que exerce atividade manual só é requisitado porque é a estratégia mais lucrativa, o investimento em aparato tecnológico eficiente para substituí-los não é efetivamente rentável nesse tipo de solo, essa é uma característica de regiões como o município de Capela-SE.

Consequentemente, é factível que as inovações tecnológicas não provoquem modificações apenas nas relações produtivas, como também favorecem diretamente a precarização nas condições de subsistência do conjunto da classe trabalhadora, ocasionando mais pobreza. Por outro lado, para os capitalistas é vantajoso, já que esse é um movimento que promove o crescimento do capital (Lima, 2018).

De acordo com Guanais (2010), as usinas de cana-de-açúcar, para garantir a ampliação da produção dos/as trabalhadores/as, permanentemente inovam nas formas de incentivar o corte de uma maior quantidade de cana. Assim, o atrelamento do salário à produção leva a uma maior exploração da força de trabalho. Se o crescimento da produtividade, como aponta Alves (2006),

levou os/as trabalhadores/as nos anos de 1950 a cortarem em média 3 toneladas de cana-de-açúcar por dia, na década de 1980 a produtividade dobrou e mais uma vez expandiu para 12 toneladas por dia nos anos de 1990.

Ao incentivar o crescimento da produção, as empresas contribuem para a geração de competitividade. Isso provoca um maior nível de exploração nas relações de trabalho no campo. Portanto, o capital consegue acumular cada vez mais as riquezas socialmente produzidas, e acompanhado pelo respaldo direto e/ou indireto do Estado, em um cenário que a cadeia produtiva alcança contornos impiedosos perpassando os direitos trabalhistas, e se aproximando das discussões sobre direitos humanos (Sant’ana, 2012).

As atividades desenvolvidas nos canaviais recaem para “homens e mulheres que se defrontam com o processo de estranhamento que inclui diferentes formas de exploração/dominação” (Silva, 2013, p. 35). A dinâmica de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar contribuiu no sistema de exploração do trabalho. Levando em conta que o receio do desemprego faz com que esses/as trabalhadores/as a cheguem ao máximo do esforço que seu corpo aguenta. Nessa perspectiva, é importante investigar a exploração, controle e dominação do/a trabalhador/a do setor canavieiro e os impactos carregados pela modernização do campo.

Vale salientar que existem estudos que tratam das relações nos canaviais em Sergipe, desenvolvidos em outros programas da Universidade Federal de Sergipe (Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs, dissertações etc.). O Programa de Pós-Graduação em Geografia, por exemplo, apresenta seis trabalhos; o de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente apresenta um trabalho; e o Departamento de Engenharia de Produção também.

Assim, é imprescindível que essa discussão seja incorporada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFS **da Universidade Federal de Sergipe**, já que se trata de um campo de investigação incipiente, contudo, detentor de vasta magnitude para a vida daqueles/as que exercem essa atividade, também dos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, além de afinidade a dimensão ético-política do projeto profissional dos/as assistentes sociais brasileiros/as. Logo, torna-se imprescindível aproximar esse debate que perpassa a dimensão formativa e do exercício profissional em Serviço Social no Brasil na contemporaneidade.

Dessa forma, o cultivo e produção da cana-de-açúcar tomam uma maior extensão com a nova dinâmica de reestruturação do trabalho. A modernização associada com a monocultura contribui para as desigualdades no campo e concentração de terras. Para Martins (1980) as repercussões do trabalho afetam tanto os/as lavradores/as no campo, quanto os/as operadores/as dos maquinários, porém de maneiras distintas.

Diante disso, a presente dissertação tem como **objeto do estudo** o trabalho na nova organização das relações produtivas da agroindústria canavieira, no âmbito das particularidades do capitalismo brasileiro, bases para a superexploração da classe trabalhadora em Capela/SE. Outrossim, inferimos com base no panorama geral os objetivos desta pesquisa são: **Objetivo Geral** é analisar a superexploração do trabalho na agroindústria canavieira, examinando os arranjos do modelo de reorganização de trabalho na contemporaneidade no município de Capela, Sergipe – Brasil. Os **Objetivos Específicos** são levantar os determinantes históricos, sociais e econômicos do trabalho a partir de traços do capitalismo dependente nas particularidades de Capela-Se; Examinar as transformações nas relações e condições de trabalho no setor sucroalcooleiro na atual década e analisar as dinâmicas da superexploração do trabalho no setor canavieiro em Capela/Se na atualidade.

Para apreender as labirínticas relações entre capital X trabalho os **procedimentos metodológicos** aqui descritos não servem apenas para descrever o objeto, mas para atender as questões das relações de trabalho na agroindústria canavieira. Pois, é “O real, o movimento da história, deve ser o momento predominante do processo investigativo” (Lessa, 2007, p. 14). Outrossim, “é o objeto que deve fornecer a subjetividade os parâmetros decisivos para o desenvolvimento da teoria” (Lessa, 2007, p. 14). Considerando o contexto exposto, o percurso da pesquisa ocorre pela seguinte **hipótese**: na reorganização do trabalho, o incremento de novas tecnologias na agroindústria canavieira modifica as relações produtivas contribuindo para a superexploração do/as trabalhador/a.

Portanto, as inquietações referentes ao estudo desencadearam algumas **questões norteadoras**: *qual/quais o/os determinante/es para a superexploração do/a trabalhador/a da cana-de-açúcar em Capela-Se na atualidade? Quais as principais mudanças nas condições e relações de trabalho nos canaviais nos pós incremento tecnológico em Capela-Se?*

Por conseguinte, os procedimentos metodológicos iniciaram-se com o levantamento bibliográfico e documental, realizado a partir de consultas a repositórios acadêmicos, como *Scielo*, *Google Scholar*, banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como também levantamento realizado na biblioteca central da UFS. Foram também utilizados dados oficiais disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), além do Censo Agropecuário (2017) e outros dados do setor agropecuário, e dados fiscais disponibilizado pelo Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE), ainda se recorreu através da Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD) informações referentes ao Cadastro

Único que é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), assim como indicadores disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

A partir disso, criteriosamente foram escolhidos textos que tratam das relações de trabalho na agroindústria canavieira, com destaque na superexploração e nas reorganizações do trabalho e o impacto nos cortadores da cana. Diante disso, as obras clássicas da teoria marxista da dependência serviram de base teórica. A categorização ocorreu a partir das leituras.

Com base nas pesquisas bibliográficas, é importante sinalizar que alguns autores/as têm contribuições teóricas para amparar o conhecimento de maneira prévia com relação ao capitalismo; a formação histórica e econômica do Brasil; colonialismo e latifúndio sendo utilizado: Karl Marx (2017, 1996a); Theotonio dos Santos (2011, 1968); Ruy Mauro Marini (1973); Caio Prado Júnior (1994); Florestan Fernandes (1975); Celso Furtado (2005); Clóvis Moura (1988); Eduardo Galeano (2022); Jaime Osório (2009, 2016, 2018) e Vera Lucia Amaral Ferlini (1998; 2003). Já em relação transformações do mundo do trabalho, reestruturação produtiva no setor agroindustrial e a modernização do campo em Sergipe recorreu-se a Theotonio dos Santos (1986); Geraldo Augusto Pinto (2013); Ricardo Antunes (2004); Giovanni Alves (2007); Octavio Ianni (1978); Aparecida de Ângelo Teixeira (1999), Manuel Correia de Andrade (1994); Tomás Szmrecsány (1979) e Pery Francisco Assis Shikida (1997); Maria da Gloria Santana de Almeida (1984) e Josué Modesto dos Passos Subrinho (1983). Em relação a superexploração do trabalho em Capela/SE, intensificação, jornada, precarização foram utilizadas: Karl Marx (2017, 1996a, 1996b); Ruy Mauro Marini (1973); Francisco Alves (2006, 2008); Juliana Biondi Guanais (2010, 2016); Tereza Cristina Santos Martins (2012a, 2012b).

Para a pesquisa documental foram produzidas a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), utilizando, especificamente os códigos 01.13-0 que trata do cultivo de cana de açúcar, o 1072-4/01 referente a fabricação de açúcar-de-cana refinado e fabricação de açúcar bruto e 0161-0/03 relacionado com o serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita. Com base no exposto, foram utilizados dados disponibilizados pelo MTE, através da RAIS e do CAGED.

As transformações operadas na agroindústria canavieira pelo incremento da mecanização rebatem nos/as trabalhadores/as presentes em todo processo produtivo, sendo utilizada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Em consideração a isso, os/as trabalhadores/as dos canaviais foram divididos/as em dois grupos: trabalhadores/as que

desenvolvem a atividade manuais e trabalhadores/as que desenvolvem a atividade mecanizados/as.

Para os/as trabalhadores/as que desenvolvem o trabalho manual é utilizado de acordo com o CBO, os seguintes filtros: “trabalhadores/as da cultura de cana-de-açúcar” e “trabalhador/a volante da agricultura”. Já para os/as trabalhadores/as que desempenham a atividade pelo processo de mecanização: “operador/a de colheitadeira”, “tratorista agrícola” e “operadores/as de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas”.

Para compreender as complexas relações de trabalho na agroindústria, foram buscados e analisados, nesses documentos, dados referentes à jornada de trabalho, idade, gênero, salário e escolaridade. No período de 2012 a 2022, realizou-se um comparativo entre as regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. A primeira, maior produtora de cana-de-açúcar e com maior grau de mecanização, contrasta com a segunda, que possui menores áreas cultivadas e colhidas com auxílio de colheitadeiras, apresentando, conseqüentemente, um maior número de trabalhadores submetidos à atividade pelo modelo arcaico.

É importante destacar que não foi identificado nos dados do Rais e Caged as categorias de autodeclaração relacionadas com raça/cor. Nesse estudo é fundamental que elas apareçam, posto que o cultivo da cana foi desenvolvido pela força de trabalho escravizada negra. Por isso, foi retirado do Censo Agropecuário (2017). Além disso, na busca da compreensão dos impactos socioeconômicos provocados pela monocultura em Capela/SE também se consultou o Cead. Como também, observou-se o PIB, pois é um indicador indispensável para compreender a realidade socioeconômico do município capelense no período de 2013 a 2021. E foi utilizado dados do CONAB para coletar informações referentes ao agronegócio brasileiro.

Posto isso, para abordagem teórica optou-se pelo materialismo histórico-dialético. De acordo com Karl Marx (2017) é essencial que se desconstrua o que está aparente em um fenômeno, pois somente assim, será possível atingir a sua real totalidade em movimento. Em decorrências disso, é fundamental iniciar “‘pelo real e pelo concreto’, que aparecem como dados; pela análise, uns e outros elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, ou abstrações que remetem a determinações as mais simples” (Netto, 2011, p. 42).

Na teoria social elaborada por Marx “não é um ‘todo’ constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (Netto, 2011, p. 56). Diante disso, o desenvolvimento do presente estudo é fundamentado nas bases materiais,

na primordialidade, que busca o fenômeno na dinâmica da totalidade, as contradições, dessa forma, são consideradas.

É evidente que segundo Karl Marx o método não é uma sistematização de regras determinadamente fixas que devem ser submetidas ao objeto na tentativa de enquadrar na investigação. Ainda segundo Netto (2009, p. 689) é possível afirmar que,

Marx não nos entregou uma Lógica, deu-nos a lógica d'O capital. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” do capital: ele nos descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente ao capital) lógica – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real. E para operar esta reprodução, ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações.

De modo a alcançar os objetivos, essa investigação tem natureza bibliográfica e documental, cujo processo de leitura tem a finalidade de se aproximar das categorias: capitalismo, trabalho, reestruturação produtiva e superexploração. A pesquisa bibliográfica permite que se tenha uma grande cobertura dos fenômenos, pelo motivo de ser uma fonte consultada por materiais já elaborados, por isso possui uma maior dimensão de dados, que não é possível “a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita” (Gil, 2008, p.51), como exemplo.

A investigação documental se propõe utilizar “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2008, p.51). A formulação de um estudo documental é assemelhada com o desenvolvimento do estudo bibliográfico, o que os diferenciam são o caráter dos procedimentos. Logo, a pesquisa documental utiliza documentos originários sem leitura prévia.

Em relação ao método de abordagem foi escolhida a quali-quantitativa. No campo das ciências sociais, o debate sobre os métodos e técnicas sempre estão em evidência. Em virtude disso, existe um falso conflito entre pesquisas qualitativas e quantitativas, como se elas fossem excludentes (Baptista, 1999). “É muito importante que possamos perceber com clareza e afirmar com convicção que a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação” (Martinelli, 1999, p.29). A partir daí, apreende-se que,

as pesquisas orientadas sob esse paradigma utilizam a experimentação, que é uma criação artificial cuja operacionalização faz uso de uma lógica hipotético-dedutiva. (...). Os resultados são expressos em número, intensidade e ordenação; a realidade é exterior ao sujeito, com interdependência entre sujeito e objeto; as relações são lineares, ou seja, o processo é unilateral entre pesquisa e pesquisador. Buscam-se o consenso, conhecimentos operacionais, índices quantitativos (Baptista, 1999, p. 34).

Para Deslande; Minayo (2007) a pesquisa qualitativa trata de questões particulares. Assim, a realização de investigações qualitativas tem grande significado para compreensão das relações sociais, justamente por possuírem características plurais do cotidiano dos sujeitos (Flick, 2009). Nos estudos qualitativos as representações numéricas não estão em primeiro plano, uma vez que é fundamental que nesse tipo de investigação se busque um maior aprofundamento do objeto a ser foco de estudo (Goldenberg, 2004).

Logo, é na pesquisa bibliográfica que existe uma síntese dos/as trabalhos/as mais significativos já realizados, em virtude disso carregam a capacidade de propiciar dados mais recentes e com relevância sobre o tema. Ao consultar as literaturas produzidas é possível evitar erros e ter um melhor direcionamento (Lakatos, 2003).

No decorrer do estudo, foi preciso realizar algumas modificações metodológicas. Após a banca de qualificação foi submetido um projeto ao Comitê de Ética, contudo, houve pendências que comprometeram a submissão. Para submissão alguns documentos são obrigatórios, entre eles o Termo de Anuência e infraestrutura, que todas as usinas canavieiras se recusaram a assinar, devido as fiscalizações e resgate de trabalhadores/as em condição de escravidão contemporânea pela Polícia Federal no Município de Capela/SE, em 2022. Posto que, a contribuição de pesquisas realizadas no âmbito da Universidade Federal de Sergipe desempenhou uma função de destaque, por isso, o acesso de pesquisadores/as, especialmente nas áreas das Ciências Sociais foi dificultado.

Adicionalmente, buscou-se contato com a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Sergipe (FETASE), para a obtenção de apoio institucional. Contudo, após análise do jurídico, a entidade informou que não representa trabalhadores regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como é o caso dos trabalhadores/as dos canaviais, ou seja, os/as trabalhadores/as canavieiros/as não desfrutam de representação sindical. Por essa razão o estudo seguiu documental e bibliográfico.

Esse trabalho dissertativo encontra-se estruturado em **Introdução**, a qual apresenta a contextualização/problematização, emergindo objeto, questões de pesquisa, objetivos e a

dimensão teórico-metodológica. O estudo está organizado em três capítulos. No **capítulo I**, intitulado “ANTECEDENTES: Formação Sócio-Histórica e Econômica do Brasil”, o qual apresenta uma discussão sobre a formação sócio-histórica e econômica do Brasil. Sendo iniciado por breves considerações sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, a partir da teoria marxista da dependência. Para chegar às relações labirínticas de um passado brasileiro marcado pelo colonialismo escravista, latifúndio e monocultura.

No **Capítulo II** - “Capitalismo Contemporâneo: Exploração da Força de Trabalho no Campo”, no qual, foram discutidas as transformações referentes à reestruturação produtiva do capital e as metamorfoses do mundo do trabalho. O processo de expansão da agroindústria canavieira a partir da década de 1970, com as contradições do Programa Nacional de Álcool, atrelado a expansão do capitalista e industrialização do campo com os insumos e equipamentos de maior nível tecnológico, alterando todos os processos produtivos da cana-de-açúcar.

No **Capítulo III** - “A Superexploração do Trabalho na Agroindústria Canavieira no Município de Capela/SE”, foram tratadas as questões referentes à superexploração da classe trabalhadora, as contradições presentes no município de Capela ocasionadas pela formação através da monocultura e seus impactos históricos, políticos e culturais que essa atividade provoca, além do perfil dos/das trabalhadores/das manuais e mecanizados da agroindústria canavieira. Por fim, apresentamos resultados e considerações finais, esperando que esta dissertação possa contribuir para o fortalecimento das lutas antirracista e anticapitalista, especialmente, para fortalecer a repulsa a toda e qualquer forma de trabalho opressor que reproduza as velhas práticas do *modus* operando da sociedade ultraconservadora.

Essa dissertação acrescentou aspectos e avanços importantes para a área do Serviço Social da UFS, já que o programa não apresenta nenhuma dissertação que trata das relações de trabalho nos canaviais em Sergipe. Além de direcionar a atenção a superexploração da força de trabalho dos/as cortadores/as de cana-de-açúcar em Sergipe, a fim de fomentar debates estratégicos às políticas públicas governamentais.

2. ANTECEDENTES: formação socio-histórica e econômica do Brasil

A escravatura humana atingiu o seu ponto culminante na nossa época sob a forma do trabalho livremente assalariado. George Bernard Shaw

Para adentrar nos fundamentos da ordem burguesa, no que tange aos arranjos da exploração do trabalho nos canaviais brasileiros, é imprescindível resgatar a discussão a respeito das desigualdades socio-históricas e econômicas da América Latina e, por conseguinte, do território brasileiro. Isso requer um retorno ao processo de colonização das Américas, que foi orquestrado de maneira dependente e subordinado aos ditames do imperialismo europeu. Nessa perspectiva, análise da expansão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os processos de produção e reprodução das relações sociais, que exige desvendar as raízes que (re)produziram as particularidades do capitalismo no atual contexto.

2.1 A formação do capitalismo dependente latino-americano brasileiro

Para compreender a expansão e o desenvolvimento do capitalismo, além de suas contradições na esfera internacional, foram demandados esforços teóricos à luz da abordagem da totalidade da vida social. Diante disso, situar a discussão sobre o fenômeno (do trabalho na agroindústria canavieira), que não deve ser conduzida somente de forma aparente, mas articulada com a dinâmica do capitalismo dependente, por isso a teoria aqui adotada é a Teoria Marxista da Dependência³.

A América Latina floresceu subordinada à reprodução ampliada do capitalismo mundial. Diante disso, esse território tem particularidades próprias de uma economia dependente, das quais seu modelo organizativo é ligado aos países de capitalismo central (Bambirra, 2013). Nos países latino-americanos, de acordo com Galeano (2022, p. 372):

não assistimos à infância selvagem do capitalismo, mas sua decrepitude. O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É a sua

³ A Teoria da Dependência Em decorrência dessas tensões, a América Latina foi palco de Golpes de Estado que encerraram o avanço nacional-democrático e colocaram esses países no caminho do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Nesse contexto, a Teoria da Dependência surgiu, na década de 1960, como resultado do esforço de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura socioeconômica da América Latina, que se processam a partir dos anos 1930 e se intensificam no pós-Segunda Guerra no processo de internacionalização dos mercados internos desses países (Wagner, 2005, p. 75).

consequência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio e continua alimentando-o. Impotente pela sua função de servidão internacional, moribundo desde que nasceu, o sistema tem pés de barro.

Dessarte, é fundante salientar que a configuração existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento não é meramente um desdobramento natural. Expressa-se como um feito rigoroso sistema histórico no centro do capitalismo mundial, que beneficia o capitalismo em “níveis muito distintos de composições orgânicas e de produtividades que se necessitem e se reproduzam em suas diferenças” (Osório, 2016, p. 498).

Por conter traços particulares, o continente latino-americano é carregado por algumas questões, entre elas elementos pré-capitalistas em sua consolidação. Logo, tanto a formação de trabalho livre na Europa, quanto a escolha para a utilização de trabalho compulsório nas Américas formaram as bases materiais para a reprodução do capitalismo comercial, “em decorrência da maneira pela qual expandia o capital comercial, criavam-se condições estruturais no seio das quais iriam se desenvolver o capitalismo” (Ianni, 1978, p. 3).

As colônias nesse continente formaram as ferramentas essenciais para a acumulação capitalista, além de estabelecer relações de subordinação, formadoras de instrumentos fundamentais para determinar a dependência desse território com os países do centro. Para Galeano (2022, p. 18):

os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. Potosí, Zacatecas e Ouro Preto caíram de ponta-cabeça da grimpada de esplendores dos metais preciosos no fundo buraco dos socavões vazios, e a ruína foi o destino do pampa chileno do salitre e da floresta amazônica da borracha; o nordeste açucareiro do Brasil, as matas argentinas de *quebrachos* ou certos povoados petrolíferos do lago de Maracaibo têm dolorosas razões para acreditar na mortalidade das fortunas que a natureza dá e o imperialismo toma.

No caso de economia dependente, ela é veiculada através do desenvolvimento e ampliação de outra, assim, existindo uma relação de subordinação, em razão de que a economia predominante que consegue crescer e ter condições de manter-se “de forma contraditória e

dialética, como característico do capitalismo – enquanto a dependente só o faria como reflexo dessa expansão, ou de forma constrangida pela situação de dependência, tendo efeitos positivos e negativos sobre o seu desenvolvimento” (Carcanholo, 2013, p. 193-194).

O conceito de dependência está relacionado na condição cujo desenvolvimento econômico de uma nação é diretamente subordinada à expansão econômica de outras economias, que resulta no âmbito de uma subordinação estruturante. A condição de interdependência entre arquiteturas economias distintas, além das interrelações com o comércio internacional que apresentam conformações dissonantes, uma vez que as economias centrais têm a capacidade de ter sua expansão de forma autossuficiente. Contudo, as nações dependentes têm o seu desenvolvimento condicionado às demandas dos centros econômicos globais (Dos Santos, 1968 *apud* Dos Santos, 2011). Por isso que compreender a:

dependência permite que vejamos a situação interna desses países como parte da economia global. Na tradição marxiana, a teoria do imperialismo foi desenvolvida como um estudo do processo de expansão dos centros imperialistas e de sua dominação mundial. Em um período de movimentos revolucionários no Terceiro Mundo, temos de desenvolver a teoria das leis do desenvolvimento interno nos países que são o objeto dessa expansão e naqueles que são governados por elas. Esse passo teórico transcende a teoria do desenvolvimento que busca explicar a situação dos países subdesenvolvidos como um produto de sua lentidão ou de seu fracasso em adotar os padrões de eficiência característicos dos países desenvolvidos (ou em se "modernizar" ou se "desenvolver"). Embora a teoria do desenvolvimento capitalista admita a existência de uma dependência "externa", é incapaz de perceber o subdesenvolvimento da maneira como a presente teoria o compreende, como consequência e como partido processo de expansão global do capitalismo - parte necessária e intrinsecamente vinculada a esse processo (Dos Santos, 2011, p. 6).

Diante disso, o modo que foi configurado a colonização provocou rebatimentos para os países que foram colonizados, pelos motivos de que são secundários na Divisão Internacional do Trabalho, durante o século XIX “existiram processos de acumulação e desacumulação que estabeleceram pontos de partida radicalmente diferentes entre as economias que se inter-relacionam e que participam da divisão internacional do trabalho nesse século” (Osório, 2016, p. 499).

Os elementos construídos durante o século XIX, na fase em que as economias dependentes latino-americanas se aproximavam das economias centrais, existia uma nítida

separação das relações de trabalho. Ficou dividido entre: as aquelas que produzem matérias-primas e as que fabricavam produtos industriais para exportação (Osório, 2016).

Do exposto, a compreensão das particularidades concebidas no ciclo do capital internacional, na economia latino-americana dependente, nada mais é do que uma ferramenta existente fundamentalmente para que ocorra difusão econômica capitalista em esfera mundial. O crescimento da economia mercantilista em detrimento do mercado mundial, o território latino-americano foi conduzido “a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinava seu caráter e sua expansão” (Marini, 1973, p.147).

A América Latina quando vista à luz da partilha do novo mundo, foi incorporada aos interesses das grandes economias com a finalidade de contribuir com o processo de acumulação de capital, nos países centrais, ela foi realizada por meio da sua capacidade produtiva do trabalho, por conseguinte, o território precisou utilizar a superexploração do trabalhador. Logo, foi fundamental para suscitar a relação de dependência do continente. Já que um é aspecto particular nas economias dependentes, sendo que uma parte do que é produzido no território não fica, mas é apropriado pelos países do centro pelas transferências dos lucros (Marini, 1973). Assim, a

relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência e sua superação supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 1973, p. 9).

É fundamental destacar que a categoria da superexploração do trabalho “pretende dar conta de uma modalidade de acumulação em que, de maneira estrutural e recorrente, viola-se o valor da força de trabalho. É uma categoria que não aparece em O capital” (Osório, 2009, p. 171).

A compreensão sobre a superexploração ocorre a partir do modo como o capital é produzido/reproduzido nas nações dependentes, diante do progresso do desenvolvimento desse sistema. Não obstante, o termo não consta diretamente mencionado na literatura de Karl Marx, além “do imperialismo ou das categorias para a análise de conjuntura, porque as unidades de análise que estes expressam não é o que se aborda em O capital” (Osório, 2009, p. 171).

Para Correa; Carcanholo (2016) quando é investigado a dinâmica do capitalismo nas ações dependentes é fundamental pensar nas complexas relações desiguais que carregam a interdependência com os países imperialistas. As configurações da dependência estão relacionadas sob a perspectiva de atender às determinações do capital. Esse processo não consiste unicamente na formulação de uma “lei geral” de acumulação de capital, contudo, incide sobre “plano mais concreto, a acumulação se faz com a (re) produção de espaços desiguais por entre os quais o capital se move” (Correa; Carcanholo, 2016 p. 22). Nesse sentido, a reprodução capitalista em esfera mundial precisa da continuidade das desigualdades que sustentam a soberania dos centros sobre a periferia do Capital.

É importante evidenciar que em “O Capital” os componentes nucleares que particularizam as noções referentes ao modelo produtivo capitalista e realçam conceituações como mais-valia e taxa de lucro. As categorias do livro dão a origem para formular outras com menores abstrações. “Daí a necessidade de novas categorias para abordar a análise do sistema capitalista mundial, os padrões da reprodução de capital, as formações econômico-sociais e a conjuntura” (Osório, 2009, p. 71). A categoria superexploração do trabalho ocorre diante três componentes centrais,

a violação do valor da força de trabalho, a intensificação do trabalho e o aumento da jornada de trabalho. Sua análise parte dos desdobramentos do conjunto de relações estabelecidas pela divisão internacional do trabalho, que determinam, no bojo do comércio entre países, a troca de produtos com diferentes níveis de incorporação tecnológica. Tal aspecto teria como resultado o intercâmbio desigual que, a sua vez, promoveria o processo de transferência de valor. Como fornecedores de bens primários — com baixa incorporação tecnológica —, os países latino-americanos estariam atados aos mecanismos de transferência de valor direcionados aos países centrais, explicitando-se, portanto, a cisão entre produção e apropriação de valor nas economias dependentes (Amaral; Duarte, 2023, p. 4).

Diante dos aspectos subscritos, as relações que ocorreram no processo de formação da América Latina, em especial no Brasil, desencadearam a formação de uma economia dependente, criada no centro de um capitalismo feroz.

De acordo com Fernandes (1975), Portugal e Espanha não possuíam recursos suficientes para sustentar ações mercantilistas, assim Veneza, Holanda e outras nações europeias se propuseram a fornecer recursos - capital e tecnologia-, dessa forma, passaram a ocupar centralidades no eixo do capitalismo mercantilista. Com isso, a Espanha e Portugal tiveram um desempenho econômico intermediário, a exploração colonial para esses dois países tornou-se

dura. Considerando a produção de açúcar no Brasil, como exemplo, o “produtor” colonial recebe o lucro de 12 a 18%; a coroa retirava de 25% a 30%; já os comerciantes holandeses detinham o saldo e os benefícios mais rentáveis economicamente.

A estratégia utilizada para suprir o mais valor gerado pelos países dependentes e entregue aos centrais é a maior exploração do trabalhador, pelo crescimento da intensidade do ritmo de trabalho, ou aumento das jornadas de trabalho, ou até a combinação dos dois processos (Marini, 1973). Conforme Osório (2018, p. 492). Conseqüentemente,

no capitalismo dependente, existem condições objetivas para que a superexploração se constitua como um mecanismo fundamental de exploração por parte do capital. O primeiro fator que a favorece consiste na cisão do ciclo do capital presente nos padrões de reprodução do capital que se gestaram a partir dos processos de independência (...). O segundo fator que favorece a superexploração está constituído pelas perdas de valor sofridas pelo capitalismo dependente no mercado mundial, por meio da troca desigual e de outros tipos de transferências.

As relações de superexploração do trabalho, com base na expansão de capital que consegue ampliar-se e depender das relações com as economias centrais. De acordo com Galeano (2022, p.18):

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos (há quatro séculos já haviam nascido dezesseis das 20 cidades latino-americanas atualmente mais populosas).

No final do século XVIII, o capitalismo entra em um novo estágio, porque agora ele passa a acompanhar as mudanças políticas do período com a Revolução Burguesa e técnicas com Revolução Industrial. Nessa fase, a organização produtiva ocorre pela grande indústria que

iniciava a sua expansão. Durante o final do século XVIII, surge o próximo estágio capitalista (capitalismo concorrencial), que consegue se estabelecer na parte ocidental da Europa, num processo de encerramento das relações pré-capitalistas (Netto; Braz, 2012).

A América Latina foi fundamental no curso para a amplificação de mercadorias e pagamentos, isso provocou o desenvolvimento na Europa do capital comercial e bancário, e isso formou as bases do sistema manufatureiro europeu, que abriu passagem para a implementação industrial. Com isso, as revoluções que surgem a partir dessas questões, transferem ao continente latino-americano independência política, as questões estruturais presentes durante todo o período colonial fizeram com que os países agora independentes ficassem em volta das demandas da Inglaterra (Marini, 1973).

Para Marini (1973) esse é o período em que a América Latina passa a ser subordinada às relações de trabalho do mercado internacional, gerou um sistema de inferiorização dos países latino-americanos frente a grande indústria mundial. Outrossim,

em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 1973, p.134-135).

Vale destacar que a missão delegada à América Latina no modelo capitalista supera a simples resposta ao que te foi requisitado na acumulação capitalista das nações industriais. De acordo com Marini (1973, p.138),

mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção.

Para Fernandes (1975) a transferência do mais valor produzido pelas economias dependentes aos países centrais era uma posição firmada, de modo a contribuir com o desenvolvimento do capitalismo. A América Latina possui fases e formas de dominação externa. Diante disso, a primeira das quatro fases de dominação externa é o colonialismo. As economias coloniais e periféricas estavam encarregadas de produzir bens necessários ao consumo e à acumulação capitalista. Existiram fatores que contribuíram para a crise do colonialismo, o primeiro é referente a crise das estruturas políticas e sociais da burguesia nacional latino-americana, pois eram acometidas por limitações que interferem no poder da oligarquia latifundiária. O segundo ponto crucial para a crise colonial “foi a luta pelo controle econômico das colônias latino-americanas na Europa, especialmente entre a Holanda, a França e a Inglaterra” (Fernandes, 1975, p. 14).

O próximo fator determinante na crise do colonialismo é erguido na desagregação. Dado que as nações imperialistas detinham o controle do território latino, estavam apenas interessados na exportação e importação do que na produção local. Assim, “esses países ocuparam um vácuo econômico deixado pela segregação do antigo regime colonial, ao invés de exercer o papel de um ‘poder imperial’” (Fernandes, 1975, p. 15).

É possível considerar que a América Latina no período:

em que os países dominantes possuíam apenas o controle de mercado dos processos econômicos, seria possível falar-se, *stricto sensu*, de neocolonialismo. A dominação externa tornou-se largamente indireta. A expansão das agências comerciais e bancárias na região envolvia um pequeno número de pessoal qualificado, a difusão em escala reduzida de novas instituições econômicas e de novas técnicas sociais, e várias modalidades de associação com agentes e interesses locais e nacionais (Fernandes, 1975, p.15).

Na América latina, segundo Fernandes (1975), o processo de monopolização do território tratou-se de um incidente fortuito, já que as colônias nem tinham recursos suficientes para fabricar os bens exportados e as noções dominantes nutriam o interesse em continuar com as exportações. De certa forma, a exportação dos produtos primários seria absorvida por parte dos consumidores do antigo regime colonial. Esse, então, foi o primeiro incentivo para a mundialização capitalista na modernidade.

A terceira fase do processo de dominação da América Latina, ocorre devido os novos processos de reorganização provocados pela revolução industrial, o imperialismo. Efetivamente, o neocolonialismo foi importante nesse contexto, uma vez que houve crescimento da acumulação de capital nas economias centrais, em especialmente na Inglaterra

que “originou diversos mercados nacionais em crescimento oposto sob reversas, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial (Fernandes, 1975, p.16).

Nos estudos de Lênin (2011) trouxe a definição e descreveu o imperialismo que, em linhas gerais, “é a fase monopolista do capitalismo” (Lênin, 2011, p. 217). Assim, é possível afirmar que o imperialismo no seio da sociedade capitalista é um estágio, sendo marcado por cinco principais características: o monopólio, o capital financeiro, a exportação de capitais, o monopólio internacional e a divisão territorial do mundo:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importante (Lênin, 2011, p. 218).

Os novos modelos organizativos no continente europeu proporcionaram modificações no tocante à sua correlação com a América Latina, esses novos padrões de dominação externa tornaram-se mais visíveis na metade do século XIX. As interferências externas alcançaram todos os setores do terreno latino-americano. Conseqüentemente, “a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica da América Latina” (Fernandes, 1975, p.16). Em outras palavras, o desenvolvimento, principalmente o econômico, ficou subordinado à supremacia das nações centrais.

O domínio da economia dessas nações dependentes possui amarras estruturais e profundas, sendo transformadas em mercadorias, que mesmo distantes são controladas pelos agentes centrais de modo seguro e muito lucrativo (Fernandes, 1975). As investidas dos imperialistas na América Latina foram ansiar de obter grandes lucros, pois esse é um espaço onde as “capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas” (Lênin, 2011, p.181).

O último tipo de dominação externa, é o imperialismo na sua fase de capitalismo monopolista, sendo situada nas relações comerciais e financeiras, das grandes empresas multinacionais. Aqui, as formas de organização do trabalho e da produção são alteradas, e adentram as maiores intervenções tecnológicas. A dominação externa ocorre no controle de diversos setores, como na educação, na natalidade, nas mídias, nas políticas etc., nessa fase

também os países demonstram que mesmo com os avanços econômicos, políticos, sociais dos países latino-americanos ainda falta substancialmente autonomia (Fernandes, 1975).

Por fim, as estruturas que formam o território Latino-americano são carregadas por marcas estruturais, que até hoje repercutem nesse território. Sendo construído com base de capital internacional fundante no processo de desenvolvimento, configurado numa economia dependente.

2.2 – Latifúndios: formação do capitalismo no campo brasileiro

A formação brasileira acontece no centro de processos históricos, que são estruturantes, profundos e muito complexos. Com determinações coloniais e sustentado pelas contradições do sistema capitalista. Na pretensão em compreender alguns aspectos marcantes da composição do capitalismo no campo brasileiro, é preciso voltar para o início, ou seja, a acumulação originária do capital.

A acumulação capitalista ocorre em razão da exploração de mais valor. Ele, contudo, demanda da produção capitalista, que sem o grande montante de capital e da força de trabalho para os produtores de mercadorias não ocorreria. Esse movimento se repete sucessivamente e para sair dele é preciso “uma acumulação “primitiva” (*“previous accumulation”* em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (Marx, 2017, p. 785).

A acumulação originária é o ponto “inicial” do sistema capitalista. O que foi elaborado nesse processo primário sustentaram as bases materiais para a produção e reprodução do capital na esfera moderna. Para a economia política clássica, esse era um assunto tratado, por certo ponto, por uma oposição ao material. Logo, na economia política clássica, o processo de acumulação primitiva pode ser compreendido de maneira anedótica o comparando com o pecado original do misticismo religioso, aquele que: Adão comeu a maçã e o pecado recai na raça humana. Conseqüentemente, no passado, uma elite cautelosa economizou e conseguiu ampliar suas propriedades, por outro lado, outros gastaram em excesso, e nada sobrou além de vender a sua força de trabalho. Porém, a história real é que esse foi um processo extremamente violento, marcado por roubos e expropriação e essenciais para o início da naturalização da propriedade privada, que seu curso pode produzir diversos efeitos, menos prosperidade (Marx, 2017).

A acumulação originária do capital acompanhada de todas as transformações históricas desse período serviu para o desenvolvimento capitalista, principalmente quando os camponeses e pequenos arrendatários foram de modo súbito e violento retirados de suas terras. Agora na condição de trabalhadores “livres” “no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles” (Marx, 1996a, p. 340). Vale ressaltar, que na história contada pela burguesia a liberdade da servidão parece ser uma vitória, no entanto, esses novos libertos agora são vendedores de si, e toda a segurança que o antigo regime os ofertava foram larapiados, o que sobrou foi apenas uma expropriação violenta (Marx, 1996a). Nas palavras de Marx (1996a, p. 358-359):

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do acoite, do ferro em brasa e da tortura. Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva.

A servidão do trabalho foi o ápice que resultou no florescimento dos/das trabalhadores/das assalariados e dos capitalistas. A dominação que antes era provocada pelo feudalismo foi transferida para o capitalismo. Desse modo, foi “a estrutura econômica da

sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (Marx, 1996a, p. 340). A acumulação primitiva do capital é composta por contradições que contribuem com o seu desenvolvimento.

A expropriação dos/das camponeses/das e dos/das arrendatários/das das terras constitui o fundamento basilar nesse período. Considerando que “A Assim Chamada Acumulação Primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 1996a, p. 340). O seu desenvolvimento ocorreu diferente em cada país, mas somente na Inglaterra de modo clássico (Marx, 1996a).

Durante o século XVI, o encadeamento da expropriação camponesa conquistou um novo impulso pelas reformas religiosas. Uma vez que a igreja católica era detentora de grandes propriedades na sociedade feudal, constituinte da base fundiária na Inglaterra. “Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a rapaces favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações” (Marx, 1996a, p. 346). As terras legalmente cedidas às massas mais empobrecidas, da parte dos dízimos da Igreja foram recolhidos. Isso significa que “a propriedade da Igreja constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade. Ao cair aquela, estas não poderiam ser mantidas” (Marx, 1996a, p. 347). Esse período instaura, de acordo com Marx (1996a, p, 348):

A nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas. Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado apropriado tão fraudulentamente, junto com o roubo da Igreja, na medida em que não sumiram durante a revolução republicana, formam a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo, etc.

Os acontecimentos desse período abriram precedentes necessários para o estabelecimento do embrião modo de produção capitalista:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação

usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (Marx, 1996a, p. 355).

Nos pós separação dos seus meios de subsistência, agora, como proletário “livre”. Esse trabalhador não conseguiu ser absorvido nas manufaturas, pois elas não comportam a todos. Além das diferenças que esse novo modelo dispõe, nessa súbita mudança os hábitos e rotinas diferiam bruscamente e eles não tiveram tempo hábil para adaptar-se. Isso resultou numa grande massa fora das manufaturas que sem alternativas transformaram-se em pedintes e ladrões, que em grande parte provocados pelo contexto (Marx, 1996a).

Considerando isso, toda a responsabilidade por não adentrar as manufaturas foi depositada no trabalhador. A partir do século XV, na Europa, foram promulgadas leis contra a vadiagem. Nesse momento “o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do acoite, do ferro em brasa e da tortura” (Marx, 1996a, 358).

Diante da expropriação dos/das trabalhadores/das do campo, partindo do princípio de que anteriormente eles/elas detinham autonomia econômica, agora desassociado dos meios produtivos. Logo, com a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos, sua separação “se dá no mesmo ritmo a destruição da indústria subsidiária rural, o processo de separação entre manufatura e agricultura. E somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão (Marx, 1996a, p.367) fundamentais para o modelo produtivo capitalista.

Contudo, apenas com o maquinário, ofertado pela indústria, possui “a base constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria do povo do campo e completa a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, cujas raízes — fiação e tecelagem — ela arranca” (Marx, 1996a, p. 368). Por isso, é unicamente ela que obtém para o capital industrial o mercado interno. Portanto,

os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam, ao mesmo tempo, para este último seu mercado interno. Antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas que depois,

em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado. Fio, pano, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas encontravam-se ao alcance de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu autoconsumo — transformam-se agora em artigos de manufatura, cujos mercados são constituídos justamente pelos distritos rurais (Marx, 1996a, p. 367).

A acumulação primitiva do capital modificou brusca e ferozmente a vida dos/das trabalhadores/das. Por exemplo, o que “antes, repartido entre inumeráveis pequenos produtores, que o cultivavam e fiavam em pequenas porções com suas famílias, está agora concentrado nas mãos de um capitalista” (Marx, 1996a, p. 366). O desenvolvimento do capitalismo foi cruel, com base na violência, expropriação e extermínio de vidas, em outras palavras “o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés” (Marx, 1996a, p. 379).

Por essas razões, a acumulação primitiva na Europa se tornou tão efetiva em virtude do processo de colonização das Américas e Antilhas. Porém, mesmo interligados com grandes diferenças, enquanto na Europa, o/a trabalhador/a agora está separado dos meios de produção, enquanto, trabalhador livre, nas Américas ele é escravo e faz parte dos meios produtivos. Assim,

na mesma época em que na Europa implantava-se o *trabalho livre*, no Novo Mundo criavam-se distintas formas de *trabalho compulsório*. Ao longo dos séculos XVI a XVIII, na Europa, primeiro expandiu-se a manufatura e depois surgiu a grande indústria, ao mesmo tempo que se generalizou o trabalho livre. Nessa mesma época, nas colônias do Novo Mundo, criaram-se e expandiram-se as *plantations*, os engenhos e as *encomiendas*. O *trabalho escravo* era a base da produção e da organização social nas *plantations* e nos engenhos; ao passo que nas *encomiendas* e outras unidades produtivas predominavam distintas formas de *trabalho compulsório* (Ianni, 1978, p.3).

Ao aliar interesses econômicos à nobreza e à burguesia mercantil seguiu para o expansionismo europeu de forma a consolidar as formas de exploração (Gorender, 2013). Enquanto, na Europa a constituição do trabalho assalariado ganhava forma, no território latino-americano as colônias caminhavam para o trabalho forçado. Uma vez que

a descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato seque a

guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc., (Marx, 1996a, p. 370),

O processo violento que se instaurou na expropriação dos camponeses de suas terras, também foi similar nas Américas e Antilhas, com o capitalismo comercial. Haja vista que o colonialismo se caracterizava como uma ferramenta de acumulação originária do capital. A brutalidade desse processo tem uma lógica, porquanto “a violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica” (Marx, 1996a, p. 370), para impulsionar a acumulação de capitais:

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades monopólio” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. As manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluiu à metrópole e transformava-se em capital. A Holanda, que primeiro desenvolveu plenamente o sistema colonial, atingira já em 1648 o apogeu de sua grandeza comercial (Marx, 1996a, p. 372).

O capitalismo comercial impulsionou a formação de trabalho compulsório nas Américas. A atividade escravista achava-se moldada em direção à extração de matérias-primas. A colonização nas Américas subsidiou o processo de acumulação originária da capital. O fortalecimento das atividades comerciais foi preponderante para a expansão comercial dos europeus ao mar. Ao datar o século XV até XVIII, período das expedições marítimas à África, Ásia e América. No caso da América Latina, a conquista trouxe consequências estruturais na formação social, econômica e cultural desse terreno.

A acumulação primitiva do capital carrega muitas modificações na estrutura da sociedade para o desenvolvimento capitalista. Ela é um processo político, social e econômico que converteu o feudalismo ao capitalismo, isso corresponde a secessão dos/das trabalhadores/das e o meio de produção, esse fenômeno também ocorreu na agricultura (Ianni, 1978). Infere-se que,

o sistema de produção capitalista se desenvolve geralmente (exceção de certas colônias) em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar na indústria. O mais comum é que a agricultura lhe escape à influência durante muito tempo. Mas a evolução da indústria já conseguiu modificar o caráter da produção rural (Kautsky, 1980, p.12).

A renda da terra é resultante das contradições existentes entre as classes dentro do modo de produção capitalista e o poder que exerce os monopólios na relação com a terra. Essa propriedade pode construir valor quando cultivada e/ou quando é posta à venda. Isso ocorre porque no capitalismo “a terra, embora não tenha valor (pois não é produto do trabalho humano) tem um preço, e a sua compra dá ao proprietário o direito de cobrar da sociedade em geral a renda que ele pode vir a dar. Em uma palavra, ao comprar a terra compra-se o direito de auferir a renda da terra” (Oliveira, 2007, p.57).

A terra não é apenas uma ferramenta que está aos encargos do capital, ela é a sua consequência, que simultaneamente também promove desigualdades consequentes da falta ou má distribuição. Foi a concentração de terras que formou duas categorias opostas e centrais, que são os que detêm as grandes propriedades rurais e os que necessitam desses proprietários de terra. Eles estão em blocos diferentes e fundamentam a dinâmica fundiária que historicamente se constituiu de forma desigual (Silva, et. al., 2014), servindo para grande devastação ambiental e exploração da terra através da monocultura de exportação, como será visto no próximo item.

No território brasileiro os aspectos agrários sempre estiveram presentes. Os centros urbanos e as indústrias também sofrem influências das dimensões agrárias do território. Considerando os aspectos sócio-históricos, políticos e culturais, o ambiente rural tem fortes raízes nas zonas urbanas (Ianni, 2012).

Vale ressaltar, que no caso do Brasil a formação de grandes concentrações de terra não é um processo resultante de esforços de anos de trabalho, como justifica alguns dos grandes proprietários, mas sim fruto de transferência da Coroa Portuguesa. A organização fundiária do Brasil possui como ponto de partida o processo de povoamento das terras. Por isso que o território foi dividido e doado, por meio de posse hereditária para que fossem administrados por donatários europeus. Esse foi o marco para a constituição da maioria dos latifúndios existentes nas terras brasileiras.

O sistema de capitania hereditárias foi uma forma da coroa portuguesa proteger as terras brasileiras de outras nações imperialistas. As terras somente eram doadas ⁴ aos membros

⁴ A “concessão de uso” era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhes dava direito de vender, ou mesmo de comprar terras vizinhas. Na essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias (Stédile, 2011, p. 22).

nobres portugueses que estavam trabalhando para Coroa. Para merecer as terras o donatário tinha muitos direitos, mas também deveres, descritos por Contrim (1994, p. 43):

- Criar vilas e distribuir terras a quem desejasse cultivá-las.
- Exercer plena autoridade no campo judicial e administrativo, podendo inclusive autorizar a pena de morte.
- Escravizar os índios, obrigando-os a trabalhar na lavoura. Também podiam enviar índios, como escravos, para Portugal, até o limite de 30 por ano.
- Receber a vigésima parte dos lucros sobre o comércio do pau-brasil.
- Além disso, o donatário estava obrigado a assegurar ao rei de Portugal:
 - Dez por cento dos lucros sobre todos os produtos da terra.
 - Um quinto dos lucros sobre os metais e pedras preciosas que fossem encontrados.
 - O monopólio da exploração do pau-brasil.

Considerando isso, a Coroa Portuguesa na busca sempre extrair grandes lucros, os portugueses, conseqüentemente recebiam as melhores partes da reserva dos tributos que eram produzidos pela colônia. Frente ao exposto,

em relação à propriedade da terra, a forma adotada pelos europeus foi a do monopólio da propriedade de todo o território pela monarquia, pela Coroa. Assim, o fato de a propriedade de todo o território ter sido exclusiva da Coroa, não havendo propriedade privada da terra, determina que a propriedade da terra não era capitalista. Porém, para implantar o modelo agroexportador e estimular os capitalistas a investirem seu capital na produção das mercadorias necessárias para a exportação, a Coroa optou pela “concessão de uso” com direito à herança. Então, utilizando diversos critérios políticos e sociológicos, a Coroa entrega, a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terra – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos (Stédile, 2011, p. 21).

Diante disso, os colonizadores recebiam estímulos para aplicar capital nas terras brasileiras para produção de qualquer mercadoria que fosse exportada. Portanto, o governo português assegurava as terras. As principais normatizações para posse das terras estavam acima de um “favor” dado a nobreza mais próxima, aquilo que realmente interessava era se eles tinham condições materiais, para dispor de capital que iria contribuir com a vida redução de mercadorias exportadoras (Stédile, 2011).

As mudanças nas configurações do período exigiam o fim do trabalho escravo e o início da implantação de trabalhador assalariado, as pressões inglesas eram constantes para que isso

ocorresse, Portugal sem saída tentando inibir a irreversível fim da escravidão e que os escravizados ocupassem as terras, no ano de 1850 decretou a primeira lei de terras. Esse foi o marco legal fundamental para resguardar as posses da coroa na crise do trabalho compulsório (Stédile, 2011).

A dissolução do escravismo no Brasil não foi um processo linear, as especificidades precisam de um rigoroso deslinchamento para que seja possível alcançar as laboriosas extensões, que esse sistema proporcionou na sociedade escravista e as repercussões da sua transição. Estando no final da lista das nações que aboliram o trabalho compulsório. Em contrapartida, o capitalismo na sua fase monopolista já dava seus primeiros passos, esse evento transfere impactos para além do modo que o fim da escravatura se consolida, outrossim, as consequências advindas nas bases societárias. “A Abolição conserva à estrutura latifundiário-oligárquica. Essa estrutura rigidamente hierarquizada dentro do modelo escravista era necessária para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial” (Moura, 1988, p 25). O desfecho ocorre quando esse fenômeno inviabiliza que o trabalhador depois que alcançar sua liberdade seja incorporada na sociedade.

A lei 601 de 1859 dispunha da criação da propriedade privada de terras no território brasileiro. Em outras palavras, agora o ordenamento jurídico permite modificações na terra, antes sendo um item da natureza, ou seja, sem valor, na esfera econômica, com isso, agora ela é constituída como uma mercadoria, que pode ser negociada, por conseguinte, tem preço (Stédile, 2011).

A legislação constituiu a propriedade privada da terra. Nesse cenário, seria possível converter-se em proprietário de terras. Agora, a concessão de uso é modificada em direito privado, sendo livre o direito à comercialização de terras, comprar e vender não é apenas uma possibilidade, é amparado por lei. Contudo, isso deveria ser comercializado com o Coroa, que determina o valor (Stédile, 2011).

Tal característica foi uma estratégia criada para impossibilitar que os escravizados na pós abolição pudessem adquirir pequenos lotes de terras e fossem camponeses, uma vez que sem qualquer recurso financeiro seria improvável que eles pudessem “comprar” e pagar as terras ao governo português. Trata-se de uma ferramenta de controle, pois sem outras opções a única solução é vender sua força de trabalho aos fazendeiros (Stédile, 2011).

O Código Legislador 601 de 1850 abriu os precedentes para as grandes propriedades rurais em solo brasileiro. Essa norma regulamentadora consolidou os latifúndios que são o

suporte material da estrutura desigual da propriedade de terra na contemporaneidade (Stédile, 2011):

Por outro lado, a história das lutas sociais e das revoltas populares registra muitas mobilizações nesse período. E um dos fatores de desestabilização do modelo agroexportador baseado na utilização da mão de obra do trabalhador escravizado é a revolta deste em relação às suas condições de vida e de trabalho. Os trabalhadores escravizados continuaram fugindo, continuaram se rebelando. Multiplicaram-se os quilombos. Multiplicaram-se, nas cidades, movimentos de apoio ao abolicionismo. O tema era a grande questão entre os partidos e as elites. Chegou a surgir o movimento dos Caifases, um movimento clandestino organizado entre os filhos brancos da classe média urbana, que ajudavam os trabalhadores escravizados a fugirem das senzalas (Stédile, 2011, p. 23).

A crise do sistema colonial mercantilista começa a partir do século XVIII, a consolidação das revoluções na Europa, principalmente a Industrial, repercute em todas as nações. O capitalismo a avançar para a sua fase industrial, os países agrários europeus são tomados por um intenso processo de industrialização. As atividades manuais dão lugar ao maquinário, as grandes fábricas, ou seja, as novas técnicas necessárias para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Por consequência o estágio comercial entra em crise, assim como o trabalho compulsório.

Por fim, em 1888 foi assinada a Lei Áurea encerrando um processo inevitável devido a movimentação que já acontecia há anos antes, fim da escravidão. No ocidente, o Brasil foi o último país a eliminar as práticas compulsórias de trabalho, na esfera legal. Esse atraso em eliminar a escravidão ocorreu devido as constantes discussões sobre o impacto que o fim traria na sociedade, por isso foi uma pauta relevante para as elites. O impasse constante a respeito de questões de indenizar ou não os donos de escravizados para obter a liberdade (Stédile, 2011). Logo,

muitos argumentos registrados nos debates sobre a libertação dos escravos e o direito absoluto que os fazendeiros tinham sobre eles nos fazem lembrar o atual debate que ocorre na imprensa brasileira, quando os fazendeiros argumentam sobre o seu direito absoluto de propriedade das terras (Stédile, 2011, p. 24).

Considerando isso, a sociedade e o Estado se organizam no sentido de eliminar qualquer aspecto que desencadeasse mudanças. Por receio de que as modificações promovam de alguma forma uma desregulação das relações de poder que conserva o estado escravista. A partir disso,

o grau de desarranjo cada vez mais cresce e se tornam mais ofensivos quando a escravatura passa a ter maiores distâncias do ritmo social que surgia, como também a relação dos escravocratas com essa dinâmica, uma vez que eles se movimentavam de modo a impossibilitar a expansão de criar empecilhos para as modificações necessária para a expansão das forças produtivas (Moura, 1988).

A partir da liberdade oficial dos agora, ex-escravizados/as pelo Estado, e simultaneamente as restrições para acesso à terra, tornou-se particularmente impossível que eles/elas se transformassem em camponeses. Logo, aproximadamente dois milhões de adultos são libertos das fazendas, dos engenhos e das demais atividades do campo. Os/As ex-cativos/as partem para vender “livremente” seu trabalho em outras esferas da sociedade. As cidades portuárias foram bastante buscadas por esse povo, pois lá eles podiam exercer atividades que exigiam apenas força física. Sem conseguir ter acesso à terra “esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas. A lei de terras é também a “mãe” das favelas nas cidades brasileiras” (Stédile, 2011, p. 24).

No período pós abolicionismo, as condições de trabalho dos libertos eram praticamente iguais às do escravismo. A “liberdade” foi alcançada, contudo, carregada por traços semelhantes ao antigo regime, as relações basicamente as mesmas. Em 1882, que começou a queda acirrada da população escravizada, nas cinco principais providências isso era mais nítido (Moura, 1988).

Vale ressaltar que como os ex-escravizados não foram inseridos no novo modelo produtivo. Segundo Moura (1988), a população desocupada se constituía basicamente dos ex-cativos que foram deixados às margens. Para que eles pudessem obter as habilidades necessárias para realizar e adentrar nas novas determinações que esse modelo exigia, teria que ser incluído na classe operária que se instaura. Por exemplo, “na capital baiana, pouco depois de extinta a escravidão, existia a União Fabril que englobava seis fábricas de tecidos com um total de 805 operários trabalhando em 358 teares (Moura, 1988, p. 69).

O cenário social brasileiro apresentava questões políticas e econômicas intensamente frágeis e carregadas por complexidade. Nesse sentido,

uma economia em decomposição e uma opinião pública que, na sua quase totalidade, condenava o sistema de trabalho que predominava ainda na agricultura. Certamente, sentindo-se forçada ante o império das circunstâncias - um ano antes mandara espingardear os escravos fugidos -, deveria ter raciocinado como, tempos depois, frente ao

problema da revolução que se aproximava, exprimiu-se um político brasileiro, exclamando: "Façamos a abolição antes que os escravos a façam..." Era o medo da "vingança bárbara e selvagem", de Nabuco, tomando forma jurídica: a Lei Áurea (Moura, 1988. p. 69).

A independência foi proclamada em 1822, ela preservou o regime escravista até onde pode. Posteriormente, foi abolida a escravatura e o latifúndio também foi salvaguardado. As transformações operadas pelos dois ciclos não foram desmontadas as articulações que eram fundamentais ao Estado. Portanto, as antigas estruturas sociais foram mantidas. Diante disso, as brechas presentes na sociedade brasileira continuam até hoje (Moura, 1988).

O fim da escravidão encerrou com os latifundiários escravistas, no entanto, não desapareceu com a categoria dos latifundiários. Os grandes proprietários de terras continuaram na parte mais elevada da estrutura da sociedade brasileira. Assim, “a renda territorial continuou a sedimentar sua riqueza” (Pomar, 2009, p. 66).

Em 1930, surge um novo período histórico e econômico do Brasil, marcado pela questão agrária. A partir da crise agroexportadora, surge, agora, um desequilíbrio das bases políticas e estatais brasileiras, isso repercutiu até na classe dominante, em virtude de que a maioria do povo estava com situação de escravidão e os outros em isolamento nas regiões semiáridas, ou seja, longes de qualquer conflito. A principal consequência da crise foi a queda do regime monárquico e a instalação da república. Este fato foi resultado de um golpe militar sem qualquer participação popular (Stédile, 2011).

A estrutura fundiária no Brasil é carregada pelas marcas do modelo de organização do território na fase colonial, compostas pelas capitânicas hereditárias/sesmarias. Essa base fundiária quase não sofreu alterações ao longo dos 400 anos (Oliveira, 2017). A preservação desse modelo foi pensada e produzida na sociedade.

Vale apontar que os arranjos políticos do período ocasionaram o abandono da monarquia. Vale lembrar que o Brasil colônia era muito fragmentado, mesmo que as capitânicas tivessem um centro administrativo, as decisões ocorriam sempre de forma isolada. Assim, surge a república com o compromisso de realizar a integração nacional:

Depois, tivemos a coluna Prestes, como resultado do tenentismo. E, enfim, em 1930, setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe, fazem uma “revolução” política por cima, tomam o poder da oligarquia rural exportadora e impõem um novo modelo econômico para o país. Surgiu, então, o modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem

rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes. Alguns estudiosos chamaram esse período de projeto nacional desenvolvimentista; outros, de Era Vargas, pois o projeto político foi coordenado pela liderança política de Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945 (Stédile, 2011, p. 28).

Diante dos aspectos gerados pela questão agrária, nesse momento a principal determinação ocorre pela dependência política e econômica em relação à indústria. As elites agrárias permaneceram como detentoras das terras. Logo, os latifúndios e a produção para o mercado internacional continuaram em suas mãos, mas sem poder político. Já a burguesia industrial passa a formar alianças com as oligarquias rurais e assume o poder político. Contudo, se mantém como classe social, porque a “burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos” (Stédile, 2011, p. 28). Segundo é devido à formação industrial, uma vez que era dependente seria necessário importar maquinários das nações centrais, “e a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente” (Stedile, 2011, p. 28).

O capitalismo “também está, contraditoriamente, unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário” (Oliveira, 2017, p. 9). Isso é sucedido devido ao desenvolvimento do capitalismo mediante amarras com o campesinato. Tanto a indústria quanto a agricultura são fases de um mesmo ordenamento. O “capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura tem um só nome, são uma só pessoa. Para produzir, utilizam do trabalho do assalariado (Oliveira, 2017, p.9).

Com o surgimento da burguesia agrária, os donos de extensas propriedades de terras buscaram modernização da exploração agrícola da produzida em suas terras e fornecê-las ao mercado nacional. Existiu um encadeamento sucessivo de modernização capitalista no campo, já em relação à gênese camponesa é uma fase que os direciona a seguir os ditames mercadológicos e adentrar nas indústrias (Stédile, 2011). Assim, o

desenvolvendo cada vez mais a dupla dependência que caracteriza a situação da sociedade agrária brasileira, desde a época em que a burguesia agrária perdeu a hegemonia política para outras classes sociais, particularmente a burguesia industrial. Não somente o produto do trabalho agrícola passou às mãos de outras esferas do sistema econômico nacional e mundial, como mercadoria para a cidade e o

comércio mundial, ou seja, sob o controle de outras empresas, grupos econômicos e interesses; também sucedeu o mesmo com o excedente econômico produzido pelo setor agrário. Além disso, as decisões de política econômica foram tomadas principalmente em função dos interesses predominantes no setor industrial, nacional ou internacional (Ianni, p.129, 12).

Na esfera da internacionalização da economia brasileira, é necessário abrir um breve “parêntese” sobre a questão da dívida externa. Uma nação cria ou criou dívidas para expandir a produção. A forma de pagá-la é exportando mercadorias, que na maioria das vezes estão submetidas aos preços internacionais. Como a maioria dos produtos é de gêneros primários, seu preço tem decaído nas últimas décadas, conseqüentemente mais empréstimos são feitos e mais mercadorias são exportadas, em ciclo interminável. Logo, “é por isso que temos assistido no Brasil, nas últimas décadas, uma expansão violenta das culturas de produtos de exportação, quase sempre em detrimento daqueles produtos destinados ao mercado interno, para alimentar a população brasileira” (Oliveira, 2017, p.8).

Diante disso, o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, na atualidade, é marcado pela industrialização, que deve ser compreendida a partir do capital internacional. No caso, desde a formação do território brasileiro, o capital internacional está presente e nunca existiu uma real separação, pelo contrário, na contemporaneidade é possível perceber cada vez mais a presença dele, por exemplo, com a compra de empresas nacionais, com acordos e fusões.

2.3- Escravidão colonial: prelúdio da monocultura da cana-de-açúcar

O desenvolvimento do comércio na Europa, anterior ao século XV, é basicamente terrestre e carregado por limitações. Na esfera marítima, as navegações aconteciam apenas na costa e entre portos da mesma nação. A principal rota desse período é das ruínas do império ocidental até a parte norte do mar mediterrâneo. No processo de reconstituição marítima, outras vias foram descobertas, além de um processo de inovação das táticas náuticas, favorecendo para que se adentrassem aos oceanos. Portugal foi o primeiro navegador, porque devido à sua situação geográfica, estava mais favorecido. Logo atrás, a Espanha também inicia as navegações diferentes dos portugueses, os espanhóis usam a rota do ocidente (Prado Júnior, 1961).

Quando foi dada a partida para as navegações, cada nação europeia buscou pegar sua porção. Aos portugueses, na parte costal africana, com o comércio de metais preciosos e escravos, em países asiáticos, as especiarias. Na competição também estavam a Espanha, a

Inglaterra etc., que almejavam outros caminhos para chegar ao oriente. Contudo, uma vez que usava a rota ocidental, chegou à América. Os espanhóis, com Cristóvão Colombo, chegaram às Antilhas, com Vasco Nunez de Balboa, avistaram o pacífico (Prado Júnior, 1961).

Os portugueses e espanhóis, ao alcançarem as Américas e Antilhas, submeteram os indígenas à extrema violência e extermínio. Iniciando a fase de degradação ambiental com a extração do pau Brasil, além da busca pelo ouro e prata. Como a população nativa não estava adequada a realizar o trabalho por diversos fatores, foi traficada uma abundância de africanos para as colônias na condição de escravizado.

Defender as terras conquistadas se tornou uma preocupação constante dos portugueses, pois elas estavam sempre ameaçadas. A produção da cana-de-açúcar foi a atividade comercial escolhida. A empresa açucareira começou a ser implementada nas áreas litorâneas, consequentemente avançou para os espaços interioranos. Devido ao solo fértil e clima favorável para a produção. Essa foi a estratégia para o povoamento das colônias, assim garantir a continuidade da posse das terras. O cultivo da cana nesse período é desenvolvido por escravizados, no princípio, os indígenas, posteriormente, os africanos. Todo processo é elaborado nas colônias, posteriormente exportado para a Europa:

O açúcar, que era cultivado em pequena escala na Sicília e nas ilhas Madeira e Cabo Verde, e comprado por alto preço no Oriente, era um artigo tão cobiçado pelos europeus que até nos enxovais de rainhas chegou a figurar como parte do dote. Era vendido nas farmácias e pesado em gramas. Durante pouco menos de três séculos a partir do descobrimento da América não houve, para o comércio da Europa, produto agrícola mais importante do que o açúcar cultivado nestas terras. Multiplicaram-se os canaviais no litoral úmido e quente do nordeste do Brasil, e depois também nas ilhas do Caribe: Barbados, Jamaica, Haiti, Dominicana, Guadalupe, Cuba e Porto Rico. Também Veracruz e a costa peruana se mostraram sucessivos cenários favoráveis à exploração, em grande escala, do “ouro branco”. Imensas legiões de escravos vieram da África para proporcionar ao rei açúcar a numerosa e gratuita força de trabalho que exigia: combustível humano para queimar. As terras foram devastadas por essa planta egoísta que invadiu o Novo Mundo arrasando matas, malversando a fertilidade natural e extinguindo o húmus acumulado pelos solos. O longo ciclo do açúcar deu origem, na América Latina, a prosperidades tão fatais como as que foram engendradas pelos furores da prata e do ouro em Potosí, Ouro Preto, Zacatecas e Guanajuato; ao mesmo tempo, impulsionou com decisivo vigor, direta ou indiretamente, o desenvolvimento industrial da Holanda, França, Inglaterra e Estados Unidos (Galeano, 2022, p. 87).

Para Ferlini (2003), a chegada das expedições ao Brasil não trouxe mudanças significativas no que se trata da via marítima de Portugal. A razão disso se dá pela falta de

especiarias imediatas para a comercialização. Três décadas passaram desde a chegada dos colonizadores às novas terras, e elas ainda não estavam sendo priorizadas, pois o foco principal era o oriente.

Já que os portugueses colocaram as terras brasileiras em segundo plano, outros países europeus mantinham constante interesse. A França, por exemplo, frequentemente navegava pela costa marítima litorânea, à procura de especiarias, como o pau Brasil. Apenas quando a Espanha descobriu o ouro e a prata é que os olhares de Portugal se voltaram ao Brasil. Nesse momento, esse território necessitava de “manutenção”, já que agora existiam pedras preciosas e os portugueses ansiavam por obter sua fatia. No entanto, os demais países que não faziam parte do Tratado de Tordesilhas ⁵pressionaram as nações desse trato para efetivamente ocupar essas faixas territoriais (Ferlini, 2003).

Logo, nas terras brasileiras, a ocupação econômica aconteceu pela pressão que alguns países europeus estavam exercendo sobre Portugal e Espanha. A ideia era que as duas nações não teriam direito às terras, no caso de não as tivessem devidamente ocupadas. Diante disso, a França, com o aval do Estado e por razões religiosas, promoveu a primeira expedição visando estabelecer uma colônia de povoamento, que seria a primeira nessas terras. Os portugueses, apreensivos com esse movimento, na tentativa de impedir até tentou subornar os franceses para que desistissem no Brasil (Furtado 2005). Mas essa foi uma atitude falha, uma vez que,

tornava-se cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente. Esse esforço significava desviar recursos de empresas muito mais produtivas no Oriente. A miragem do ouro que existia no interior das terras do Brasil - à qual não era estranha a pressão crescente dos franceses - pesou seguramente na decisão tomada de realizar um esforço relativamente grande para conservar as terras americanas. Sem embargo, os recursos de que dispunha Portugal para colocar improdutivamente no Brasil eram limitados e dificilmente

⁵ Diante da descoberta da América, os reis da Espanha apressaram-se em garantir mundialmente os seus direitos de posse sobre a nova terra. Para isso, foram buscar a intercessão do papa, que na época era a autoridade máxima para solucionar os conflitos internacionais entre reinos cristãos. Atendendo aos interesses da Espanha, o papa Alexandre VI, que era espanhol, por meio da Bula Inter Coetera, estabeleceu uma linha demarcatória imaginária que passaria a 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, determinando o seguinte: as terras que estivessem a oeste dessa linha pertenceriam à Espanha e as que estivessem a leste pertenceriam a Portugal. Se essa Bula fosse, efetivamente, obedecida, a Espanha teria assegurado o pleno domínio sobre todas as terras americanas, restando a Portugal somente a posse das terras da África. Portugal, entretanto, mostrou-se inconformado com a divisão estabelecida pelo papa, ameaçando, inclusive, fazer uso da violência e decidir a questão através da guerra. Antes que a tensão se agravasse, levando ao confronto armado, os dois países chegaram a um acordo, que foi assinado no dia 7 de junho de 1494, na cidade espanhola de Tordesilhas. Por esse acordo, que ficou conhecido com o nome de Tratado de Tordesilhas, traçou-se uma nova linha imaginária a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. As terras a oeste dessa linha pertenceriam à Espanha, enquanto as terras a leste pertenceriam a Portugal. Pelo Tratado de Tordesilhas, o mundo foi repartido entre Portugal e Espanha (Cotrim, 1994, p. 20).

teriam sido suficientes para defender as novas terras por muito tempo. A Espanha, cujos recursos eram incomparavelmente superiores, teve que ceder à pressão dos invasores em grande parte das terras que lhe cabiam pelo tratado de Tordesilhas. Para tornar mais efetiva a defesa de seu quinhão, foi-lhe necessário reduzir o perímetro deste. Demais, fez-se indispensável criar colônias de povoamento de reduzida importância econômica - como no caso de Cuba - com fins de abastecimento e de defesa. Fora das regiões ligadas à grande empresa militar-mineira espanhola, o continente apresentava escasso interesse econômico, e defendê-lo de forma efetiva e permanente constituiria sorvedouro enorme de recursos. O comércio de peles e madeiras com os índios, que se desenvolve durante o século XVI em toda a costa oriental do continente, é de reduzido alcance e não exige mais que o estabelecimento de precárias feitorias (Furtado 2005, p. 11).

O transcurso necessita acontecer, mas sem ocasionar prejuízos com a comercialização no continente asiático, visto que a coroa retirava as fontes do custeio das expedições dessa relação. A alternativa foi trazer colonos para resguardar a costa, o que resultou no sistema de capitânicas hereditárias. Com isso, o território passa a ter uma quantidade mínima de pessoas e as terras ficam resguardadas (Ferlini, 2003).

Para criar empresas comerciais deveria-se escolher uma atividade econômica lucrativa, enquanto uma forma de impressionar os colonos para a possibilidade de grandes lucros futuros. Por isso, a escolha pelo cultivo da cana para fabricação de açúcar, já que ele seria destinado à exportação, a qual constituía uma especiaria muito degustada no continente europeu. Como Portugal já desenvolvia essa atividade, mantinha excelentes contratos comerciais, “principalmente com banqueiros genoveses e flamengos, abria-lhe linhas de crédito para os investimentos básicos; o Brasil possuía terras em abundância e o açúcar poderia ser produzido em larga escala” (Ferlini, 2003, p. 20). Outrossim,

um conjunto de fatores particularmente favoráveis tomou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola europeia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se têm em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para exportação de equipamentos, compreende-se facilmente que, sem o relativo avanço

técnico de Portugal nesse setor, o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto (Furtado, 2005, p. 15).

São esses fatores que definiram a ocupação das terras brasileiras. A Coroa portuguesa, também percebendo a necessidade de ocupar essa área, buscou na indústria açucareira o meio para isso, focando a atenção dos colonos por meio de isenção de impostos e outros benefícios. “Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar” (Prado Junior, 1961, p. 114).

Na idade média, o açúcar era uma especiaria muito apreciada, enquadrado em produtos medicinais. Sendo o artigo de maior necessidade. O abastecimento dessa especiaria, na Europa, nesse período pelas plantações do mediterrâneo. Ele é muito consumido desde 700 d.C., por plantações dos árabes na Sicília e na Espanha por moura. A fabricação nessa área cresce até o século XV, mas tem decréscimo em virtude da competição com as Américas (Ferlini, 1998).

A vastidão do território brasileiro poderia ser palco para pequenos produtores e incluir a agricultura de subsistência. Contudo, o propósito era investir em uma atividade especializada para o mercado internacional, que promoveria grandes lucros. A intenção nunca foi apenas o povoamento, ele era a necessidade de manter as terras sob seu domínio, o objetivo era extrair todo lucro possível. Além disso, com a monocultura da cana, não é possível desencadear uma agricultura diversificada, e essa é a ideia, pois não teria sentido a colonização mercantilista (Ferlini, 1998).

A monocultura como forma de organização agrária, é uma lógica de exploração que prioriza o cultivo em larga escala, com apenas um único produto. Contribui com grande devastação ambiental, desmatamento, queimadas e torna o solo improdutivo, ao contrário da pequena produção do tipo camponesa que não é uma escolha eleita para acumulação (Furtado 2005).

As faixas intertropicais do planeta carregam um ambiente propício para produção em larga escala, essa condição é fundamental para o desenvolvimento de uma economia agrária, esse é um dos caminhos que guiaram a colonização nas regiões asiáticas, africanas e americanas (Ab'sáber, 2007). No caso do Brasil, a conquista do território também está dentro desses determinantes. Nas construções de empresas açucareiras “lotadas de grande extensão de terras, bem como a monocultura, atenderam a uma política econômica de recursos e maximização de lucros (Ferlini, 1998, p. 18).

A doação de grandes faixas de terras para o cultivo da cana possibilitou a expansão da área cultivada e da produção. Os grandes latifúndios possibilitaram a troca constante de plantação, já que essa é uma prática que provoca grandes impactos ambientais, no solo. Sem o uso de tecnologia e agrotóxicos é praticamente impossível manter uma produção por um longo período (Ferlini, 1998). Nessa direção,

a monocultura, de um lado, atendia às exigências de produção em larga escala para um mercado europeu ávido por açúcar e, de outro, atava a Colônia às linhas de comércio metropolitano. Concentrando seus esforços na produção açucareira, a COLÔNIA em tudo dependia do abastecimento metropolitano, constituindo-se em mercado consumidor de produtos europeus (Ferlini, 1998, p. 18-19).

A estrutura agrária do Brasil na fase colonial é marcada por três principais componentes: o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo. Essas são categorias complementares nas colônias, isso não é apenas uma característica presente no território brasileiro, mas em todas as nações que também enfrentaram o colonialismo (Furtado 2005).

De acordo com Ianni (1978) o desenvolvimento das colônias e escravidão são determinações do capitalismo mercantil. Conseqüentemente,

os movimentos, as articulações e as rearticulações, internos e externos, das formações sociais escravistas nas Américas e Antilhas são influenciados e mesmo determinados (em graus variáveis, é certo) pelas exigências da reprodução do ' capital europeu; primeiramente mercantil e em seguida industrial (Ianni,1978, p. 17).

A crescente expansão da empresa açucareira carregava algumas dificuldades, a primeira é a hostilidade dos indígenas em adentrar a monocultura e segundo os custos com o transporte que também preocupava o governo português. Com baixa mão-de-obra a ideia era escravizar os indígenas e isso “resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar” (Furtado, 2005, p. 47). A princípio, a escravidão se tornou um fator determinante para a sobrevivência dos colonos europeus. Eles receberam vários investidos para permanecerem nos engenhos, sem o trabalho escravo não conseguiriam explorar as novas terras.

Quando foi erguido os engenhos e escolhido o trabalho escravo como mão-de-obra, intensificou a captura para exploração dos indígenas, contudo, logo foi abolido porque eles não foram considerados aptos para exercer a atividade. Para Ab'sáber (2007) a divisão do trabalho nas comunidades indígenas seguia outros padrões. Algumas vezes baseados na faixa etária e

gênero, as mulheres desenvolviam atividades agrícolas e coletas, os homens com a caça, o refinamento de especiarias, pinturas etc.

A insatisfação provocada pela baixa mão-de-obra culminou na escolha pelo tráfico negreiro. A justificativa é que os negros africanos eram mais pacíficos e submissos, ou seja, mais aptos a exercer a atividade na lavoura. Na verdade, é que a comercialização de escravos era uma atividade extremamente lucrativa aos portugueses:

A compra de escravos, por sua vez, representava o adiantamento à Metrópole, de parte considerável da renda a ser gerada na Colônia, e que em outras condições (por exemplo, trabalho livre) ficaria retida na Colônia. Finalmente, o alto custo dos negros dificultava a aquisição de escravaria suficiente para o trato do açúcar, restringindo a obtenção de lotes de terras a poucos indivíduos (Ferlini, 1998, p. 20).

De acordo com Ianni (1978) a administração das colônias estava organizada conforme três objetivos. O primeiro é referente ao enfrentamento das possíveis aproximação de outras metrópoles, a exclusividade é uma característica do mercantilismo. O segundo trata do controle do trabalhador escravizado, dispor das técnicas de transporte e movimentação do escravizado e uma forma de sustentar a produção das colônias e manter o sistema político. E o terceiro aborda a exportação do que se é produzido pelas colônias.

Além da experiência portuguesa de utilizar a exploração de trabalhadores negros em plantações nas áreas costeiras asiáticas e africanas. A permissão para utilização de negros escravizados foi o desenvolvimento da empresa açucareira em Algarve e nas ilhas do atlântico, a partir de novas organizações do trabalho “sem parâmetros na Europa, a exigir novas categorias de trabalhadores, alienados de tudo: dos meios de produção, de suas origens, de sua liberdade. O processo de produção, o destino do produto, o próprio sentido da atividade escapava ao produtor direto” (Ferlini, 2003, p. 26).

O desenvolvimento da produção mercantilista escravista precisa organizar a produção de maneira centralizada e concentrada, pois guiadas pelo capital mercantil disponham da necessidade do monopólio da terra para suas necessidades. Além de que no procedimento formador da produção exige muitos trabalhadores que nas condições do período seria mais rentável a escolha do trabalho compulsório (Ferlini, 1998).

Diante da esfera mercantil, para a acumulação originária de capital, a fabricação de açúcar aparentava se desenvolver de maneira “natural”, e esse desenvolvimento apenas poderia ocorrer na esfera da grande produção rural, nos seios do trabalho compulsório e nos latifúndios. Assim, na esfera da grande produção açucareira, o capitalismo mercantilista tratou de estruturar

o trabalho escravo como a única forma possível para a exploração dessa atividade. Esse modelo organizativo consegue impedir o crescimento de pequenos produtores, sendo conformatado,

o sentido mesmo da necessidade de escravos estava na racionalização extensiva da produção. Produzir com escravos era produzir mais, excluindo os produtores não escravistas: a produção escravista em larga escala dependia de grandes extensões de terra para sua expansão, que requeria mais e mais escravos (Ferlini, 2003, p. 26).

No Brasil a formação das bases estruturais que sucederam a composição latifundiária e escravista da fabricação do açúcar partia da necessidade de expandir os lucros que era determinado pelo capitalismo mercantil. Por isso que para produzir açúcar foi fundamental possuir a dinâmica entre escravismo e grande propriedade rural. Diante disso, Ferlini (2003, p. 33) vai dizer que:

Se partirmos do pressuposto que a estruturação latifundiária e escravista do açúcar obedecia à necessidade de maximização dos lucros imposta pelo capital mercantil, não haverá contradição entre as explicações. Foi realmente necessário criar nova forma de trabalhador, trabalhando para o capital mercantil e não para si mesmo, garantindo a utilização da terra para o capital e para a produção externalizada. E a objeção colocada por Castro à teoria da fronteira aberta não se mantém. E certo ter o escravismo se imposto inexoravelmente em certas regiões e em outras não haver deitado raízes. Mas é certo também que, onde o escravismo se impôs, a apropriação de terras para outros fins e com outra forma de trabalho não era possível, e o colono branco esteve vinculado às determinações da produção mercantil e escravista. Essa situação, clara aos homens da época, aparece no relatório holandês de 1639, ao estabelecer, dentre as espécies de homens a povoar o Brasil, ser a primeira.

Na maior parte do regime colonial as exportações deveriam ser comercializadas no mercado português. A coroa portuguesa realizou essa determinação de modo a garantir que os tributos dos produtos comercializados fossem pagos, além de também ser uma estratégia para privilegiar que os comerciantes das colônias continuassem suas vendas na Europa Ocidental (Eisenberg, 1977).

As mercadorias agrícolas que eram destinadas à exportação, precisavam ser produzidas em grandes proporções, pois com maior plantação, maior o lucro. O algodão, o café e principalmente a cana para fabricação de açúcar, exigiam uma produção em larga escala. Com o sistema de posse baseado em sesmarias/capitanias, ocasionou impedimento para desenvolver

materiais de subsistência. Isso proporcionou uma concentração de renda, nas mãos de um limitado grupo. Consagrando a hegemonia latifundiária (Eisenberg, 1977).

As atividades dependiam unicamente de trabalho forçado, desenvolvido pelos africanos. “Os escravos não eram consumidores ativos, com o que o mercado interno permanecia bem pequeno; a presença dos escravos depreciava os salários e prejudicava o desenvolvimento de um proletariado rural livre na maior parte do país” (Eisenberg, 1977. p.32). Assim, é necessário considerar a particularidade da região nordeste, que possui o trabalho escravo, na monocultura e trabalho livre com a criação bovina.

A atividade açucareira até o século XVII estava em expansão, a exploração das terras ocorria na parte litorânea. Diante disso, a formação do território nordestino foi pensando para atender as demandas da exportação de matérias-primas. O primeiro, obviamente era o cultivo da cana e fabricação do açúcar. Além do tabaco que tinha grande relevância para o tráfico negreiro, que desde meados do século XVI tinha espaço internacional. Esse produto tinha maior concentração na Bahia, no recôncavo baiano, em Cachoeira, e ao norte em Monte Gordo, que é uma região distrital de Camaçari, além de Sergipe no município de São Cristóvão, aproximadamente 90% da produção advinda dessas regiões (Ferlini, 1988).

Assim como o açúcar, o tabaco também foi constituído nas bases de uma agricultura escravista, nos moldes dos latifúndios. Contudo, no âmbito social, aqueles que desenvolviam essa atividade não possuía a base de poder constituinte quanto os escravocratas dos engenhos canavieiros (Ferlini, 1988).

Em relação ao espaço da empresa açucareira, outras atividades também estavam ligadas ao cultivo da cana-de-açúcar, como a pecuária. O gado, por ser um animal de grande porte, desempenhava grande relevância para o transporte da cana cortada. Como também, a vida desse animal impulsionava o comércio local e fornecia alimentos para o povo. Desde o século XVI, o gado foi implantado na região litorânea. Contudo, devido a monocultura da cana, foi afastado para dentro das cidades, ocupando os sertões. A criação bovina, por sua vez, abriu precedentes para uma nova forma de povoamento, caracterizado com baixa ou nenhuma utilização de mão de obra escravizada (Ferlini, 1988).

O cultivo de cana na Bahia e em Pernambuco foram responsáveis pelo encerramento da atividade pecuarista. “Na Bahia, à época de Tomé de Souza, Garcia d'Avila estabeleceu as primeiras fazendas de gado, que já no século XVII atingiam a região do Rio São Francisco, caracteristicamente denominado "rio dos currais” (Ferlini, 1988, p. 26).

A criação bovina passou a ser desenvolvida no Sul, seguindo o curso do rio e se aproximando de Minas, e no Norte, lançando o Piauí, nas margens do Parnaíba. Nessa área a presença do gado foi tão forte que até hoje está presente (Ferlini, 1988).

A outra parte do território é composta pelo açúcar e escravizados, sendo desenvolvido na região semiárida a “civilização do couro” composta de animais bovinos e o homem livre, os animais eram criados pelas pastagens naturais. Essa atividade era realizada de modo mais rudimentar possível, também por pouco número de pessoas. No geral, eles eram mestiços, vaqueiros e seus auxiliares diretos. As pessoas que desenvolviam a atividade recebiam um salário:

Os vaqueiros trabalhavam em parceria com o proprietário do rebanho, ganhando uma cria de cada quatro. De cinco em cinco anos, dava-se o acerto de contas, podendo então o vaqueiro formar um pequeno rebanho. Os "fábricas" eram assalariados, pagos em dinheiro ou crédito, e não dispunham de condições para se tornar criadores (Ferlini, 1988, p.27).

Nos sertões existia uma peculiaridade sendo denominados de “sociedade do couro”, as plantações de subsistências poderiam existir, desde que não compromettesse a atividade canavieira. Ferlini (1988) vai dizer que a cana se apropriou das terras e os engenhos da força de trabalho negra.

Em meados do final do século XIX, a produção de açúcar no Brasil enfrenta duas crises. A primeira é econômica, a partir da concorrência internacional, e a outra pela dinâmica causada pelo fim da escravidão, que repercutiu nos engenhos, a falta de mão de obra para atividade canavieira (Eisenberg, 1977).

A partir disso, foi pensado a utilização de novos procedimentos para a produção do açúcar que sejam mais qualificados para alavancar a produção, já que seria destinada ao mercado internacional (Canabrava, 1971). A revolução industrial contribuiu para a modernização dos maquinários.

A unidade industrial estava organizada para a produção de produtos primários, agora denominado engenho central. Contrário aos antigos engenhos, nesse novo modelo existia a divisão do trabalho, de um lado o proprietário agrícola e de outro o fornecedor de açúcar (Canabrava, 1971).

Era esperado que no engenho central a partir da divisão do trabalho, seria possível que a produção se expandisse, porque agora o processo era mais qualificado. O produtor poderia

selecionar seus métodos para melhorar a organização do trabalho. Uma vez que ele apenas se dedicando à agricultura poderia investir recursos nos engenhos (Eisenberg, 1977).

Assim, a melhoria nas técnicas para fabricação do açúcar colaborou para consolidar formas específicas de produção. O desenvolvimento da divisão de trabalho estimulou novos arranjos organizativos nas relações de trabalho nesse período.

Os desdobramentos presentes nesse período operam nas questões contemporâneas que no seguinte capítulo é traduzido na análise crítica dos processos das transformações do mundo do trabalho e reverte-se na superexploração do homem no contexto do capitalista atual.

3. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: exploração da força de trabalho no campo

Ao apresentar as relações de exploração do trabalho presente na contemporaneidade, a teoria é fundamental no desenvolvimento do estudo. Assim, para apreender os significados do setor agroindustrial canavieiro no Brasil, é preciso elucubrar questões mais amplas para melhor captar as bases setoriais da cana. Para tal fim, o presente capítulo se propõe a refletir ao redor de três principais questões – transformações do mundo do trabalho, reestruturação produtiva no setor agroindustrial e a modernização do campo em Sergipe.

3.1-Transformações no mundo do trabalho e a dinâmica atual da superexploração

Compreender as relações de trabalho e os meios de produção sob a lógica da sociedade capitalista exige uma análise teórica fundamentada no materialismo histórico, base da teoria marxista. Nessa perspectiva, torna-se possível analisar de forma crítica o trabalho na contemporaneidade.

A teoria de Karl Marx fundamentais para consolidação de bases materiais para a concretude socioeconômica é precursora do conhecimento, da razão, da cultura etc. são produzidas em expressões da materialidade. Isso é desenhado de maneira distinta, porém auxiliares. Primeiro entendimento, trata da existência do mundo material sucedido pela autonomia do conhecimento. Apenas a partir dessa observação é que se é possível pensar em processo de conhecimento. “Este só adquire sentido na medida em que aceitamos a objetividade do mundo exterior” (Dos Santos, 1986, p. 11). O segundo vai tratar do mundo material é conhecimento fundamental para o surgimento do agente racional. Tendo em vista que apenas devido a existência desse conhecimento torna-se possível que as “condições materiais que permitem a indivíduos concretos pensantes viver e reproduzir sua vida” (Dos Santos, 1986, p. 11).

Para isto, a primeira condição se define pela capacidade do indivíduo (ou da sociedade concreta em que vive) de alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, sem mencionarmos os sofisticados instrumentos materiais (lápiz, caneta, papel, madeira, livro, computador etc.) de que ele necessita para alcançar o pleno desenvolvimento do seu pensamento (Dos Santos, 1986, p. 12).

Não basta a mera aceitação de um axioma de base, é essencial assumir que, no movimento da própria função cognitiva, exercem-se funções materiais concretas. Assim,

tornando esse componente de dinâmicas sociais mais amplas possibilitam que os contextos sociais sejam capazes de produzir e reproduzirem em condições materiais marcadas por especificidades (Dos Santos, 1968).

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois, verificáveis por via puramente empírica (Marx, 1998, p. 10).

O trabalho está relacionado com as determinações intrínsecas da existência humana, logo, a necessidade de atentar-se para as formas de organização de atividades laborais é presente na história. Por isso, essas questões são traduzidas nos processos de sociabilidade existentes em conjuntos familiares e nas relações com outras configurações sociais desenvolvidas ao longo do processo histórico (Pinto, 2013).

Os arranjos da organização do trabalho, configurando a possibilidade de compreendê-lo a partir de um entendimento puramente tecnicista, são inscritos na dinâmica produtiva capitalista e alinhados aos interesses da classe dominante. Como ocorrência central, as primeiras revoluções industriais durante o século XVIII:

Desde então, a organização do trabalho foi elevada à categoria de matéria do conhecimento a ser conquistada com base na luta política e econômica explícita entre o empresariado (classe proprietária dos meios de produção e compradora de força de trabalho) e os trabalhadores (classe social expropriada nesse processo e cuja existência atual exige vender sua capacidade de trabalho em troca de salários). Enquanto aos últimos tal conhecimento passou a ser um dos poucos meios de assegurar sua subsistência e, portanto, suas condições mínimas de saúde física e mental (além de direitos sociais, civis e políticos básicos, frente ao desemprego e à queda dos salários tornada crônica a partir de então), ao empresariado tal conhecimento tornou-se um importante meio de controle social, econômico e político da classe trabalhadora, com o objetivo de manter em funcionamento o sistema de acumulação de capital (Pinto, 2013, p. 16-17).

Diante das sucessivas reconfigurações do trabalho ao longo da sua estruturação histórica, a centralidade mais contundente ocorreu durante o terceiro quartel do século XX. Esse é o período em que a primazia do trabalho é colocada no modelo de produção mercantil.

Logo, somente durante a década de 1970, durou o equilíbrio voltado às questões sociais, políticas e econômicas. Contudo, ocorrem mudanças estruturais significativas nesse período. É preciso ponderar a essência do caráter sistemático dessas operações, ou seja, as modificações de ordem econômica e política são um ciclo de intervenções responsáveis por operar em sinergia de modo a alcançar estabilidade microestrutural para as relações de produção capitalista (Pinto, 2013).

Primordialmente no campo econômico o balanço internacional de vários países foi atingido por estruturas descompassadas devido ao crescimento abrupto do valor do petróleo através da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), além das oscilações recorrente referente a ascensão e queda de valor do dólar, estabelecidas pelos Estados Unidos da América (EUA) (Pinto, 2013).

A emergente crise estrutural capitalista⁶, destacou as grandes influências de algumas nações, principalmente: EUA, países da Europa do Oeste e o Japão. A reestruturação produtiva do capital incide em múltiplos aspectos da vida humana, diante de dimensão social. É sob esse cenário, que a reestruturação produtiva ganha seus contornos e seus efeitos recaem no mundo do trabalho (Alves, 2007).

Diante da sua característica marcante por conduzir o capital promover práticas concretas capazes de realizar uma autossustentação com identidade, com capacidade de produzir elementos aptos de constituir uma quebra mundial, em vez de conter-se pelas limitações impostas no seio da produção que são voltadas imperativo as exigências da vida humana. Assim, a crise resultou, diante de questões correlatas, que o capital efetivasse um mecanismo

⁶ (...) a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda, reivindicuem a realização de exatamente isso. A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (Mészáros, 2009 p. 795-766).

de reestruturação, visando restabelecer seu ciclo reprodutivo, uma vez que ele afeta diretamente a esfera das relações de trabalho (Antunes, 2004).

Os impactos promovidos por esse processo reestruturaram o mundo do trabalho. Isso implicava em algumas implicações como:

1. Alta flexibilidade da produção, ou capacidade de produzir diferentes modelos de produtos num curto período de tempo, mantendo-se ou não a larga escala;
2. Altos índices de qualidade nos produtos, o que reduziria inclusive custos de produção, em vista do baixo volume de retrabalho;
3. Baixos preços finais, o que poderia ser obtido não apenas pela redução do retrabalho e pela flexibilidade produtiva, mas também através da manutenção de uma "fábrica mínima", operando sempre com baixíssima capacidade ociosa, tanto em termos de equipamentos, quanto de estoques e de efetivos de trabalhadores;
4. Entrega rápida e precisa, com os pedidos sendo entregues no momento exato estipulado pelo cliente, na quantidade exata e com um controle de qualidade que lhe garantisse pronta utilização na maioria dos casos (Pinto, 2013, P. 44-45).

As transformações lançaram dúvidas ao sistema taylorista/fordista. Uma vez que a produção industrial, nesse período, estava no centro de grandes núcleos do capital internacional. Por outras palavras, diante das novas organizações do cenário econômico internacional, em virtude do quadro da década de 1970, no modelo produtivo centrado em larga escala, isso formulou os alicerces nas unidades industriais que em sua maioria estavam centralizadas em uma expressiva parcela de mão de obra especializada, com predominância de trabalhadores semiqualiificados, isso é convertido no impedimento da expansão (Pinto, 2013).

A maior qualificação foi possível ser observada em distintas áreas. Por exemplo, a siderurgia é o ambiente dotado em termos relativos de intelectualização das atividades laborais, contudo, em outros setores, foi possível perceber grande desqualificação e degradação. É possível citar a indústria automobilística, na qual o operador de ferramentaria deixou de ter relevância. Ainda é possível sinalizar outros profissionais, como os mineiros, os portuários, os carpinteiros navais etc. “Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador 'polivalente e multifuncional' da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico” (e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual” (Antunes, 2004, p. 170). De outro lado, está situado um conjunto de trabalhadores com baixa especialização que adentram no mercado informal, sendo submetidos a subempregos.

Conforme o ciclo de transformações no mercado de trabalho, os trabalhadores passam a ter uma base mais heterogênea, ou seja, com maior diversidade e fragmentação. Em virtude

disso, os trabalhadores são segmentados naqueles que detêm qualificação e nos que não têm. Além do campo de trabalho com formalidade e informalidade, nas bases geracionais, nas relações de gênero e entre outras questões. Sendo necessário mencionar que a nova ordem internacional do trabalho decorreu de modo operacional distinto entre os países e pelo conjunto dos trabalhadores (Antunes, 2004).

Neste cenário, o campo das relações de trabalho sofreu profundas mudanças. Por essas razões, tanto os países de economia centrais quanto os dependentes apresentam desafios diretos à classe trabalhadora.

Ao longo dos anos de 1980, as economias centrais presenciaram minuciosas modificações fiscais na esfera das relações de trabalho e nos arranjos de produção. Como também a abordagem de representação por meio de organização sindical e política. As alterações foram arquitetadas intensamente, admitindo-se a possibilidade de concluir que, comparada a “classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (Antunes, 2004, p. 23).

Durante as últimas décadas do século XX, e diante da influência das mudanças multidimensionais sucedidas devido sobretudo aos pressupostos ideológicos do toyotismo⁷, que nesse período com maior ímpeto permeou as atividades empresariais capitalistas em solo brasileiro. No interior do dinâmico processo de reestruturação de capital, aliado a reformulações neoliberais produzidas na administração de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). “A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da força de trabalho e de organização da produção capitalista no Brasil” (Alves, 2007, p. 158). No que diz respeito aos trabalhadores e às entidades representativas, elas:

(...) desempenharam um inusitado papel social neste processo. No mercado de trabalho, cada vez mais homogêneo, o desemprego baixou a níveis praticamente inéditos. Os salários articularam-se estreitamente com a elevação da produtividade e dos preços, ampliando seu poder de compra. Os salários indiretos foram desenvolvidos e parcelas significativas do custo do trabalho foram assumidas pelo Estado. Finalmente, mas não menos importante, as relações de trabalho assumiram um caráter mais padronizado e a contratação coletiva adquiriu uma função econômica favorável à administração da demanda agregada (Mattoso, 1994, p. 521-22).

⁷ O toyotismo é o “momento predominante” da reestruturação produtiva que ocorre sob a mundialização do capital (Alves, 2007, p.5).

O consenso resultante dos trajetos de duas perspectivas de modificações entre a reestruturação produtiva e a flexibilização da ofensiva pública, que regulamentou a ação do livre mercado, o que provocou consequências no aprofundamento da fragmentação da classe trabalhadora (Pinto, 2013).

A primeira concepção é referente ao desfecho lógico-funcional da necessidade do mercado tecnológico, recém-estabelecido modelo de referência, atividade fabril massificada, composta por itens singulares e da estrutura interligada da fabricação flexível. Sob esse ponto de vista, é possível admitir a emergência de uma nova organização do trabalho, com um trabalhador detentor de maior nível educacional e polivalência funcional, contrastando com o modelo fordista — trabalhadores especializados e desqualificados. Nessa ótica, o perfil emergente de mão de obra imerso em corporações hegemônicas, nos contextos laborais nos quais o proletariado mostrava-se positivo substancialmente com o ofício exercido, “maior soberania em seu trabalho, capacidade ampliada para evoluir ao ritmo das novas técnicas e sobretudo valorização de seu conhecimento técnico individual — poderia até ver "humanizado" o seu trabalho e/ou ampliadas suas conquistas” (Mattoso, 1994, p. 524).

Os referidos profissionais, essenciais à conservação do novo modelo produtivo capitalista, concebido com uma flexibilização estruturalmente acentuada etc., estariam aptos a salvaguardar os empregos e inclusive aumento salarial. Cumpre acrescentar que poderiam contar com a expectativa de instrumentos de diálogos coletivos no campo das relações empresariais, além de certificar sua incipiente natureza polivalente (Mattoso, 1994).

Para Antunes (2004), as profundas mudanças da dinâmica do trabalho trouxeram desdobramentos diretos ao conjunto dos trabalhadores. Diante disso, um aspecto determinante para o avanço e ampliação progressiva do desgaste das entidades representativas está inscrito no descompasso, presente na fragmentação dos trabalhadores, que conseqüentemente precariza o trabalho. Considerando tal cenário:

O aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores "estáveis" e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, dotado de uma abrangência maior e que privilegia as esferas intercategoriais, interprofissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o conjunto dos

trabalhadores, desde os "estáveis" até os precários, vinculados à economia informal etc (Antunes, 2004, p. 69-70).

As estruturas que desencadearam o colapso dessa estruturação estavam associadas sob o direcionamento de instituições sindicais, visando patentear as intermediações dos setores de categorias e demais áreas de atuação que surgiam nesse período. Incluindo a cobertura de trabalhadores com vínculos empregatícios na esfera da formalidade e os que desempenham as atividades temporárias (Pinto, 2013).

Para refletir sobre a dinâmica do trabalho, é primordial sempre considerar as determinações do desenvolvimento socio-histórico e econômico do estágio do capitalismo mundial. Posto isto, é crucial uma avaliação criteriosa a respeito da economia política no seio da mundialização do capitalismo em sua fase tardia “O capital em seu processo de expansividade global irrefreável e incontrolável aparece, mais do que nunca como uma “totalidade concreta” em movimento sistêmico, permeada de contradições dilacerantes” (Alves, 2007, 198).

Esse é um padrão formador de novas dinâmicas de repercussão internacional do mundo do trabalho, conectado comumente com a precarização e flexibilização do trabalho “e cada vez mais amplas do advento da acumulação flexível do capital e dos diversos impactos de suas tecnologias de gestão do trabalho” (Valência; Félix, 2021, p. 40).

As reconfigurações dos processos produtivos impactaram o desenvolvimento das bases produtivas. A nova reconfiguração da dinâmica produtiva aliada à flexibilização de direitos e garantias legais, reestruturação da gestão do trabalho e das organizações dos trabalhadores. A expansão dos segmentos produtivos, por exemplo, o setor de serviços, a intensificação de vínculos informais “e a organização da produção em redes não são favoráveis” (Campos, 2007, p. 12) para um movimento de organização do conjunto da classe trabalhadora.

Diante dessas inovações e incorporações, já não cabia ao sistema produtivo vigente, o mesmo operário formado para atender ao início da industrialização, fortemente capacitado para trabalhos mecânicos como aqueles ligados à ferramentaria, tornearia, prensa etc. Os novos tipos de equipamentos colocaram, portanto, tais profissões na obsolescência, o que, além de causar desemprego em grande escala, passou a expor milhares de trabalhadores à pressão de se formarem para que pudessem atender às novas demandas, afetando diretamente a maneira de se organizar a educação. Nesse momento, o capitalismo requer indivíduos muito mais “aptos” às relações pessoais, ao convívio e às “parcerias” com as empresas, além de demandar por funções distintas das braçais, na medida em que, com a inserção das novas tecnologias, criou-se a

necessidade de operários competentes, por exemplo, na leitura e na escrita da Língua Portuguesa, visando à compreensão dos mais diversos manuais e aos comandos dos novos equipamentos. Essa nova configuração exige, também, indivíduos preparados para trabalhos de programação e manutenção de softwares, o que, novamente, se distancia da “velha” formação que preparava para os trabalhos mecânicos (Botiglieri; Cassin; Vale, 2011, p. 50).

As mudanças transformaram o processo produtivo e alteraram o perfil do trabalhador. Profissionais que antes desempenhavam atividades que eram principalmente manuais passaram por adaptações significativas com a introdução de novas tecnologias.

Por isso, diante das “transformações têm-se processado no nível da produção em si e no das relações de trabalho, resultando em aumento e diversificação da produção agrícola e na recriação de antigas e na emergência de novas formas de organização do trabalho” (Alessi, Navaro, 1997, p. 113). Sendo possível evidenciar que a inovação tecnológica presente nos processos de produção da cana contribui com a superexploração do trabalho, esse processo pode ser observado na reformulação das bases produtivas desse setor.

3.2- Reestruturação produtiva no campo Brasileiro e Nordeste: indústria canavieira

O desenvolvimento da industrialização e a reestruturação do campo trouxe rebatimento ao mundo do trabalho ao mesmo tempo que é exigido o aumento da produtividade, e a diminuição do número de trabalhadores empregados no setor. Esse é um processo que carrega um conjunto de modificações tecnológicas, econômicas e jurídicas (Silva, 2000).

No território brasileiro, o setor sucroalcooleiro é lançado de modo desigual na esfera espacial, na qual as formas de controle das forças produtivas e as relações de produção são revestidas pelo arremetimento tecnológico. Nesse sentido, o desenvolvimento científico a partir dos ditames do modelo capitalista produtivo não é possível apenas compreendê-lo como melhoramento técnico, uma vez que se trata do incremento da “dominação do capital sobre o trabalho” (Teixeira, 1999, p. 112). A adição de novas estruturas técnicas nas relações de produção resulta em um degrau de eficácia produtiva no setor, do mesmo modo recai a concentração econômica em pequeno grupo de grandes magnatas do agronegócio. Sincronicamente, isso retira autonomia e corrobora para a superexploração do trabalhador.

Por conseguinte, deve-se considerar que o funcionamento das relações de trabalho no campo tem de ser analisado em conjunto com a expansão capitalista. Convém, outrossim, ponderar que a dinâmica do capital, o desenvolvimento industrial e a reconfiguração das forças

laborais quando articulados e desiguais nas diversas partes do território, sendo possível notar que tanto os novos quanto os velhos processo de trabalho no meio rural permanecem sempre sob controle do capital (Cassin; Vale, 2011).

É imperativo notar que o incremento tecnológico não significa alinhar-se contrariamente aos interesses da força de trabalho humana, antes, porém, está em defesa da acumulação do capital. A implantação do saber especializado impõe cadência nos trâmites fundantes para a mecanização agroindustrial canavieira. A instalação tecnológica transpira desde a preparação do terreno para o plantio da cana à etapa de refinamento industrial que utiliza,

um conjunto articulado de inovações mecânicas, físico-químicas, biológicas e microeletrônicas que se materializam na forma de aumento da produtividade agroindustrial, sendo, portanto, o processo de geração e difusão tecnológico o elemento fundamental para os interesses do capital sucroalcooleiro (Teixeira, 1999, p. 112).

A cadeia produtiva da cana é um setor de grande relevância econômica do país. O álcool, por exemplo, tem baixo custo produtivo, tendo sido empregado como rede energética no país desde a década de 1970. Também é criteriosamente citado como fonte de energia limpa, no entanto, deixou posteriormente de ter relevância. Assim, o processo de reestruturação produtiva desse segmento tem artimanhas oriundas do Proálcool (Teixeira, 1999).

Durante a metade dos anos 1970, nas quais a nova política de álcool foi constituída, sendo incorporadas usinas e destilarias nesse programa, o Estado, máquinas e outros equipamentos relacionados à produção canavieira e o setor automobilístico. Assim, essas articulações deram origem ao Proálcool (Szmrecsányi, 1979). Para alavancar a exportação da indústria canavieira, a criação de políticas foi uma excelente estratégia, apesar de anteriormente já haver protótipos dessas políticas em antecedentes cronológicos. A efetivação, porém, iniciou-se somente em uma etapa posterior, com o início da formulação “do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) em meados da década de 70. Para o crescimento da agroindústria canavieira ela deveria tornar-se mais competitiva em termos de custos e rendimentos” (Teixeira, 1999, p. 115).

A proposta suscitou o desenvolvimento do Planalsucar a partir do Decreto-Lei n. 1.186, de 28 de fevereiro de 1971, detentora da proposta destinada integralmente à esfera agrícola e agroindustrial, “ao contrário do que ocorria, com frequência, quando o governo dava prioridade à parte industrial. Isso indica que já estava assimilado o conceito de agroindústria e que o capitalismo brasileiro já se adaptava aos grandes complexos agroindustriais” (Andrade, 1994,

p. 232-233), necessário obter o reconhecimento de que os subprodutos da cana (açúcar e etanol) também pertenciam ao campo. Por isso, o Sobressalto desenvolveu a infraestrutura a partir de medidas tecnológicas fundamentais para melhoria da cana (Andrade, 1994):

Paralelamente a essa evolução nos mercados externos do açúcar brasileiro, foi tomando corpo na agroindústria canavieira uma nova política para o álcool, tendo em vista a atual conjuntura petrolífera no mundo e os crescentes déficits no balanço de pagamentos do País. Os aumentos havidos nestes últimos anos nos preços dos derivados de petróleo conferiram novo interesse à produção de álcool, inclusive do álcool direto (isto é, não residual da produção de açúcar), para mistura-carburante (álcool anidro) e para fins industriais (geralmente álcool hidratado). Esse interesse tornou-se mais acentuado com a necessidade do Brasil tentar reduzir suas importações de combustíveis e matérias-primas (Szmrescsányi, 1979, p. 308).

De acordo com Szmrescsányi (1979), no ano de 1972 a produção alcooleira nacional era de 4,6 milhões de litros diariamente, desses 900 mil nas regiões norte/nordeste, enquanto 3,7 milhões eram fabricados na região centro sul. No comparativo a isso, a maior safra registrada até o referido momento foi a de 1970/71, que produziu 828 milhões de litros anuais. Para Andrade (1994) a expansão produtiva alcooleira materializou-se inicialmente em 1975. Durante o processo de escoamento do açúcar para mercados externos e “pela nova conjuntura petrolífera mundial e pelos desdobramentos da crise” (Szmrescsányi, 1979, p. 306), esse é o período factível para a modernização do capital para a agroindústria (Andrade, 1994). Iniciando uma nova configuração temporal para o setor que passa a produzir uma nova mercadoria, o etanol.

Nos termos do decreto n.º 76.569 de novembro de 1975 foi instituído o Proálcool, a fundamentação para esse ato normativo deu-se baseado na noção de que o território brasileiro, como destinatário de significativas importações de petróleo, seria inexecutável dá continuidade às importações do produto, assim, “de acordo com as suas necessidades, por causa da elevação de preço no mercado internacional. Mas a principal razão do novo programa era "salvar" a agroindústria canavieira e ampliar o mercado da indústria mecânica pesada, que já estava trabalhando com capacidade ociosa” (Andrade, 1994, p. 236).

As finalidades perseguidas pelo Proálcool caracterizavam-se por uma série de questões que impactam nas relações econômicas e sociais do Brasil, sendo possível citar a redução das desigualdades regionais, o crescimento da renda dos estados, além da geração de empregos e a expansão da “produção de bens de capital, mediante crescentes encomendas de equipamentos

destinados à modernização e implantação de destilarias” (Andrade, 1994, p. 236). Nesse sentido, na perspectiva de impulsionar o desenvolvimento da agroindústria canavieira, a criação do Pro-álcool dispunha de cinco principais objetivos, de acordo com as delimitações elaboradas por Szmrecányi, (1979, p. 437):

1. Economizar divisas, através da substituição de importações de combustíveis e matérias-primas derivadas do petróleo;
2. Reduzir as disparidades regionais de renda, visto que praticamente todas as áreas do País, inclusive as de baixa renda, dispõem das condições mínimas necessárias para a produção de matérias-primas para o álcool em volume adequado, sobretudo em se tratando da mandioca;
3. Reduzir as disparidades individuais de renda, através do apoio ao setor agrícola e, dentro deste, a produtos altamente intensivo quanto ao uso de mão-de-obra;
4. Aumentar a renda interna, pelo emprego de fatores de produção ora ociosos, ou em desemprego disfarçado (terra e mão-de-obra principalmente) "considerando que se pode orientar a localização das culturas para onde haja disponibilidade";
5. Expandir a produção de bens de capital, "através da crescente colocação de encomendas de equipamentos com alto índice de nacionalização, destinados à ampliação, modernização e implantação de destilarias".

Vale ressaltar, que o alinhamento estratégico entre o setor público e o privado estabeleceu uma articulação para gestão e interesses em combustíveis renováveis alternativos, como o álcool, que é alternativa mais pertinente para substituir combustíveis fósseis derivados do petróleo. Isso resultou na substituição do protagonismo de outros programas energéticos, como o Programa de Óleo (PROÓLEO), o Programa Nacional de Carvão (PROCARVÃO), além do PROÁLCOOL. “o PROÓLEO (objetivando substituir o óleo diesel), o PROCARVÃO (objetivando substituir o óleo combustível) e o PROÁLCOOL (objetivando substituir a gasolina), sendo o último o que teve maior apoio e resultados” (Shikida, 1997, p. 69).

Destacam-se dois eixos principais que impulsionam a formulação do Proálcool — como uma política energética estratégica, que foram: a crise do petróleo e o imbróglio da cadeia produtiva canavieira. A partir desses aspectos, apreende-se que,

a crise do petróleo gerou um "gargalo" no processo produtivo. O "gargalo" propicia um ambiente favorável ao surgimento de várias opções; neste caso, foram o uso do álcool, do carvão e do óleo vegetal. Contudo, a crise da agroindústria canavieira acabou favorecendo a "orquestração" de interesses que levou o País a optar pelo PROÁLCOOL. Nessa linha de raciocínio, a crise do petróleo levou ao surgimento de várias inovações, e a "orquestração" de interesses definiu qual proposta foi vitoriosa (Shikita 1997, p. 71).

O Proálcool foi segmentado em três fases. Ao passo que a primeira (1975–1979) e a segunda (1980–1985) etapas lograram êxito em relação às demais alternativas energéticas do período, contudo, a terceira fase (1986–1995) deflagrou o declínio do programa. Para Teixeira (1999), a especificidade mais notável da primeira fase constituiu-se pela considerável ampliação da área total cultivada de cana-de-açúcar no território. A principal finalidade situava-se na expansão da capacidade produtiva do etanol absoluto. Em relação ao complexo industrial sucroalcooleiro, foi imperativo instituir um mecanismo para fomentar os aparelhos de destilação. A partir da segunda disparada do preço do petróleo, no ano de 1979, o Proálcool sofre uma readequação e recebe um maior fortalecimento que acontece por meio de investimentos governamentais, as instituições empresariais direcionaram aporte financeiro para geração de complexo independente de destilação, por serem essenciais para fabricação do etanol combustível hidratado. O segundo momento, apresentado por via do aumento da produtividade mediante a adoção de variedades do cultivo, modificou os processos organizativos do trabalho. Por isso, a dinâmica de industrialização dos canaviais utilizou-se da especialização dos grupos, que então passaram a atuar nas mais diversas atividades agroindustriais. Em síntese:

(...) houve mudanças na década de 80, no comportamento do movimento sindical, a partir da emergência de lutas políticas dos trabalhadores canavieiros; lutas essas apontadas como um dos fatores que teriam levado as empresas a investir em tecnologia e a promover alterações na organização da produção e do trabalho. As ações coletivas dos trabalhadores e de suas organizações resultaram, por um lado, conquistas de direitos trabalhistas, ocasionando uma elevação do custo da mão-de-obra e, por outro, uma vulnerabilidade do processo produtivo às resistências dos trabalhadores. Na agroindústria canavieira, as soluções de algumas reivindicações em relação ao emprego foram encaminhadas pelos empresários de forma discutível. Os trabalhadores reivindicavam emprego permanente e os empresários introduzem as colhedoras mecânicas, procurando a adequação do mercado de trabalho ao corte mecanizado (Teixeira, 1999 p. 120).

Cumprido destacar, os destinatários prioritários do Proálcool, na primeira fase, consagraram um número restrito de produtores e estado, esse cenário decorreu pelas imprevisibilidades por parte significativa das lideranças industriais em relação à estabilidade do programa, principalmente motivados por expectativas de um potencial recuperação do valor do açúcar no comércio internacional. Somado a isso, também existiram indecisões por parte da indústria automobilística quanto à factibilidade do projeto (Shikida, 1997).

A tríade (o complexo industrial canavieiro, o Estado e o setor automobilístico) pela confluência do desenvolvimento durante os ciclos do Proálcool, por isso as configurações institucionais detinham a característica de eliminar a necessidade de incertezas. Um aspecto que justificou o motivo da primeira etapa do programa ter uma leve expansão. Como evidência disso, na esfera da administração pública, apesar de a Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS) estar totalmente direcionada a atender as demandas do Proálcool, ela opunha-se à operacionalização do programa. É evidente que as disputas aconteciam mediante motivação dos empregados da Petrobras que se utilizavam das funções dos seus cargos. Outro caso ilustrativo trata do fluxo da adesão pertinente dos serviços automobilísticos ao Proálcool, em 1979, ocasionando automóveis com motores monoálcool. A resistência inicial do mercado automotivo decorreu a partir de dois fatores diversificados, o primeiro diz respeito à baixa credibilidade no abastecimento do etanol, e o segundo trata do breve reconhecimento e interpretação no mercado, isso trouxe inseguranças à indústria (Shikita, 1997).

A segunda fase consta uma expressiva ampliação do Programa, descrita com o crescimento contingencial de empresários que passaram a adorar, isso indicou um ambiente com menos riscos (Shakira, 1997).

Assim, o Proálcool neste estágio apresenta um vasto expansionismo e variedade na produção, sendo uma especificidade do ohnoísmo⁸, em virtude da conjuntura desvantajosa das tarifas de açúcar no comércio exterior e da tensão na transferência de petróleo. Essa fase foi essencial na adição do etanol à gasolina (Teixeira, 1999). Do mesmo modo que,

na segunda fase do PROÁLCOOL, diante de um novo conflito no Oriente Médio - entre Irã e Iraque, que contribuiu para que os preços do petróleo atingissem patamares elevados (mais de US\$ 30 o barril dessa matéria-prima) - e diante de uma majoração das taxas de juros internacionais, acelerou-se a implementação do uso do álcool hidratado como combustível único e deu-se mais ênfase à implantação de destilarias autônomas. Dessa vez o Programa objetivou alcançar a produção de 7 bilhões de litros em 1985, ou seja, mais do que triplicar a produção em aproximadamente 7 anos, além de fortalecer seus propósitos iniciais (economia de divisas, geração de empregos, etc.) (Shikita, 1997, p.80).

⁸ O "Ohnoísmo" ou Sistema de Produção Toyota (SPT), como é estruturado atualmente, surgiu logo após a II Guerra Mundial. Demorou mais de 25 anos, de 1945 até 1972, para assumir a sua forma presente. A produtividade da Toyota tem sido a mais alta da indústria automobilística mundial desde a metade dos anos 60 (Ferro, 1990, p. 58).

O decreto 85.698/1981 determinou as exigências para o cadastro das instalações fabris de álcool hidratado, contendo o poder de fabricação de no máximo 5 mil diários. No entanto, exclusivamente, obteve aprovação às unidades industriais com potencial produtivo maior a 60 mil litros por dia, esclarecendo que esse valor representaria o limite mínimo exequível (Bray, 2000).

Nesse estágio, os estudos acerca da variedade genética da cana na busca por melhores variedades da planta, as quais mais se adequaram aos fatores climáticos e do solo, assim, as pesquisas passaram a ser amplamente difundidas, isso facilita a viabilização do incremento da eficiência agrícola da cana. A inserção de diferentes linhagens, na primeira metade da década de 1980, ocorreu simultaneamente às transformações do pagamento da cana-sacarina, que cessou o pagamento por peso (tonelada) para a remuneração com base nos níveis de pureza do caldo, o que fomentou o refinamento do cultivo. A “busca pela maior eficiência na conversão da sacarose para o produto final e redução de custos; a fase atual, cujo início data de 1985, está sendo caracterizada pelo gerenciamento global da produção agrícola e industrial” (Shikita, 1997, p. 58).

O cenário atribuiu toda atenção em volta do álcool que exerceu um fator determinante para a economia nacional. Além de desempenhar o papel de regulador de reservas para impedir a superprodução de insumos durante as fases de queda dos preços em âmbito internacional. (Rodrigues, 2020). Além disso, é importante evidenciar que esse período foi marcado pela:

incorporação de equipamentos de controle microeletrônico foi desencadeada em meados de 80. No campo, softwares de controle de produção agrícola e novos implementos, como colhedoras de cana, serviço de transbordo de cana do campo para os caminhões e experiências com plantadeiras, geram ganhos de produtividade e reduzem custos de produção. A microeletrônica é também utilizada no controle da produção industrial. Os computadores são instalados com terminais nas várias fases do processo e fornecem informações como vazão, pressão, temperatura, concentração e muitas outras. Esses processos de modernização foram o resultado das atividades extensivas em pesquisa aplicada que podem muito bem ser comparadas e relativizadas ao início da revolução microeletrônica e deram base para a aplicação das novas tecnologias que estavam surgindo, como a engenharia genética onde são utilizados recursos da informática, de tecnologia de ponta como a robótica e os conhecimentos avançados da biologia moderna, na última década do século XX (Teixeira, 1999, P. 116-117).

A otimização do Complexo Agroindustrial Canavieiro (CAI), mais especificamente da agroindústria sucroalcooleira, ao inserir novos princípios em relação ao padrão tecnológico, com o implemento técnicos científicos, trouxe maior viabilidade a aceleração da microeletrônica, pois a tecnologia robotizada incorporada na agricultura é um aspecto constrói novas dimensões para os sistemas automatizados versáteis (Graziano, 1998).

No que concerne à funcionalidade da mão de obra manual, podem-se observar dois critérios para o domínio sobre as atividades laborais nesse setor, propensos a decorrer de riscos que incidem em representações conceituais. O primeiro mencionado tem relação com o intervalo que data do início do século XX até meados da década de 1950, considerando que os trabalhadores do cultivo da cana-de-açúcar residiam quase exclusivamente nas moradias cedidas nas fazendas. A organização ocorria em circunstâncias semelhantes ao regime escravocrata. O proprietário detinha contornos do senhor de engenho. As relações estabelecidas ao morador correspondiam à grande subalternização. Ele obtinha, por contrato, autorização para acessar pequenas áreas que funcionam como plantio para subsistência. Em contraposição, o ocupante das terras teria que estar presente todas às vezes que o solicitado. Deste modo, o trabalho no campo também recai sobre a família do morador (Teixeira, 1999). Assim, residir no local de trabalho é um fator determinante para a superexploração do trabalho. Uma vez que torna um ambiente propício à intensificação da força de trabalho. Logo,

deve-se assinalar que esse padrão de dominação não incluía somente a força de trabalho rural, ou era circunscrita ao setor canavieiro; a literatura sociológica, sobre a constituição da classe operária, brasileira chama a atenção para as chamadas “fábricas com vila operária” (Teixeira, 1999, p. 117).

O modelo de habitação ofertado pelos usineiros decaiu posteriormente aos anos de 1950, por iniciativa deles, a novas admissões aos assentamentos residenciais; as alterações sociais em andamento causam a reconfiguração na relação produtiva, esse contexto impacta “não apenas o ex-morador, que passou a residir fora da propriedade, mas o conjunto da força de trabalho empregada na cana-de-açúcar” (Padrão, 1997, p. 133). Em meio a essas condições que eclodem outra forma de dominação daqueles que desenvolvem a atividade canavieira. As pesquisas que analisaram esse setor começaram fortemente a partir da década de 1970. Já que esse é um campo marcado pela,

sazonalidade do emprego, agora da massa de trabalhadores empregados por essa agroindústria, associada a uma intensa circulação dessa mão-de-obra entre fazendas, municípios e regiões, e mesmo entre atividades

econômicas; e, de outro lado, o baixo grau de formalidade presente nas relações de emprego, objetivadas em contratações intermediadas pela figura do empreiteiro de mão-de-obra (Padrão, 1997, p. 133).

Em face ao início da década de 1990, as pesquisas que se dedicam a compreender as transformações nas condições de trabalho no mercado agroindustrial canavieiro trazem os essenciais da reestruturação produtiva que são comuns a esse setor, a partir dos anos de 1980 (Padrão, 1997). Convém assinalar que foi na década de 70 que a agricultura brasileira passou por uma rigorosa alteração com relação à sua interrelação com a indústria tecnológica. O curso dessa ação indicou a transição nas relações de produção e das forças produtivas (Teixeira, 1999).

No caso do Brasil, as particularidades advindas do crescimento do comércio nacional no âmbito capitalista resultam na esfera industrial da agricultura. Ou seja, a transformação de um sistema rural para os complexos industriais. Em razão disso, almejava demonstrar, a princípio, as atividades que anteriormente eram desenvolvidas nas colônias, porém, em seguida passa pela modernização através da formulação de novo modelo eixos produtivos, em um estágio subsequente “o parque industrial brasileiro se completa com a internalização do D1 da agricultura dos anos de 60 e 70, há uma convergência de atividade afins” (Graziano, 1998, p. 85). O incremento tecnológico reduz a necessidade de recursos humanos. Devido a isso, estratégias são criadas para recrutar os trabalhadores. Pode-se assinalar alguns deles como: são contratados os que demonstram mais aptidão, além da preferência por homens e mais jovens. O curso da mecanização dos canaviais é o elemento determinante para o desemprego no campo. A partir da colheita mecanizada, o trabalhador é submetido a severos ritmos de trabalho. Os grandes proprietários rurais, ao implantarem tecnologia na lavoura, modificam a gestão do trabalho e intensificam a direção da mão de obra, já que o principal objetivo é o aumento da produtividade. Os trabalhadores devem desempenhar os requisitos básicos para alcançar a produtividade imposta. Para atender às exigências das empresas, o trabalhador intensifica o ritmo de trabalho e prolonga a jornada (Teixeira, 1999), isso reflete na superexploração do trabalho.

No Brasil, após dois períodos de crescente expansão sucroalcooleira, entra a partir de 1986 em um declínio da economia açucareira, essa é a terceira fase do Proálcool. A crise proporcionou contrastes racionais. O Estado afasta-se da intervenção, contribuindo para a crise energética (Shikita, 1997):

Esta cronologia de notória perda do dinamismo do PROÁLCOOL durante sua terceira fase, após duas fases anteriores de crescimento, remete o nosso trabalho à formulação *schumpeteriana* de ciclos econômicos. Com efeito, associando essas três fases do PROÁLCOOL com as fases do ciclo econômico de Schumpeter, pode-se observar relações análogas entre ambas (conforme visto no item 2.1, não obstante as idéias de Schumpeter terem sido elaboradas para explicar as flutuações de uma economia, é possível adaptar algumas de suas argumentações para explicar as flutuações de um setor específico dessa economia, como o da agroindústria canavieira). A rigor, os ciclos na economia, segundo Schumpeter, possuem quatro fases: recuperação, prosperidade, recessão e depressão. A fase de expansão "moderada" do PROÁLCOOL (1975-1979) apresentou sinais de recuperação da economia canavieira; a expansão "acelerada" (1980- 1985) foi o momento de auge nesse setor; enquanto a fase de "desaceleração e crise" (1986-1995) carrega sinais evidentes de retração econômica (Shakira, 1997, p. 96).

A crítica que se desenvolveu no âmbito do Pró-álcool, encaminhou-se a partir de despesas reduzidas à grande indústria. Não foram consideradas as expressões da questão social, que um ambiente cercado por monocultura proporciona à população das áreas do cultivo canavieiro. Aos trabalhadores volantes é concedido trabalho assalariado para um curto intervalo (quatro a seis meses). Isso favorece o êxodo rural que degrada as condições de vida. Os apoiadores do Proálcool tinham grandes aflições, sobretudo com indicadores estatísticos, com fomento à utilização de insumos, além de aperfeiçoamento tecnológico; tal contexto impacta na realidade econômica. Resultando em maior acumulação de capital (Andrade, 1994).

É essencial evidenciar a ocorrência do controle das relações trabalhistas no campo brasileiro. Em virtude de que os agentes do agronegócio, encarregados de gerir a agroindústria sucroalcooleira, enfrentam o direito do trabalho. As fiscalizações pelo radar do trabalho escravo, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), resgatam anualmente vários trabalhadores em plantações de cana em todo o país. “Cabe ao Estado, portanto, encarar o problema que a reestruturação produtiva acarreta, em relação à quantidade de trabalho necessário, ocasionando o desemprego em larga escala” (Teixeira, 1999, p. 122). Por isso, é fundamental iniciar o “enfrentamento da questão social pela via estrutural. As alternativas buscadas fundamentalmente no âmbito das políticas públicas sociais, em especial as políticas de transferência de renda” (Santana, 2014, p. 730). Essas implicações estão presentes nas economias dependentes.

Em todo território brasileiro é possível identificar diferentes modelos de estruturação do trabalho no campo, além de diversidade nas dinâmicas laborais na medida em que a estruturação

fundiária é marcada pela preservação de um grande bloco de latifundiários responsáveis pela contratação de trabalhadores, que a única alternativa é vender sua força de trabalho nos períodos de colheita. “Diante dessa multiplicidade de relações, devemos procurar entendê-las em sua singularidade e em sua totalidade, pois se trata de uma realidade determinada historicamente pelas relações locais, porém, sempre subordinadas aos interesses gerais do capital” (Cassin; Vale, 2011, p. 50).

As relações de trabalho na cultura da cana continuam mantendo um espaço significado nas discussões atuais, apesar do crescimento nas fiscalizações do trabalho, aumento de denúncia ao ministério público e secretaria de fiscalização do trabalho do ministério do trabalho, as tensões no campo continuam gerando tensões no campo entre o conjunto dos canavieiros e a burguesia agroindustrial.

3.3-Modernização agroindustrial em Sergipe e as particularidade do trabalhador

Nos séculos XVI e XVII, a região do nordeste brasileiro atingiu seu apogeu produtivo da cana-de-açúcar. Em Sergipe, a emergente industrialização ocorreu nos primeiros anos do século XVII, quando se estabeleceram as primeiras usinas de cana-de-açúcar, dando início às etapas de preparação da cultura canavieira. As primeiras instalações açucareiras eram sutis e a economia do período estava atrelada à exploração da atividade pecuária, como também ao desenvolvimento da agricultura de subsistência (Subrinho; Dantas, 2007). Nas áreas de *plantation*, a escravidão foi inserida para o cultivo da monocultura, cenário determinante para atender as exigências mercantilistas da Europa (Katz, 2020), além disso, formação atividade da cana-de-açúcar é implementada a partir da exploração da força de trabalho africana (Nascimento, 2016).

A lavoura canavieira configurou-se como pioneira voltada à atividade industrial, remontando ao período de 1602. Questões ambientais propícias⁹ para o cultivo foram encontradas em maior dimensão na região do Cotinguiba, que majoritariamente seguia a lógica de produzir açúcar para a exportação (França; Cruz, 2007).

⁹ A cana-de-açúcar apresenta alta eficiência de conversão de energia radiante em energia química, quando cultivada em condições de elevada temperatura do ar e radiação solar intensa, associada à disponibilidade de água no solo. A temperatura é também um dos elementos climáticos importantes na produção, a cultura é suscetível a baixas temperaturas, sendo que em áreas com ocorrências de geadas frequentes o cultivo da espécie torna-se economicamente inviável. A temperatura média ideal para o desenvolvimento da cultura situa-se entre 28°C e 34°C, acima de 35°C e inferiores a 25°C causa redução do crescimento e acima de 38°C o crescimento é praticamente nulo (Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento, 2018, online).

O espaço geográfico sergipano foi posicionado no centro das disputas entre os holandeses e portugueses, considerando que o estado detinha o domínio espacial pertinente aos interesses dessas duas nações (Freire, 2013). Já que o açúcar se apresentava como centro crucial no desenvolvimento para colônias, e Pernambuco, sob domínio da Holanda, liderava a referência na produção, por isso a necessidade de também assumir o controle das terras sergipanas (Subrinho, 1983). No entanto, o embate entre essas duas potências colonialistas interrompeu o recente desenvolvimento da economia de Sergipe. A título de exemplo, a cidade de São Cristóvão sofreu fortes danos em função da ocorrência de incêndios, as casas de engenhos sofreram depredação, os animais foram roubados (Feitosa, 2007), assim, esse conflito proporcionou danos significativos para a emergente formação econômica que se instaura no estado.

Contudo, após esse período Sergipe retoma o influxo populacional devido a repartição de sesmarias, elemento que impulsionou a instalação de habitantes nos trechos próximos à zona litorânea, posteriormente avançando para as zonas rurais (França, Cruz, 2007).

O desenvolvimento agroindustrial canavieiro contribuiu de modo decisivo na gênese sociocultural de Sergipe. Que, já por volta de 1800, eclodiram com maior intensidade as tensões entre a elite local açucareira e a classe oligárquica da Bahia. Essas estabilidades tornaram-se o catalisador fundamental para impulsionar o movimento de libertação do estado, assim, em 1820, a província passa a ser reconhecida como Capitania, passando a ser independente (Subrinho; Dantas, 2007).

Dessa forma, Sergipe minimizou sucessivamente a subordinação financeira que enfrentava da Bahia, especialmente na gestão operacional econômica, que estava controlada a partir de uma abordagem monolítica em Salvador. Diante da mudança de sede para Aracaju, no ano de 1855, é constituído o processo de afirmação de sua “autossuficiência”, que desenvolveu laços mais estreitos com a zona canavieira da região do Cotinguiba (Almeida, 1984).

Logo, é possível observar que os séculos inaugurais de sua vigência, a formação da economia sergipana que se encontrava vinculada às atividades equivalentes desenvolvidas por outros centros do nordeste, não conseguiu atingir níveis similares relativos à expansão açucareira em comparativo com as demais regiões. Em contrapartida, direcionou esforços para exercer a função de assessor para contribuir na expansão da plantaçaõ canavieira da Bahia e de Pernambuco. Em outras palavras, ao invés embarcar na fase de grande desenvolvimento do comércio exterior expressado pela fabricação do açúcar, Sergipe limitou-se a construir uma

pequena agricultura de subsistência que devido à inexpressiva potencialidade produtiva mostrou-se incapaz de atender as demandas mercantilistas (Feitosa, 2007).

Ao passo que a produção açucareira se expandia nas intermediações da Zona da Mata, as atividades relacionadas à pecuária, produção de algodão e a produção de produtos de subsistência fortalecia-se nas regiões do agreste e semiárido de Sergipe, isso se deu em função da expansão da ocupação dessa parte do território (França; Cruz, 2007). Enquanto isso, o

crescimento e da modernização do capital industrial na agroindústria canavieira, a cana-de-açúcar, que historicamente sempre foi considerada uma cultura nobre, passou a ser a monocultura de toda essa vasta área, pois a utilização de adubos e fertilizantes fez com que a sua cultura passasse a ser feita de forma permanente, desaparecendo o tão tradicional pousio, em função da rotação que era feita entre a cana e a pecuária (Neto, 1990, p. 14).

Nesse período o cultivo da cana ocupou grande relevância em grandes áreas do território, resultando no afilamento da agricultura de subsistência e na promoção do crescimento do trabalho assalariado, as questões ambientais também precisam ser observadas, a produção de cultivo relacionados a monocultura causam grande degradação do solo, desmatamento da mata atlântica, queimadas e intensificação do processo de erosão (Neto, 1990).

Entretanto, Sergipe continuava seu processo de expansão dos canaviais, sendo difundido quase inteiramente por toda província. Contudo, o destaque encontra-se na bacia da Cotinguiba, essa região conseguiu atingir maior predominância. Os municípios dessa parcela do território são: Capela, Laranjeiras, Divina Pastora, Nossa Senhora do Rosário, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Nossa Senhora do Socorro e Itabaiana. Esse montante dispunha de um cômputo de 389 instalações açucareiras. Por conseguinte, os engenhos dessa região eram providos de maior eficiência, razões nas quais é factível considerar a “naturais de solos, formados por uma associação de argila, calcário, húmus e sais minerais, resultavam no célebre solo do massapê, considerado o mais propício à cultura canavieira” (Subrinho, 1983, p. 19).

Contudo, mesmo diante de um solo dotado de extremos níveis de excelência, no território sergipano, o desenvolvimento da monocultura canavieira foi estabelecido de forma tardia, em relação às províncias dotadas de maior fluência: Pernambuco e Bahia. Importante evidenciar que até meados do século XVIII, as terras de Sergipe ainda estavam atreladas a Bahia, do mesmo modo que Alagoas conservava idêntica relação com Pernambuco. Assim, o distrito apresentou crescimento inferior, estando sujeito a criação de gado e o abastecimento

interno. Por exemplo, grande parte populacional da Bahia era sustentada pelo trabalho das províncias circunvizinhas (Amaral, 2012). Nessa direção, apreende-se que,

a região da Cotinguiba, tal como o Recôncavo baiano, possuía solos de massapê, argilosos, escuros e pesados, que retinham bem a umidade e eram preferidos para o cultivo da cana-de-açúcar, a cultura mais rentável no período colonial. Lá eram encontrados também os “salões”, solos avermelhados, mais leves que o massapê, mas também muito férteis. A região tinha o transporte facilitado pela navegação dos grandes rios e de seus numerosos afluentes durante a maré cheia. Numa época em que existiam poucas estradas – e as que existiam frequentemente eram alvo de assaltos ou causas de acidentes, devido ao péssimo estado –, o transporte fluvial constituía importante fator de produção. A união desses três elementos – solo, clima e rios navegáveis – fez com que a Cotinguiba se tornasse o principal núcleo produtor de açúcar em Sergipe (Amaral, 2012 p 33).

Proprietário de trechos fluviais importantes, o Vale do Cotinguiba possui bacias essenciais para a viabilização do transporte, considerando a escassez de trecho terrestre que era um fator de impedimento à locomoção no período.

Figura 2 - Cartografia da região Cotinguiba e os principais rios e os centros urbanos do século XIX



(Adaptado de Amaral, 2012)

Deve-se salientar que a realização das atividades laborais era desempenhada por pessoas escravizadas. “a formação social capitalista foi se constituindo, por assim dizer, por dentro e por sobre a formação social escravista. Pouco a pouco, uma parte do capital produzido pelo escravismo” (Ianni, 1978, p 25).

Em Sergipe o número de pessoas negras na primeira metade do século XIX representava mais de 33% da população. “Em 1854, de acordo com um Mapa Estatístico, do total de 132.640 habitantes, 32.448 eram escravos. Apesar do registro da sua presença, em todas as localidades da província, a maior parte vivia naquelas de predomínio da economia açucareira” (França; Cruz, 2007, p. 22).

A dinâmica da mercantilização do trabalho eclodiu a partir da força de trabalho escravo negro/a, posteriormente se tornou essenciais para a formação do modelo produtivo capitalista em esfera internacional. Até a segunda metade do século XIX, a atividade desempenhada pelos escravizados estava centrada na agricultura de exportação (Soares, 2022).

Os centros de produção em Sergipe eram predominantemente de pequeno porte (França; Cruz, 2007). Assim, no complexo açucareiro da Zona da Mata, nesse período possuía usufruto de aproximadamente vinte e duas pessoas escravizadas e cinco como trabalhadores livres. Já na região do Cotinguiba, a média de trabalhadores encontrava-se em 28 por engenho e na Mata do Sul (cidade de São Cristóvão) a média geral é de 20 escravizados. Em relação aos trabalhadores libertos, os dados se mostraram extremamente diversificados, oscilando de 7% a 35% do número total de trabalhadores (Almeida, 1984). Ao mesmo tempo que na Bahia e em Pernambuco a mão de obra escravizada passa de 100 pessoas cativas por engenho (França; Cruz, 2007). Logo,

para explicar o caráter repressivo e violento das relações escravistas de produção é necessário compreender que o escravismo é um sistema de produção de mais-valia absoluta, sistema esse no qual a mercadoria aparece imediata e explicitamente como produto da força de trabalho alienada. Aliás, o escravo é duplamente alienado, como pessoa, enquanto propriedade do senhor, e em sua força de trabalho, faculdade sobre a qual não pode ter comando. O escravo é obrigado a produzir muito além do que recebe para viver e reproduzir-se; e não dispõe de condições para negociar, nem o uso da sua força de trabalho nem a si mesmo. Esse é o fundamento do caráter repressivo e violento do escravismo. Assim, na essência do funcionamento e dos movimentos do escravismo, enquanto formação social, está um singular processo: a violência e a repressão abertas são as exigências políticas, sociais e culturais de relações de produção organizadas para produzir mais-valia absoluta, produto esse que aparece direta e explicitamente como expropriação. No escravismo, a mercadoria aparece diretamente como produto alienado de um produtor alienado. Isto é, a mercadoria surge transparente, como trabalho social cristalizado e expropriado. Daí a importância das técnicas de repressão e violência, operando tanto no processo produtivo, em sentido estrito, como nos níveis sociais e culturais da existência do escravo, fora da situação de trabalho (Ianni, 1978, p. 38-39).

A adoção de trabalhadores com trabalho livre nas etapas de produção ocasionava grandes questionamentos, pela maioria dos senhores de engenho, prova disso, as contratações acontecem exclusivamente no período da safra. Essa questão evidencia que mesmo próximo ao fim do período escravista, em que legislações como “Ventre Livre” já estavam em vigor, os escravizados permaneciam representando a principal fonte de trabalho nas fábricas Cotinguiba (Almeida, 1984). Vale ressaltar que a Lei do Ventre Livre provocou para:

Os grandes proprietários de terra das Américas hispânicas do Sul e Central se mostraram bastante conservadores durante as lutas de libertação, foram lentos ao tomar uma atitude contra a Espanha e hostis

a temas democráticos radicais. Mas nos últimos estágios da luta, e sob a influência de Simon Bolívar, Vicente Guerrero e outros líderes mais radicais, os Libertadores arregimentaram muitos soldados negros e ultrapassaram as proibições ao comércio de escravos para apoiar as Leis do “Ventre Livre” (isto é, leis que libertavam os futuros filhos de mães escravas). Em algumas das novas repúblicas, a escravidão foi abolida em definitivo na década de 1820 (no Chile e no México), enquanto, em outras, durou até a década de 1850. Essas medidas foram muito irregulares e pouco fizeram pela igualdade racial, apesar da excepcional contribuição dos negros à derrota da Espanha. Contudo, conseguiram impedir o crescimento de um sistema escravista nas novas repúblicas (Blakburn, 2016, p. 27).

O trabalho escravo impulsionou o sistema capitalista (Cavalcanti, 2021), as atividades executadas no campo, não contava com o número adequado de pessoas para realizar as atividades. Todas as unidades produtoras da cana não registraram um contingente suficiente para atender as demandas de cultivo na região. O engenho de Mérem (situado em Nossa Senhora do Socorro), era a única exceção, possuía um total adequado de recurso humano. Logo, os trabalhadores livres não entraram na somatória total, pois não participavam do plantio da planta, acredita-se que possuíam maior especialização, por isso não cortavam a cana. Nas circunstâncias existentes nesse período em que o processo de trabalho estava centrado nas relações escravistas, o trabalhador livre se recusava a receber as mesmas condições de trabalho dos escravizados, que recebiam diversas penalidades, por qualquer questão, elas geralmente eram aplicadas pelos feitores. Os arranjos produtivos carregavam um elevado grau de exploração e a atividade realizada era maior do que a estimada (Almeida, 1984).

As mudanças provocadas pela dinâmica pelo fluxo internacional do açúcar trouxeram impactos à produção em Sergipe, mostrou-se evidente a vulnerabilidade que esse setor enfrentava. Essa questão trouxe para as elites agrárias grandes preocupações, principalmente a respeito das determinações que a crise provocava sobre o preço dessa mercadoria no decorrer do tempo. A partir das novas reestruturações da produção, exigiu melhorias na qualidade do açúcar (Subrinho, 1983). “A fraude sempre foi um artifício dos fabricantes sergipanos na luta para aumentar seus lucros com o açúcar. Pode ter sido por pura negligência que pedras e areia se misturassem aos produtos” (Almeida, 1984, p. 119). Além do fim da escravidão, o incremento da mão de obra livre trouxe novas dinâmicas a organização do trabalho (Subrinho, 1983).

Após o fim da escravatura, criaram-se bases legais para a expansão do capitalismo. Contudo, a queda do comércio externo e do trabalho escravo para o sistema agroexportador

capitalista em Sergipe. Em termos gerais, não existiram mudanças significativas, a transição aconteceu limitadamente ao plano da formalidade. As condições de trabalho permaneceram preservando sua forma original (Feitosa, 2007).

A baixa do preço do açúcar exportado foi o ponto da crise açucareira do Brasil. “Os preços médios obtidos em Sergipe a partir da relação entre a produção e o valor de comercialização mostram oscilações constantes em todo o século. Pode-se constatar certa relação entre o volume da produção e o preço” (Subrinho, 1983, p.117). A conjuntura estava em volta do:

legado colonial escravista que permeou a modelação do complexo econômico nordestino enrijeceu sobremaneira suas relações sociais, o que acabou por imprimir uma resistência igualmente secular a mudanças nas formas de reiteração da acumulação de capital. Nisto reside o porquê do processo de constituição do mercado nacional haver manifestado, desde sua gênese, situações que implicaram agravamento das disparidades regionais (Nascimento, 1994, p.13).

A agroindústria canavieira em Sergipe perde espaço no cenário nacional desde o fim do regime escravista até meados da década de 1930, e novos concorrentes ocupam a posição:

Neste sentido seu comportamento foi diferente das congêneres localizadas em outros Estados da União. Assim, enquanto no Estado de Pernambuco a produção elevou-se de 120 mil para 240 mil toneladas entre 1925 e 1931, em Sergipe a produção e exportação média anual teriam um discreto aumento que seria interrompido na década de 1920 com uma diminuição do volume médio exportado (Subrinho 1983, p. 85).

As usinas sergipanas, além da baixa infraestrutura, não usavam corretamente o potencial produtivo de que gozavam. Entre as décadas de 1940 a 1960, as terras reservadas ao cultivo de cana expandiram 38% na região Cotinguiba, enquanto em todo o território o aumento foi de 32%. Ou seja, a maior produção da cana-de-açúcar estava nesta região. O baixo crescimento da indústria canavieira em Sergipe se manterá durante as próximas duas décadas. Em comparação aos vizinhos, nesse mesmo período a safra de Alagoas e Pernambuco foi aproximadamente o dobro, e em relação ao estado de São Paulo, o crescimento foi 400% maior. O crescimento estagnou-se na região Cotinguiba, logo, “entre 1960 e 1980, ter havido qualquer expansão digna de nota da área de lavouras temporárias, não surpreende, por conseguinte, que em todo o Estado haja sido praticamente nula. no período” (Nascimento, 1994, p 58).

Durante a fase do Proálcool, a indústria canavieira sergipana conseguiu se expandir. As melhorias na cadeia produtiva canavieira foram significativas, as áreas plantadas expandiram, contudo, na mesma região (Nascimento, 1994, p 58). Um episódio que precisa de destaque se dá ao notar que 1910, o Nordeste detinha 123 usinas e dessa 62 estavam sediadas em Sergipe. A expansão de unidades produtivas de pequeno porte sucedeu até 1933 e o estado detinha titularidade de 45% das usinas da região Nordeste (Neto, 1990).

Por ser de usinas menores, a produção média era menor que 4.500 lotes de açúcar ensacado de 60 kg, isso era menor que a produção dos engenhos pernambucanos no período. Essa unidade assumiu brevemente a condição desvantajosa econômica por não conseguir concorrer com CAI de grande porte e de maior aperfeiçoamento técnico. Dessa forma, resultou na fase “de concentração de capital, uma vez que muitas delas encerravam as suas atividades e/ou se fundiam com outras, aumentando assim a produção” (Neto, 1990, p 21), tais medidas incidiram no declínio quantitativo das indústrias açucareiras.

Convém manter constantemente presente a ideia de que a monocultura, o latifúndio e o escravismo guardam uma relação organicamente indissociável com a cultura da cana no terreno brasileiro. De igual modo, Sergipe não destoa dessa estrutura. Nas terras sergipanas,

na fase de apogeu, os canaviais se expandiram, ocupando até terras impróprias para o seu cultivo. Eles contribuíram para a formação da grande propriedade, controlada por pequenos grupos familiares, sendo responsáveis pela entrada da maioria dos escravos que viveram por estas partes (França;Cruz, 2007, p. 28).

A região do Cotinguiba, em decorrência disso, configurou-se como epicentro de expressivo contingente de negros/as que foram submetidos ao trabalho escravista. Assim, a estrutura do território em questão foi fundada pelo complexo agrário sustentado por base escravocrata. Por isso, que “o patriarcalismo, a concentração de renda, a grande propriedade e a desigualdade social foram algumas das marcas legadas pelo açúcar (França; Cruz, 2007, p. 28).

Com o início dos anos de 1950, a indústria açucareira de Sergipe passou por uma expansão contínua, contudo, foi a partir do final do século XX que adotou um ritmo mais estruturado na produção. Comparando, no entanto, com as demais áreas produtoras do Nordeste e principalmente do Brasil, os níveis produtivos eram economicamente pouco expressivos “já que o total produzido na safra 1986/87, e 569 256 sacas de açúcar de 50 kg, é inferior à produção isolada de diversas usinas do Centro-Sul e até mesmo do Nordeste Oriental, onde há usinas que,

isoladamente, superior a 2 000 000 de sacas de 50 kg” (Neto, 1990, p 24). Vale considerar que o período deu

início o processo de “industrialização restringida”, cuja dinâmica de acumulação baseava-se na expansão industrial, mas cujas bases técnicas e financeiras de acumulação ainda se mostravam insuficientes para implantar “o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial” (Mello, 1998, p. 117).

As transformações estruturaram as novas reconfigurações do estado de Sergipe. Nos espaços urbanos concentrou-se a maioria da população, ademais, o setor industrial suplantou a representação agrícola. Sob essa perspectiva, a modernização agroindústria desenvolveu-se. Todavia, convém salientar que foi fundada com base na concentração de propriedades rurais, “que enriqueceu poucos e manteve a maioria da população em níveis de pobreza ou de miséria” (França; Cruz, 2007, p. 35).

Assim, a industrialização passa a ser desenvolvida, contudo, com a adoção do capital estrangeiro. Devido a relações de dependência ao longo da formação do território. Atualmente, o estado de Sergipe tem sua base econômica ligada principalmente à indústria têxtil e à produção de bebidas.

4. A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAPELA/SE

O branco açúcar que adoça meu café/ nesta manhã de Ipanema/ não foi produzido por mim/ nem surgiu dentro do açucareiro por milagre. / (...) Este açúcar era cana/ e veio dos canaviais extensos/ que não nascem por acaso/ no regaço do vale. / Em lugares distantes, onde não há hospital nem escola, / homens que não sabem ler e morrem de fome/ aos vinte e sete anos/ plantaram e colheram a cana que viraria açúcar (F. Gullar).

Os elementos condicionantes do capitalismo presentes no campo, no município de Capela (SE), desempenham um papel preponderante ao reforçar um modelo produtivo marcado pela concentração e pela permanência de padrões tradicionais de exploração. As relações de trabalho nos canaviais têm historicamente servido para ampliar a extração de lucros, em detrimento da saúde, da força de trabalho e da própria vida dos/as cortadores/as de cana-de-açúcar. Esse processo aprofunda a superexploração do/a trabalhador/a em um território estruturado quase integralmente pela produção canavieira. À luz desses aspectos, as informações e os dados referentes à realidade dos/as pesquisados/as serão analisadas a seguir.

4.1- Os efeitos da expansão do setor sucroalcooleiro no município de Capela/SE na atual conjuntura, marco do século XXI.

A profusão do território e os aspectos favoráveis à plantação da cana-de-açúcar em Capela seguiram na mesma lógica do Brasil no período de expansão do produto para as nações centrais, sendo uma atividade profundamente lucrativa do sistema *plantation* e sustentado com trabalho escravizado. As raízes de séculos de exploração da monocultura são tangíveis na contemporaneidade. Em 2024, a Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) aprovou a lei n.º 9.488 de 2024 que concede à cidade o título de “Capital Sergipana da Cana-de-Açúcar”. Além disso, em 2022, a bandeira da cidade também sofreu alterações, essa é mais uma marca intrincada da relação de dependência econômica com o agronegócio da cana.

Figura 3 - Bandeira do Município de Capela/SE



Fonte: *Site* do Governo de Capela, extraído pela pesquisadora em 2025¹⁰

O funcionamento da atividade canavieira e suas dimensões provocadas pelo sistema produtivo da cana ultrapassam os contornos administrativos municipais nos quais está localizado o complexo agroindustrial. Na prática, “as relações de produção e trabalho, estão além das fronteiras municipais e regionais, pois, o capital canavieiro, assim como todas as esferas do sistema capitalista, opera construindo um emaranhado de relações que permita tanto sua existência quanto sua reprodução” (Barreto, Júnior, 2012, p. 47). E isso tem efeitos diretos na região cercada pela exploração predominante da cultura da cana-de-açúcar.

Historicamente, a produção de açúcar e álcool sempre foram os principais pilares econômicos do município de Capela, inicialmente desenvolvido pelas usinas Vassouras, Proveito e Santa Clara. Contudo, devido à suspensão dessas agroindústrias, a economia voltou-se para a pecuária bovina. A partir dos incentivos do Estado, a produção de biocombustível retornou e tomou o espaço. A cidade é marcada pela concentração de terra, modelo ideal para a predominância da monocultura como base da exploração agrícola (Mendonça, 2021).

¹⁰ Art. 2º O Brasão do Município é instituído com a seguinte descrição: Encimando o Brasão de Armas de Capela, uma coroa de ouro estilizada, simbolizando ser Capela cognominada a "Rainha dos Tabuleiros". No campo retangular azul, duas estrelas de cinco pontas que representam os doadores das terras destinadas à construção de uma capela, que deu origem à Capela atual. O eixo central do Brasão é dividido por dois retângulos, o da esquerda, com cinco listras verticais em verde, representando os canaviais, e o da direita representa a pujança da indústria açucareira. A base do Brasão de Armas é composta por três listras horizontais com nuances gradativas na cor verde, simbolizando os vastos tabuleiros capelenses; circundando a base externa do Brasão, um listel de blau, onde está inserido o mote - CAPELA - SE, e nas extremidades do listel, a sinistra e a destra dois ramos de cana de açúcar, evidenciando a basilar economia do município de Capela.

Para captar a dinâmica e os mecanismos provenientes da concentração das atividades agroindustriais canavieiras no município de Capela, deve-se considerar que a região é cercada por unidades de instalações de processamento agrícola. Vale destacar que as áreas municipais adjacentes também contribuem, seja na oferta de terras para o cultivo da cana, seja também no recrutamento de trabalhadores/as. Assim, a organização das usinas em Sergipe, como já dito no título anterior, está situada na região do Cotinguiba, na qual se encontram as seis usinas estabelecidas do estado.

Usina Campo Lindo: ativa desde 2008, está localizada no município de Nossa Senhora das Dores. Na safra de 2023/2024, a estimativa é de 600 mil toneladas de cana, com exploração de cerca de 16 mil hectares. Contando em média 2000 mil trabalhadores/as. A mecanização dessa unidade agroindustrial tem avançado ao ponto que a maioria dos processos são automatizados, com a capacidade produtiva de 1,2 milhões de toneladas por máquinas colheitadeira correspondendo a aproximadamente 60% da produção ocorra pela mecanização (Governo de Sergipe, 2008; Jornal Cana, 2024).

Usina Taquari: ativa desde 2007, situada na zona rural do município de Capela (povoado Miranda). Esse complexo agroindustrial está integrado à Sociedade Anônima Manoel Aguiar Menezes (SAMAM), o grupo é um dos maiores da região Nordeste. A usina realiza o cultivo da cana e desenvolve prioritariamente a fabricação de açúcar, de etanol, de aguardente e energia. Registra extensão cultivada de 7.000 hectares e alcance de processamento acima de 550.000 toneladas de cana colhidas por temporada safreira. A temporada agrícola de 2023/2024 foi de cerca de 850 toneladas de cana e 765 mil sacos de açúcar, responsável pela contratação de mais de 2.700 vagas de emprego ativo (Usina Taquari, Online; Garagem SE, 2023; Governo de Sergipe, 2021).

Usina Pinheiro: ativa desde 1928, a sede é no município de Laranjeiras, as principais atividades são o cultivo da cana, produção de açúcar, de álcool, de melaço e produção energética. A safra de 2014/2015 colheu 1.032.155 toneladas de cana e produziu 9.140.830 litros de álcool. Atualmente, a mecanização da colheita da cana avança nessa indústria em média 53%, no período da safra a usina chega a contar com mais de 3.000 mil trabalhadores/as (Usina Pinheiro, *Online*).

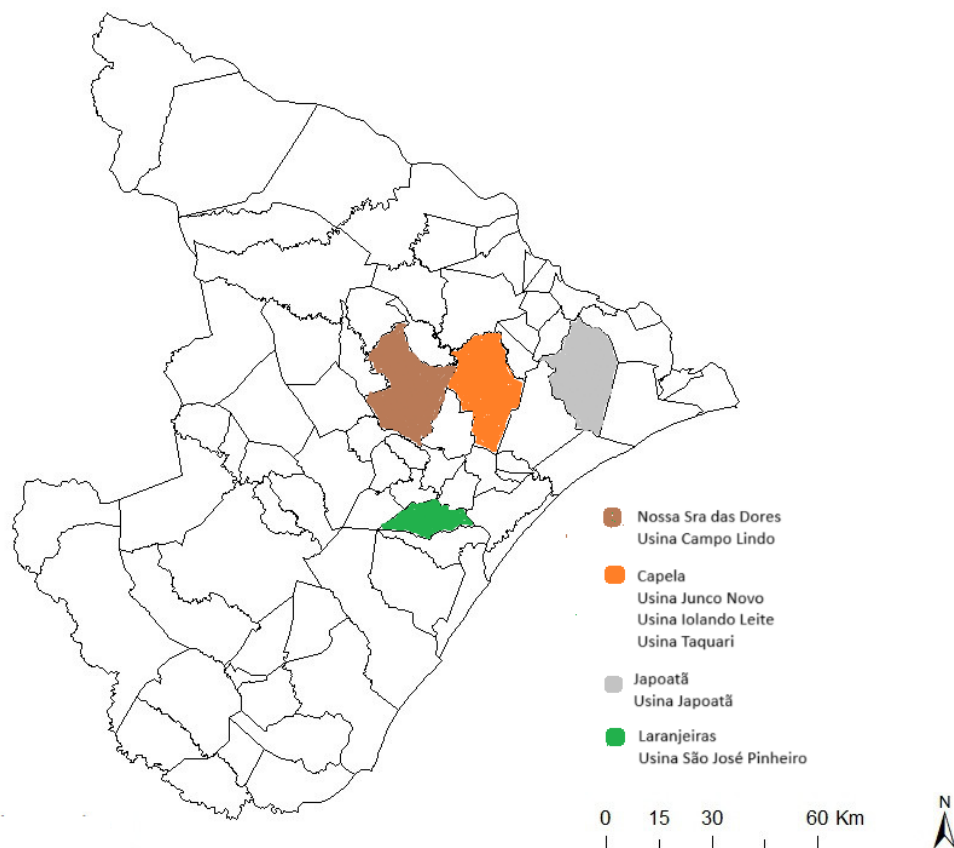
Usina Junco Novo: em funcionamento desde 1999, está instalada na zona rural do município de Capela (Povoado Boa Vista). A principal atividade é o cultivo da cana, a produção de álcool e aguardente. Em época produtiva a usina dispõe de mais de 500 trabalhadores/as.

Usina Termoelétrica Iolando Leite: em atividade desde 2004, possui sede na zona rural do município de Capela (Povoado Pirunga). O eixo central produtivo é a fabricação de álcool

e, complementarmente, o cultivo da cana, a fabricação de aguardente e a produção energética. Na época das safras, aproximadamente de 1000 trabalhadores/as contratados/as.

Usina Japoatã: tem suas atividades desde 1991, localizada na zona rural do município de Japoatã, contudo, tem outras unidades na região sudeste. A principal atividade é a produção de açúcar e álcool. Com o intuito de tornar a compreensão mais precisa, o mapa a seguir ilustra a localização dos complexos agroindustriais nos seus respectivos municípios:

Figura 4 - Distribuição das Usinas Canavieiras no Estado de Sergipe



Fonte: IBGE, 2020, elaborado pela pesquisadora, 2025.

O cultivo da cana-de-açúcar passa por fases favoráveis e desfavoráveis. Conforme esse fator, Sergipe, entre 2010 e 2020, registrou um crescimento de 121,42% na sua produção. Contudo, em 2023, houve uma redução de 17,32%, devido principalmente à contração produtiva nos principais municípios produtores. No município de Capela, em uma década (2010–2020), a safra expandiu 1.096,47%, um período de forte expansão da produção canavieira. No entanto, em 2023, houve uma acentuada redução de 50,67%. A política local

interfere diretamente no ciclo produtivo: em 2022, a Usina Campo Lindo declarou falência, o que resultou em uma queda na safra.

Já o município de Japarutuba (SE) apresentou um crescimento de aproximadamente 43% entre 2010 e 2020, mantendo-se estável em 2023. Por outro lado, Japoatã (SE) registrou um aumento expressivo de 204,36% no mesmo período, também permanecendo estável em 2023. Laranjeiras (SE), por sua vez, destaca-se pela maior regularidade nas safras, mantendo um crescimento contínuo ao longo dos anos. Em sentido oposto, Maruim (SE) apresentou uma redução significativa em sua produção. Por fim, em Nossa Senhora das Dores (SE) houve um crescimento relevante entre 2010 e 2020; entretanto, em 2023 o município sofreu queda produtiva em decorrência dos problemas enfrentados pela Usina Campo Lindo, que faz divisa com Capela. Esses dados podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 3- Produção Variável de Cana-de-Açúcar (2010-2020-2023)

UF e municípios	2010	2020	2023
Sergipe	1.352.624	2.994.819	2.476.045
Capela	68.000	813.600	401.400
Japarutuba	245.000	350.592	348.000
Japoatã	66.000	200.880	214.669
Laranjeiras	201.600	363.600	570.000
Maruim	149.100	96.720	200.720
N. Sra. das Dores	12.800	175.500	84.500

Fonte: PAM, IBGE (2023), elaborado pela pesquisadora em 2025.

A exploração agrícola da cana em cada safra pode ser condicionada por variáveis relacionadas com o meio ambiente. Alguns fatores não são passíveis de gestão e proporcionam diretamente impactos na cadeia produtiva. No esforço em alcançar mais lucros e diminuir os custos da produção, há a necessidade de mapear precisamente os condicionantes que possam impactar diretamente na acumulação de capital. Por isso, é fundamental monitorar o desempenho, considerando que a monocultura da cana tem menor investimento tecnológico

quando comparada a outras culturas, como a soja, com tecnologia de alto nível empregada (Teramoto, 2003). Em escala nacional, a produção da cana tem baixo uso de aparato tecnológico. O mapeamento por satélites é comum na produção da soja, como exemplo, não está disponível na maioria das plantações de cana. A atividade é realizada principalmente pelo modelo tradicional (Oliveira, 2021).

De acordo com Teramoto (2003), a partir das questões políticas, jurídicas a automatização, que envolve a produção da cana, os incêndios agrícolas têm diminuído progressivamente, contudo, ainda dependem de legislações estaduais¹¹. Devido a esses aspectos, a cadeia produtiva se reformula e a principal alteração está na colheita mecanizada.

Com base nisso, a maior eficiência da produtividade na cadeia da cana não se limita à ocorrência de adição de modernização tecnológica, é fundamental considerar a reorganização do trabalho, que passou a adotar novos procedimentos que impactam diretamente as relações de trabalho, prova disso é a redução do contingente laboral (Mello, 2002). Principalmente quando se trata de nações dependentes que,

a agricultura familiar permanece quase inteiramente fora da esfera da produção do capitalismo, ficando direta ou indiretamente em relação com a economia de mercado pelo fornecimento de mão de obra alimentada no setor doméstico, ou por intermédio de produtos de exportação. As relações entre os dois setores, capitalista e doméstico, não podem ser consideradas como relações entre dois ramos do capitalismo (...) a relação estabelece-se entre setores onde dominam relações de produção diferentes. É por intermédio das relações orgânicas que estabelece entre economias capitalistas e domésticas que

¹¹ A Autorização Ambiental para Queima Controlada é normatizada pela Lei nº 8.497/ 2018, que dispõe sobre o Procedimento de Licenciamento Ambiental no Estado de Sergipe, e detalhada pelo Resolução nº 53/2013 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cema), fundamentada no Decreto Federal nº 2.661/1998. Suas regras se cruzam com as determinações da Lei nº 12.651/2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Os descumprimentos são enquadrados entre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente especificadas pelo Decreto nº 6.514/2008. Para a atividade, é preciso que as áreas de queima estejam a pelo menos um quilômetro de aglomerado urbano e 500 metros de perímetro urbano; 15 metros de rodovias, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica. Os requerentes devem cumprir condicionantes, obedecer ao Plano de Queima aprovado e respeitar o horário da queima, evitando períodos diurnos com altas temperaturas, bem como a condição do vento. Os produtores devem, ainda, ampliar os aceiros para manter o fogo controlado dentro das áreas autorizadas, evitando que atinjam a vegetação nativa, Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, e evitar a solicitação de Autorizações de Queima em talhões próximos a residências ou postos de saúde, escolas e demais equipamentos de atendimento ao público. Nesses locais, o processo deve ser feito por meio de corte manual ou mecanização (Governo de Sergipe, 2024).

o imperialismo põe em cena os meios de reprodução de uma força de trabalho barata em proveito do capital; processo de reprodução que é, na fase atual, a causa essencial do subdesenvolvimento e simultaneamente da prosperidade do setor capitalista (Meillassoux, 1977, p. 155-156).

O Estado de Sergipe, entre 2023 e 2024, foi beneficiado pelo Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (PRORENOVA), que é fonte dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele subsidiou cerca de R\$ 16.119.298,60 para o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO) e o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA) (BNDES, s.d.). À luz dessas considerações,

apoio às atividades agropecuárias, incluindo a pesca, a aquicultura e a produção florestal, e agroindustriais, por meio da concessão de financiamentos para custeio e investimento, tanto para projetos de investimentos quanto para aquisição isolada de máquinas e equipamentos, de capital de giro a cooperativas de produtores rurais bem como de empréstimos, relacionados a atividades agropecuárias (BNDES, s.d.).

A monocultura desencadeia degradações socioambientais nas regiões às quais esse tipo de cultivo é incorporado, apresenta-se como exploração agrícola de espécie única, surgindo de maneira mais acentuada em grandes latifúndios. Considerando que os processos produtivos de grande porte, como cana-de-açúcar, são desenvolvidos, principalmente, para a exportação. Considerando que,

nenhum ser humano tem necessidade de uma quantidade muito expressiva de um único alimento para sobreviver. Essa especialização, contudo, é extremamente prejudicial ao solo, acarretando significativo desequilíbrio ambiental, devido ao desgaste e empobrecimento nutricional causados pela produção contínua de uma mesma planta e a consequente contaminação, gerada pelo uso indiscriminado de fertilizantes, com o intuito de manter ou recuperar a produtividade da terra, e de agrotóxicos, indispensáveis para combater as pragas que surgem em razão da uniformização das culturas (Zimmermann, 2009, p. 81).

De acordo com o exposto, a “preferência pela monocultura jamais deveria prevalecer, já que se trata de um modo de produção afeto à lógica econômica tradicional, de curto prazo, que, por isso mesmo, nunca conseguirá incorporar a dimensão ambiental de maneira

sustentável” (Zimmermann, 2009, p.82), velando que conta que a principal finalidade desse modelo de organização é a acumulação capitalista.

O município de Capela apresenta aspectos territoriais consoante com padrão estadual, ou seja, marcado pela concentração fundiária. O Índice de *Gini*¹² não sofreu mudanças significativas “nas últimas décadas: 0,81 em 1980, 0,82 em 1985 e 0,81 em 1995, números que expressam uma desigualdade na distribuição da posse da terra no estado, ainda bastante acentuada” (Lopes, 2007, p. 7).

Nesse sentido, a concentração fundiária contribui para a geração do empobrecimento da cidade, uma vez que, em municípios de pequeno porte como Capela, cujo cultivo da cana-de-açúcar carrega grande destaque na economia, a atividade agroindustrial configura-se como a principal fonte de emprego para moradores da região (Sant’Ana, et. al., 2016). De acordo com Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD), a cidade capelense representa 59% das famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) em situação de pobreza, enquanto no Brasil esse índice é de 49%. O indicador excede 10 pontos percentuais ao parâmetro do país. Levando em consideração que o município possui 31.645 habitantes e desses 20.336 estão no banco de dados do CadÚnico, representando 64,25% dos habitantes. As famílias incluídas nesse grupo têm renda de até R\$ 218 por pessoa (CECAD, 2025).

O outro grupo presente nos indicadores, de acordo com Cead (2025), é o de “baixa renda”, correspondendo aproximadamente às famílias que recebem até meio salário-mínimo. No município, corresponde a 18% das famílias, similar à média brasileira, as quais são 19%. Por sua vez, o terceiro grupo refere-se a famílias com renda superior a ½ salário-mínimo. Em Capela, esse dado corresponde a 23%, ao passo que, ao nível nacional, isso equivale a 31%.

O legado da agroindústria canavieira conserva arranjos produtivos enraizados na baixa formação e alocação de renda, que recai sobretudo no/a homem/mulher do campo. Para Boas (2017), a relação intrínseca entre monocultura e exploração correlaciona-se um fator determinante: com baixos salários e aumento do ritmo de trabalho. Ainda que tenha transcrito mais de cinco séculos pós-colonização, a relação de dependência com os países centrais mantém impactos persistentes.

¹² O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda (Wolffebüttel, 2004).

Tabela 4 - Famílias Cadastradas no CADÚNICO do município de Capela

Faixa de Renda	Famílias	Percentual
Em situação de pobreza	5.291	59%
De baixa renda	1.596	18%
Acima de ½ salário-mínimo	2.021	23%
Total de famílias cadastradas	8.908	100%

Fonte: CECAD, 2025

A monocultura da cana-de-açúcar, conquanto exerça contribuição para o PIB da cidade, não implica em transformações concretas na vida dos moradores. Diante disso, o município de Capela, de 2013 a 2015, foi um período em que o Produto Interno Bruto (PIB) registrou sua trajetória, sendo marcada por uma evolução contínua. De modo geral, nessa época houve uma expansão de aproximadamente 20%. Do ano de 2015 para 2016, o PIB do município tem uma queda de aproximadamente 5,6% (IBGE, 2021). Para Souza (2021), a retração aconteceu em esfera nacional, os segmentos econômicos, contudo, experimentaram consequências heterogêneas. No complexo industrial, verificou-se uma contração intensa no volume produtivo, além de maior desemprego e diminuição dos postos de trabalho. O Polo Industrial 2013 caminha em direção a uma retração na força de trabalho empregada. Esse quadro tem aprofundamentos em 2015. No decorrer do ano, cerca de 650 mil pessoas tiveram sua vinculação empregatícia encerrada. Com isso, o “cenário é oriundo, inclusive, do aumento do desemprego. A renda das famílias estava sendo corroída pela alta da inflação (10,67% em 2015, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) (Souza, 2021, p.122).

No âmbito nacional, em 2017 começou a apresentar sinais de melhora com impactos relacionados aos setores afiliados à cadeia produtiva. “Entre 2017 e 2019 o PIB cresceu abaixo de 2,0%. O panorama é agravado com a Pandemia da COVID-19, que provocou uma crise sanitária e econômica a nível global. No Brasil o impacto foi de -4,1% no PIB de 2020” (Souza, 2021, p.116). O município de Capela também seguiu a lógica da instância do país e iniciou uma recuperação progressiva, com um crescimento aproximado a R\$ 2.185,41 nesse período. No ano de 2018, que registrou um crescimento de quase R\$ 1.400 no PIB per capita, os efeitos da Pandemia trouxeram uma queda de -9% de 2019 para 2020, a maior nesta década (IBGE, 2021).

O processo de restabelecimento, mesmo que parcialmente, é verificado a partir de 2021, que retoma sua trajetória de crescimento de aproximadamente 7,3%, tomando 2020 como referência. Contudo, por hora, não retornou aos patamares registrados em 2019 (IBGE, 2021).

O PIB de Capela do período de 2013 a 2021, mesmo com as flutuações cíclicas de avanço e recuo, obteve um crescimento de 36% (IBGE, 2021). Contudo, é importante destacar que o avanço das atividades econômicas não é necessariamente traduzido no desenvolvimento dos indicadores sociais, como foi possível observar na tabela 4. Para proporcionar maior compreensão dos dados apresentados, a tabela a seguir apresenta as informações já citadas.

Tabela 5 - PIB do Município de Capela/SE (2013 a 2021)

ANO	PIB
2013	R\$ 8.118,27
2014	R\$ 9.429,56
2015	R\$ 9.721,90
2016	R\$ 9.179,72
2017	R\$ 9.604,56
2018	R\$ 11.030,21
2019	R\$ 11.365,13
2020	R\$ 10.309,55
2021	R\$ 11.069,02

Fonte: IBGE (2021) elaborado pela pesquisadora em 2025.

Vale considerar que, municípios de pequeno porte com estruturas socioeconômicas semelhantes às de Capela/SE, o cenário econômico, quando não está inserido no trabalho canavieiro, está relacionado a pequenos comércios, nos empregos públicos e nos programas de transferência de renda (Guanais, 2016).

Nos estudos de Guanais (2016) foi possível identificar que o pagamento dos trabalhadores não consegue suprir adequadamente as necessidades para realizar o sustento do

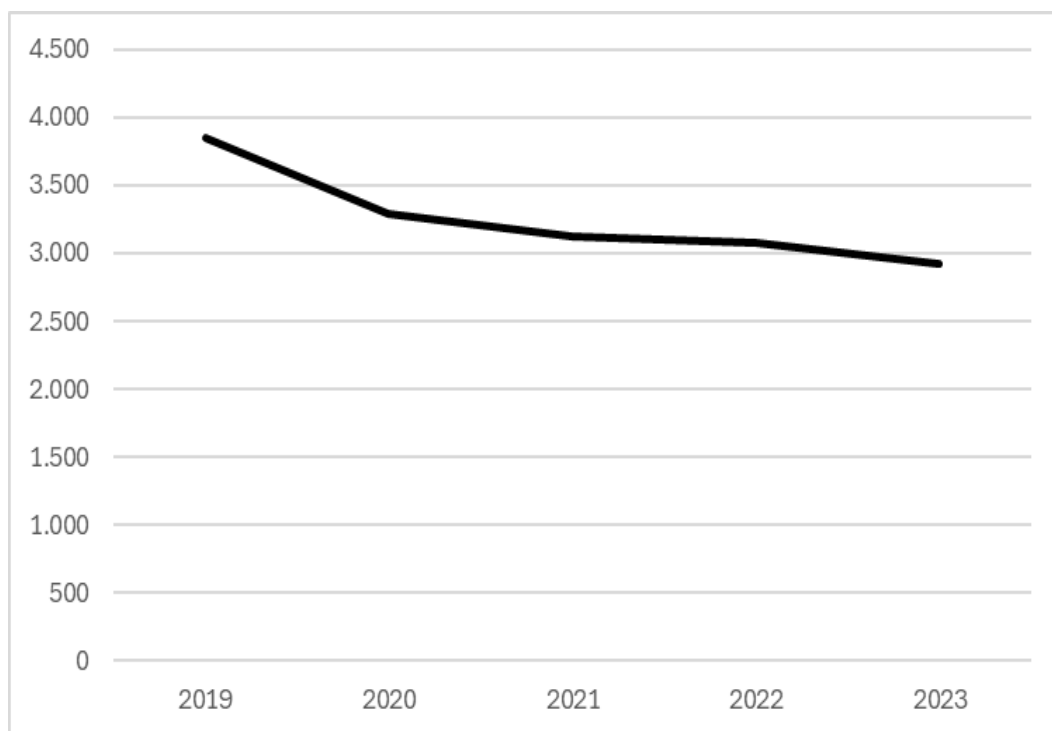
seu núcleo familiar. “Em suma, o que fica evidente é a incapacidade de reprodução social dessa força de trabalho, em virtude do aviltamento dos salários” (Silva, 1999, p. 261).

Devido a estrutura dos municípios ligados à agroindústria canavieira com o excedente de trabalhadores/as inseridos/as quase exclusivamente nessa ocupação. No período de entressafra o governo do estado lançou o Programa Mão Amiga¹³, oferta aos/as trabalhadores/as da cana o valor de 1000 reais dividido em quatro parcelas de 240 (para quatro meses), tendo em vista que cortar cana é a única ou principal atividade desses/as trabalhadores/as (Governo de Sergipe, 2025).

O gráfico 1 apresenta o número de beneficiários desse programa entre os anos de 2019 a 2023, é possível observar uma queda de 24,1% nesse período, que corresponde a quase mil trabalhadores que deixaram de receber. Por ser um auxílio exclusivo para cortadores/as de cana é possível inferir que a redução acontece devido às tendências relacionadas ao processo de mecanização das colheitas, além de que o benefício é exclusivo para os residentes de Sergipe

¹³(...) para reduzir as desigualdades sociais, o Programa Mão Amiga é um desses projetos. A iniciativa do Governo do Estado de Sergipe, em parceria com o Banese, tem o objetivo de adotar medidas específicas para garantir renda aos trabalhadores rurais da laranja e cana-de-açúcar nos períodos das entressafras e às famílias criadoras de bovinos leiteiros do Alto Sertão Sergipe em situação de vulnerabilidade social no período de seca. Criado em 2009, o Programa Mão Amiga de transferência de renda e geração de cidadania garante a subsistência destes trabalhadores nos períodos de entressafra através de uma bolsa mensal de R\$ 250,00, durante os meses de novembro a fevereiro, para a cultura da laranja, de maio a agosto, para a cultura da cana-de-açúcar e, de dezembro a março, para o bacia leiteira (Banese, s.d.).

Gráfico 1- Beneficiários do Programa Mão Amiga



Fontes: Governo de Sergipe, elaborado pela pesquisadora, 2025.

A formação sócio-histórica e econômica tem sua vinculação direta à produção da cana. Isso culmina na composição de grandes desigualdades na região. A concentração de terras presente na estrutura da monocultura e a formação de trabalhadores/as canavieiros, que tem vinculação direta ao período escravista colonial, ainda preserva moldes semelhantes ao período escravista. Preservando uma população empobrecida que a única alternativa é vender sua força de trabalho no campo. Para Moreira; Araujo (2012), o/a laborador/a rural, em especial o/a canavieira/o em municípios de pequeno porte, tem a limitação de trabalhar na lavoura dá, cana ou na prefeitura. Considerando isso, Dias (2021) afirma que, quando esses trabalhadores são empregados na gestão municipal, são para executar atividades de coleta de lixo doméstico, limpeza de suas, construção civil, limpeza de escolas e demais funções que exigem mais rigor físico e baixa escolaridade

No caso de Capela, é comum que empresários do setor sucroalcooleiro ocupem cargos municipais, mecanismo clientelista que trava alianças entre o poder político e o poder econômico (Ianni, 2002). Os interesses públicos e privados acabam se cruzando e mantendo um vínculo estreito e recaindo no neocolonialismo¹⁴. Em 2023 o Governo de Estado de Sergipe

¹⁴ O velho colonialismo estava baseado no capital mercantil. O Estado dele resultante era mais fraco e as situações históricas por ele geradas eram mais instáveis. O novo colonialismo viu-se baseado no capital industrial. Como

investiu cerca de 6 milhões de reais em Capela por meio do Programa Aqui é Sergipe, esse recurso também foi utilizado para a melhoria da infraestrutura de acessos, de forma a promover o beneficiamento desses polos industriais (Alô Sergipe, 2023).

Em suma, as relações de vida e de trabalho dos capelenses estão relacionadas com o cultivo da cana, que, na contemporaneidade, continua preservando grande riqueza e concentração de terras nas mãos de um pequeno grupo dominante do setor sucroalcooleiro, que também é detentor de poder político. Em contrapartida, a classe trabalhadora é superexplorada, como será possível verificar nos aspectos tratados a seguir.

4.2- A Superexploração do Trabalho na Agroindústria Canavieira Capelense

A agroprodução da cana-de-açúcar é marcada pelo paradoxo, caracterizada na perspectiva de desenvolvimento com alto padrão tecnológico e ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo, consegue reunir dentro dessa estrutura moderna um sistema de produção aos moldes do modelo arcaico, sistema *plantation* e utilizando trabalho escravo contemporâneo. O modo de funcionamento da superexploração do trabalho ocorre com “(a) a conversão de parcela do fundo de consumo do/a trabalhador/a em fundo de acumulação do capital; (b) o prolongamento da jornada de trabalho; (c) o aumento da intensidade do trabalho” (Luce, 2019, p. 120).

No documentário “Projeto CORTADORES DE CANA: cuidando de quem cultiva”, disponível no *YouTube*, abordou as condições do setor sucroalcooleiro da região do Cotinguiba, assim coletou depoimentos de cortadores/as de cana. Na entrevista, o participante 2 diz:

hoje, um trabalhador, hoje, para cortar cana, ele tem que cortar acima de 4 toneladas de cana, porque se ele cortar só 4 toneladas a empresa tem que colocar o salário dele, porque ele não pode ganhar menos do que o salário. Um cortador de cana, hoje, médio de uma usina tem que cortar 10 tonelada de cana pra ganhar acima do salário.

explicava Hobsbawm, ele precisa não só retirar riquezas da colônia e acumulá-las na metrópole, como vender quantidades consideráveis de produtos industriais para as populações colonizadas. Portanto, o novo colonialismo não pode apenas desorganizar as sociedades e suas vítimas, retirando-lhes tudo que possa transformar em mercadoria, inclusive a pessoa humana. O novo colonialismo precisa organizar a sociedade das vítimas, para ter a mesma – ou quase a mesma cultura – do explorador. Só assim ele – a vítima – deixará de ser um explorado passivo e irá se transformar em um explorado ativo. Isto é, um explorado que apóia e coopera com o neocolonialista para a destruição de sua própria cultura e de sua própria nação. Os efeitos da revolução industrial criaram, portanto, a necessidade do neocolonialismo. E enquanto permanecer a relação de forças por ela gerada em nível mundial, o conceito de neocolonialismo será atual. Ele corresponde a toda uma etapa histórica da sociedade. A partilha da África no final do século XIX é um momento do neocolonialismo. A abolição da escravidão no Brasil é um momento do neocolonialismo. A negação dos direitos dos negros e dos indígenas na América Latina é outro momento do neocolonialismo, etc (Barbosa, 2011, p. 8).

O processo de superexploração do trabalho na agroindústria canavieira constata-se no relato da participante, considerando que “para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho” (Marini, 1973, p. 36). Isso provém especialmente de economias dependentes, porque elas carregam fragilidade no seu desenvolvimento econômico. Por contém menor potencial produtivo a utilização de processos para intensificar a exploração.

Nas nações dependentes não constitui como objetivo propor estabilizar a troca desigual, tampouco superar desigualdades nas configurações estabelecidas entre preço e o valor de mercadorias para exportação, isso acarreta uma necessidade de aumento do trabalho, “mas, antes, compensar a perda de rendas gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador” (Marini, 1973, p. 37).

A intensificação da exploração não refere prioritariamente a elevação da mais-valia, apesar, contudo, de estar presente, mas sim ao maior impulsionamento do esforço físico e da atividade desenvolvida pelo/a trabalhador/a. Na agroindústria canavieira é possível evidenciar, por exemplo, a partir do seguinte relato:

O que mais dói é a cabeça, as cãibras, as costas. Só quem vê de perto sabe o sofrimento de um cortador”, compartilhou um dos trabalhadores, 24 anos, enquanto assistia o colega ser socorrido. O problema das dores e do esgotamento físico deve-se principalmente à meta de produtividade das fazendas. Alguns trabalhadores colhiam mais de 22 toneladas de cana por dia – quantia considerada exagerada para o setor (Repórter Brasil, 2018, *online*).

O aumento do ritmo de trabalho, sob essa ótica, remete a uma extensão da mais-valia, adquirida por intermédio de maior aprofundamento da exploração do sujeito laboral, em detrimento da intensificação do potencial de produtividade. Concomitantemente, é viável considerar que o aumento da jornada, em suma, da elevação da mais-valia absoluta no escopo de sua etapa mais clássica de exploração. A distinção entre as duas formas de exploração, aqui, refere-se à ampliação do tempo de trabalho não pago, ou seja,

trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de haver criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Haveria de assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal, pelo qual “o fundo necessário de consumo do

operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (Marini, 1973, p. 39).

Os mecanismos utilizados para a extração de mais valor sucedem majoritariamente em países como o Brasil, marcados sobre as bases da dependência, e isso evidencia a superexploração do trabalho. Para Marini (1973), o núcleo que caracteriza essencialmente a situação decorre da supressão do/a trabalhador/a em deter os requisitos fundamentais para restabelecer as condições físicas, ao/a trabalhador/a é imposto a utilização de um esforço físico superior ao que aquele comumente utilizaria. Isso, portanto, resulta em um desgaste precoce, em suma, cria-se uma deficiência de correção entre o valor da força de trabalho e a remuneração, assim uma superexploração do trabalho. Assim, a compreensão sobre a

superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa — a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (Marini, 1973, p. 92-93).

Um parâmetro determinante da superexploração incide na compreensão de que a remuneração do/a trabalhador/a precisa ser inferior à disposição laboral. Aqui, não se trata da elevação do mais-valor, contudo, na verdade, da manutenção do valor da força de trabalho abaixo do necessário.

Urge evidenciar que a implementação de mais-valia resulta da ampliação da elevação produtiva laboral não é constituída como superexploração. Assim, “o aumento da mais-valia decorre, nesse caso, da redução do tempo de trabalho necessário, vale dizer, da redução do valor da força de trabalho. Portanto, aqui, não é necessário que o preço da força de trabalho se situe abaixo do seu valor” (Serra, 2015, p. 589). Por isso, o desenvolvimento “do peso relativo que a pressão do capital, de um lado, e a resistência do trabalhador, de outro, jogam no prato da balança” (Marx, 1996b, p. 150).

Para a discussão, é imprescindível situar a legalidade do emprego da conceituação diferente da marxiana sobre a exploração. A categoria desenvolvida por Karl Marx no que tange à exploração capitalista, que tem suas determinações na compreensão de que o preço da força de trabalho equivale ao seu valor. É perceptível que não há uma materialização genérica referente às expressões da relação de compra e venda do trabalho pelo capital. No marxismo, essa é uma ferramenta útil para delimitar que a força de trabalho não assume a totalidade do valor que foi gerado por ela. Em outras palavras, “o valor da força de trabalho é necessariamente inferior ao valor criado por ela ao longo do processo de produção, (...) trata sistematicamente do fenômeno da superexploração. Isso se deve exclusivamente ao nível de abstração em que ele leva a cabo sua investigação das leis de movimento do capital” (Serra, 2015, p. 589-590). Em seus estudos Karl Marx, em momentos específicos, remete às diferenças valor X força de trabalho, “já um exame detalhado dessa possibilidade o obrigaria a estender os limites de sua investigação de modo a abranger os fenômenos ligados à concorrência. Em nosso caso, em contrapartida, está em foco o movimento do capital em economias dependentes” (Serra, 2015, p. 590). É fundamental examinar com maior vigor o sentido das disparidades mensuráveis entre o preço e valor do trabalho. De acordo com a teoria do

valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção (Marx, 1996a, p. 288).

A determinação da jornada de trabalho não é meramente o tempo requerido para a fabricação dos meios essenciais de manutenção de sua sobrevivência. Nesse sentido, o valor da força de trabalho deriva por dois pontos. O primeiro refere ao número dos meios de subsistência essenciais e o segundo diz respeito ao valor desses meios. As oscilações no valor das bases materiais são compreendidas a partir de alternâncias da produção do trabalho. Isso consiste na elevação da produção ao nível que é criado fontes de substância, que são interpretações acerca do incremento ou da intensificação do trabalho ou pela inserção de novas necessidades ao/a trabalhador/a (Serra, 2015):

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. A massa desses meios de subsistência, ainda que sua forma possa variar, em determinada época de determinada sociedade, é dada, podendo, portanto, ser tratada como uma grandeza constante. O que muda é o valor dessa massa. Dois outros fatores entram na determinação do valor da força de trabalho. Por um lado, seus custos de desenvolvimento, que se modificam com o modo de produção; por outro lado, sua diferença natural, se masculina ou feminina, se madura ou imatura. A utilização dessas diferentes forças de trabalho, por sua vez condicionada pelo modo de produção, acarreta grande diferença nos custos de reprodução da família trabalhadora (Marx, 1996b, p. 147).

O preço da força de trabalho, primeiramente, recai como valor do trabalho e se expressa no pagamento. É admissível presumir que existe uma relação direta entre demanda e oferta da força de trabalho. “Em um nível de abstração menor, entretanto, o preço da força de trabalho não coincide necessariamente com o seu valor, oscilando em torno dele. Suas variações dependem da relação entre a demanda e a oferta de força de trabalho” (Serra, 2015, p. 590).

O pagamento do salário abaixo dos limites aceitos, atrelado ao excedente de trabalhadores/as desempregados/as e em condições de subempregos desencoraja o capital a responder com utilização tecnológica, isso é um fator que contribui com o aumento da exploração do trabalho (Marini, 1973). Como no caso das relações de trabalho desenvolvidas no campo agroindustrial da cana, que mesmo utilizando processos de modernização na produção, os determinantes do trabalho são permeados pela degradação do/a trabalhador/a. Assim, “o capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho) (Marx, 2017, p. 338):

Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente permaneça inalterado ou mesmo suba. É que o valor diário da força de trabalho, como será lembrado, é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior de força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado por maior restauração. Além desse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica e ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas comensuráveis (Marx, 1996a, p. 154).

É possível perceber esse fenômeno quando se reflete sobre o desenvolvimento do trabalho na agroindústria canavieira, no documentário “Vida de Canavial - mulher” disponível no YouTube, que trata das condições laborais e de vida das trabalhadoras da Zona da Mata nordestina. Nesse vídeo é possível perceber o desgastamento da força de trabalho e o prolongamento da jornada das trabalhadoras, considerando que “o valor da força de trabalho, porque isso se dá com seu desgaste, aumenta com a duração de seu funcionamento e em proporção maior do que o incremento da duração de seu funcionamento” (Marx 1996, p. 176a).

Com base nas entrevistas concedidas é possível examinar a predominante superexploração de trabalho que as cortadoras de cana enfrentam ao longo da sua jornada laboral. A fala da entrevistada corrobora essa constatação:

“O dia a dia da gente é um dia normal. A gente sai 3 horas da manhã, pega aqui 5 horas, até as 14/15h. Depende da cana, né?! (...). Eu me levanto 2 horas da manhã, faço “dicumê”, coloco na bacia, quando é 3:30h eu saio de casa e venho pra aqui. (...) a gente vai pra fora, se levanta 1h da manhã, quando vem sai de lá, do trabalho chega 16/17h da tarde, aí às vezes quando eu chego, eu mermo não dá tempo nem de tomar banho, do jeito que tô aqui eu me deito na cama”.

Vale ressaltar que, dentre a estrutura da federação, Sergipe é o menor estado com área territorial de 21.938,188 km (IBGE, 2024). Diante disso, é recorrente que os/as trabalhadores/as cortam cana em plantações externas as usinas, contudo, integrada ao sistema produtivo. Devido a facilidade pela curta distância a locomoção para os demais municípios torna-se acessível. Contudo, não a modifica a forma de trabalho. Em Sergipe, o/a cortador/a de cana e as bituqueiras ¹⁵tem uma jornada de trabalho superior a 14 horas diárias. As bituqueiras que trabalham na lavoura da cana em Capela recebem um pagamento inferior ao oferecido aos homens que realizam o corte da cana. Por se tratar de uma atividade realizada majoritariamente

¹⁵ Bituqueiras são as mulheres que exercem a função de recolher as bitucas – denominação dos restos de cana que são deixados nos canaviais após o corte manual e o carregamento realizado pelos guinchos. `Ea) é um trabalho realizado por mulheres, preferidas pelos empreiteiros para executar a função, por conta do estereótipo de serem mais cuidadosas; (b) após o corte da cana, para evitar a proliferação de bactérias que podem comprometer a rebrota da cana, é preciso retirar o toco, caso a cana não tenha sido cortada rente ao chão; (c) os tocos ficam porque os cortadores de cana, afetados pela curvatura do corpo e pela jornada de trabalho, conseguem burlar os supervisores; (d) por comprometer a rebrota da cana ou gerar a proliferação de bactérias, a retirada dos tocos ou bitucas é uma forma de evitar o aumento dos custos ou a redução da produtividade da próxima safra; (e) todavia, apesar da importância do trabalho de bituqueira para a recuperação dos canaviais, essa função é desvalorizada e precarizada nos canaviais e vista como uma função mais leve e adequada para as mulheres, às quais cabe arrumar a bagunça deixada pelos homens. As próprias bituqueiras aceitam essas distinções do masculino e feminino que predomina nesse espaço de trabalho, de modo que a segregação sexual é reforçada por tais estereótipos (Borges, et al, 2017, p. 32; Silva, 2011, p. 32).

por mulheres, a precarização do trabalho reflete diretamente nas questões de gênero. A colheita da “bituca” da cana é fundamental para a recuperação e manutenção do solo.

O trabalho cuja pagamento subordinado a produção contribui com a intensificação do ritmo de trabalho, trata-se de um processo corresponde às determinações do capital, sob a forma da

redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta (Marx 1996b, p. 154).

Considerando que no seio do capitalismo dependente a dimensão do trabalho é regulada pela superexploração das relações de trabalho, a burguesia nacional de modo se restituir da usurpação do mais valor apropriado pelo capital internacional, utiliza-se “enorme concentração da propriedade no campo e a concretização de ganhos salariais significativos para os trabalhadores urbanos e rurais implica na asfixia da extração de trabalho excedente” (Luce, 2011, p. 46). É preciso evidência que a participação do capital estrangeiro que é executado nas nações dependentes opera com o propósito de viabilizar a transmissão de lucros para suas economias, e por conseguinte, a extração de mais-valia. O capital consegue sempre apresentar instrumentos que favorecem o processo de acumulação capitalista (Marini, 1973). Assim, em um período determinado o trabalho é expresso em um volume maior a convencional:

Impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta. Essa compressão de maior massa de trabalho em dado período de tempo conta, agora, pelo que ela é: como maior quantum de trabalho. Ao lado da medida do tempo de trabalho como “grandeza extensiva”, surge agora a medida de seu grau de condensação. Mas influência no tempo de trabalho como medida de valor só ocorre também aqui enquanto a grandeza intensiva e a extensiva se colocam como expressões antitéticas e mutuamente excludentes do mesmo quantum de trabalho. A hora mais intensa da jornada de trabalho de 10 horas contém, agora, tanto ou mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, do que a hora mais porosa da jornada de trabalho de 12 horas. Seu produto tem, por isso, tanto ou mais valor do que o da 1 1/5 hora mais porosa. Abstraindo a elevação da mais-valia relativa pela força produtiva acrescida do trabalho, agora, por exemplo, 3 1/3 horas de mais-trabalho fornecem ao capitalista, para 6 2/3 horas de trabalho necessário, a mesma massa de valor fornecida

antes por 4 horas de mais-trabalho para 8 horas de trabalho necessário (Marx, 1996a, p. 41-42).

As relações de trabalho no campo são marcadas por tensões. O desenvolvimento dependente e subordinado ao capital internacional criou particularidades no atual fluxo laboral. A intensidade do ritmo produtivo, o prolongamento das jornadas e somado ao pagamento por produção que repercute no rebaixamento dos salários. São condições presentes no real, no cotidiano dos/as cortadores/as da cana, essas determinações contribuem no processo de degradação da vida desses/as trabalhadores/as.

4.3- O/A Trabalhador/a da Agroindústria Canavieira no Mercado Formal no Município de Capela/SE

O trabalho formal na agroindústria canavieira é responsável por absorver um número expressivo de trabalhadores/as em todas as etapas do processo produtivo da cana-de-açúcar. Diante disso, as relações de trabalho no setor demandam atenção prioritária, dada a sua complexidade histórica e estrutural. Os/as cortadores/as de cana compõem um perfil ocupacional que remonta ao período colonial em Sergipe e, embora a atividade tenha passado por processos de modernização, ela permanece marcada por um modelo arcaico, no qual coexistem “modernidade e atraso”, conforme aponta Oliveira (2007). As desigualdades socioeconômicas e a lógica de exploração predatória do capitalismo recaem com maior intensidade sobre esses trabalhadores/as, submetidos/as a longas jornadas, remuneração por produção e formas de contratação sazonais e precarizadas.

Para pensar o mercado formal no campo da agroindústria canavieira, através do *site* do Ministério do Trabalho e Emprego através da Relação Anual de Informações Sociais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, como também a partir da revisão de literatura que se propõe a tratar das determinações do trabalho realizado pela agroindústria canavieira. É importante destacar que a análise preliminar traz dados referentes ao perfil do/a trabalhador/a manual e mecanizado, os quais são uma categoria fundamental para a compreensão do trabalho no campo. Vale destacar que a expansão das plantações da cana-de-açúcar ocorre porque é extremamente rentável para o capital, uma vez que a produção sucroalcooleira passa a ter mais relevância no cenário internacional, com o álcool enquanto uma nova possibilidade de combustível. Sendo o Brasil detentor de cerca de 21% da produção mundial de açúcar, o Brasil é o maior produtor absoluto em esfera global. Esse produto é utilizado tanto para a indústria alimentícia (diretamente com o açúcar ou na formação de outros ingredientes alimentícios),

bebidas e a indústria farmacêutica. Cerca de 70% do açúcar produzido em solo nacional é exportado, isso representa aproximadamente 42% das exportações internacionais (Única, 2023).

Com base na utilização da matéria-prima da cana, produzem-se também o etanol e a bioeletricidade. As estimativas da produção de cana-de-açúcar na safra 2021/22 foi de 578.768,1 mil toneladas e safra 2022/23 foi de 610.131,4 mil toneladas, isso significa um crescimento de 5,4% e safra 2023/24 foi de 637.092,6 mil toneladas, correspondendo a um aumento de 4,4%. Quanto à produção de etanol, na safra 2021/22 foram produzidos 26.402 bilhões de litros; na safra 2022/23 a produção foi de 26.596 bilhões de litros e na safra 2023/24, a qual é a atual, produziu até o momento 27.531 bilhões de litros (Conab, 2023).

Para compreender a dimensão do mercado do setor da agroindústria canavieira, é fundamental que se busque informações sobre o processo de trabalho. Apoiado em dados produzidos pelas empresas que desenvolvem essas atividades. A partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), foram identificados os códigos 01.13-0 que tratam do cultivo de cana-de-açúcar, o 1072-4/01 da fabricação de açúcar-de-cana refinado e fabricação de açúcar bruto e 0161-0/03 do serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita. Com base neles, foram obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) dados sobre o perfil desses/as trabalhadores/as, assim utilizando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Em consideração a isso, os/as trabalhadores/as dos canaviais foram divididos em dois grupos: trabalhadores/as manuais e trabalhadores/as mecanizados/as. Para os/as trabalhadores/as que desenvolvem o trabalho manual, são utilizados, consoante o CBO, os seguintes filtros: “trabalhadores/as da cultura de cana-de-açúcar” e “trabalhador/a volante da agricultura”. Já para os/as trabalhadores/as que desempenham a atividade pelo processo de mecanização foram utilizados: “operador/a de colheitadeira”, “tratorista agrícola” e “operadores/as de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas”. A partir disso foi possível identificar que entre os anos de 2011 e 2021 existiu uma redução de 57% do número de trabalhadores/as manuais na agroindústria canavieira.

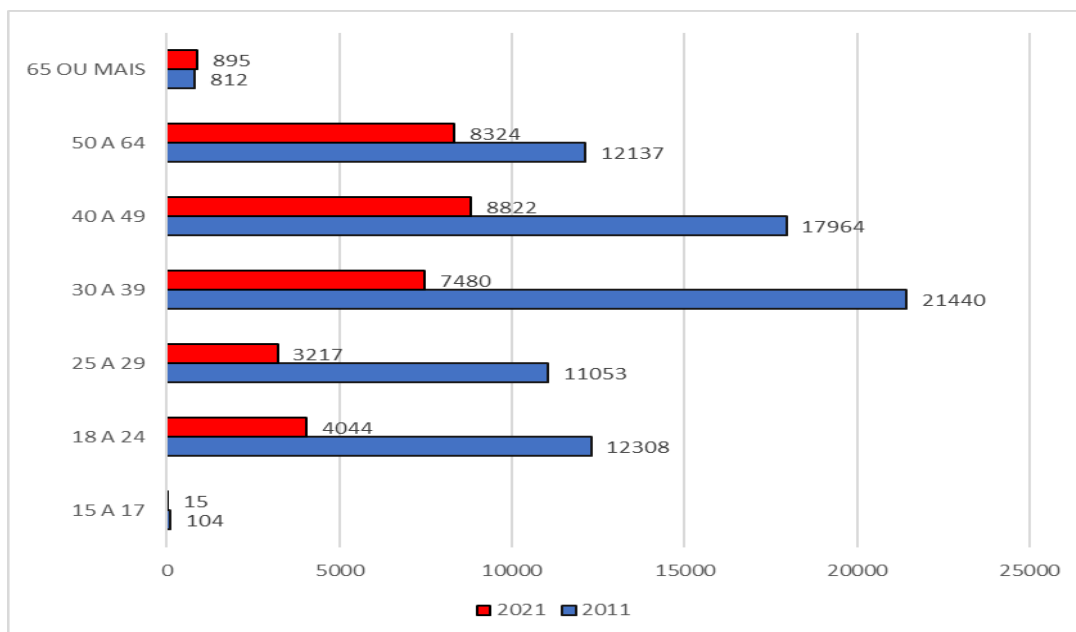
Nas questões de gênero no cenário nacional, em 2011, os homens representavam 86% dos trabalhadores, enquanto as mulheres somente 14%. As mulheres mantiveram a representação média de 13,5% das trabalhadoras até o ano de 2017. Pois a partir de 2018 os homens passaram a representar 91% e conseqüentemente as mulheres, 9% das trabalhadoras, e chegando em 2021 a 8%. Em relação aos/as trabalhadores/as mecanizados, de 2011 a 2021, a redução do número de trabalhadores foi de 21%. Os homens também ocupam majoritariamente esse posto de trabalho, assim como no corte manual. Nesse período, o trabalho feminino não

conseguiu representar nem 4% das trabalhadoras/as. Nesse sentido, ao tratar de “questão de gênero” também se evidencia. Os empresários evitam a contratação de mulheres para o corte da cana, exceto quando pressionados pela direção de alguns sindicatos que exigem a cota de 10% de mulheres por turmas de trabalhadores/as” (Novais, 2009, p. 144). Contudo, o “mercado de trabalho agrícola, que incorpora homens e rejeita mulheres, sob os argumentos da força física, muito embora haja o reconhecimento de que as mulheres são portadoras de habilidades e qualificações muito úteis na produção” (Mota, 2005, p. 900), a força e a aptidão física são habilidades indispensáveis para o corte de cana.

Os avanços tecnológicos aplicados no processo produtivo da cana-de-açúcar ainda não permitem uma total mecanização em razão das particularidades de cada solo. Assim, quando a superfície nos quais a cana foi semeada não está localizada em uma área regular, há uma impossibilidade de utilização de colhedoras para a realização do corte, desse modo, é o trabalhador que realiza o corte manual da cana-de-açúcar. No entanto, também é no terreno linear que o cortador de cana consegue obter um maior rendimento. Já que, nos solos irregulares, a produtividade desse/a trabalhador/as diminui. O corte, porquanto, dificulta-se, outro fator que dificulta a atividade do corte é a “cana deitada”, essa também só é possível ser colhida com os/as trabalhadores/as manuais porque, devido à sua inclinação, o maquinário não consegue concretizar um bom corte. Por isso, nessas situações, os cortes são feitos manualmente, com as dificuldades encontradas nas especificidades de cada terreno, o/a trabalhador/a para colher a cana precisa gerar um esforço maior do que em condições mais propícias (Araújo, 2013).

A opção pela força de trabalho jovem amplamente difundida para adentrar os postos laborais da agroindústria canavieira, assim, 30,82% dos/as cortadores/as de cana têm de 18 a 29 anos em 2011, enquanto em 2021 esse número representa na mesma faixa etária 22,14%. Em 2011, a faixa etária de 30 a 49 anos representa 51,96% dos trabalhadores/as e, em 2021, o mesmo intervalo de idade, 49,42%. Contudo, os trabalhadores acima de 50 anos em 2011 representavam 16%, em 2021 aproximadamente 26% (Rais; Caged, 2021). Outro dado que merece destaque é a crescente diminuição na contratação de cortadores de cana ao longo dessa década. Uma redução de cerca de 57%, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Faixa Etária dos Cortadores de Cana de Açúcar (2011-2021)



Fonte: Rais; Caged, 2022; Elaborado pesquisadora, 2025.

A escolha por trabalhadores/as jovens é resultado de um processo intencional, em virtude de seu objetivo de sujeitá-lo/a,

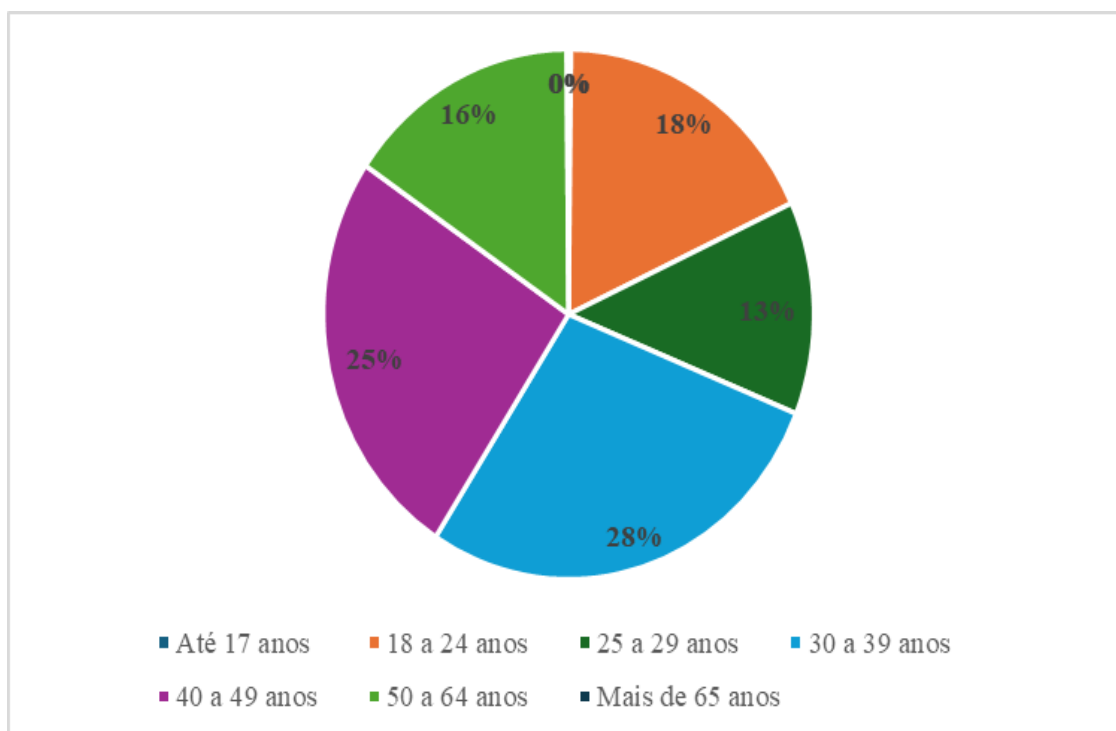
às rígidas disciplinas de trabalho estabelecidas pelas usinas para atingir as metas de produção nos canaviais. Submetidos às novas formas de gestão e organização do trabalho, esses jovens se subordinam à lógica da eficiência e da produtividade. São superexplorados na produção. Precisam cortar, no mínimo, 10 toneladas de cana/dia, para manterem-se empregados. Na safra de 2008 pagou-se pela tonelada da cana cortada em torno de R\$ 3,00. Esse preço permite uma diária de R\$ 30,00, cortando 10 toneladas de cana por dia (Novaes, 2009, p. 108).

A principal base argumentativa utilizada pelas elites econômicas do setor da cana-de-açúcar é a fim de justificar a preferência por trabalhadores jovens e homens. Eles apresentam maior submissão e são facilmente mais controláveis. Contudo, a centralidade da questão são os resultados econômicos fundamentais no processo de superexploração desses/as trabalhadores/as, ou seja, uma fonte altamente lucrativa (Guanais, 2016).

Até o início da segunda década do século XXI, nas projeções apontadas por Saturnino (2011), a execução da atividade canvieira relacionada ao corte da cana era desenvolvida em sua maioria por homens de 20 a 39 anos, que correspondia a 56% de cortadores de cana. Em contrapartida, em 2021, o município de Capela/SE apresenta a maioria dos trabalhadores com

o grupo etário de 30 a 49 anos como maioria, representando aproximadamente 54%. Como é possível visualizar no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 - Estrutura Etária dos Trabalhadores em Capela (2021)



Fontes: Rais; Caged, 2021.

Em relação a faixa salarial do Brasil com os/as trabalhadores/as manuais em 2021 é de 1 a 1,5 salário-mínimo, ou seja, 50% dos/as trabalhadores/as. 23% dos/as trabalhadores/as de 1,5 salário-mínimo a 2 salários-mínimos; 16% receberam de 0,5 a 1 salário-mínimo. Já os/as trabalhadores/as mecanizados/as receberam em média de 2 a 3 salários-mínimos o que representa 55% dos/as trabalhadores/as do processo de mecanização; onde 21% dos/as trabalhadores/as de 1,5 salário-mínimo a 2 salários-mínimos; 16% receberam de 3 a 4 salários-mínimos e 8% de 1 a 1,5 salário-mínimo (Rais; Caged, 2021).

Na análise comparativa das regiões nordeste e sudeste do país entre os/as trabalhadores/as que desenvolvem atividades mecanizadas, é possível notar algumas diferenças significativamente peculiares. No ano de 2021, na região nordeste, 41% dos/as trabalhadores/as receberam de 1 a 1,5 salário-mínimo; 39% de 1,5 a 2 salários-mínimos e 16% de 2 a 3 salários-mínimos. Na região sudeste a média é de 2 a 3 salários-mínimos, correspondendo a 56% dos/as trabalhadores/as, seguindo 19% de 3 a 4 salário-mínimo e 18% receberam de 1,5 a 2 salários-mínimos (Rais; Caged, 2021). Em suma, os trabalhadores da região nordeste, em média,

recebem 50% a menos do que os que trabalham com a mecanização. “Como pode ser verificado, a distribuição dos salários dos empregos, no Brasil, apresenta-se muito desigual. Ao tomar os setores de atividades em que os(as) negros(as) se concentram em regiões com nível de desenvolvimento distintos, como o Nordeste e Sudeste” (Martins, 2012a, p. 184). Além disso,

o progresso científico, tão glorificado pelos defensores do mercado, que se verifica em outros segmentos da agroindústria canavieira, não implica necessariamente melhorias reais nas condições de vida dos cortadores de cana. Mais máquinas e mais exploração andam lado a lado. A conjunção entre ambas não é, de fato, um acidente de trajeto; ao contrário, explica-se na e pela história. Há uma tensa relação de unidade na proporção em que, na dinâmica atual do capitalismo, aprofunda-se a combinação entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa para ampliar a taxa de lucro, em particular nas conjunturas de crise (Bezerra, Tavares, 2016).

Na agroindústria canavieira “a opção pela colheita mecanizada não pretende melhorar as condições do trabalho vivo, mas otimizar a produtividade/lucratividade. Por outro lado, convém ressaltar o baixo custo da força de trabalho do/a cortador/a de cana, o que também explica a alternativa da sua utilização” (Araújo, 2013, p. 65). A incorporação de colhedoras mecânicas nos canaviais gera uma maior produtividade. Simultaneamente, sinaliza uma diminuição dos postos de trabalho dos/as cortadores/as manuais da cana. Logo, a diminuição dos/as trabalhadores/as e as modificações na atividade do campo das usinas, gera realce nas reações entre o processo de mecanização e a exclusão dos/as trabalhadores/as. A mecanização da colheita da cana traz efeitos diretos nas relações de trabalho, “além de impactar negativamente as formas de resistência, acrescenta novas exigências laborais, remetendo a um quadro de insegurança e vulnerabilidade para o conjunto destes/as trabalhadores/as” (Salata, 2013 p. 13–14). Consequentemente, se pode perceber que as inovações tecnológicas não causam mudanças somente nas relações de trabalho dos/as cortadores/as de cana, mas também provocam, diretamente, precarização nas condições de subsistência desses/as trabalhadores/as, ocasionando mais pobreza. Por outro lado, para os capitalistas isso é vantajoso, por provocar um crescimento do capital (Lima, 2018). Por isso, a utilização da

máquina e a maquinaria são os instrumentos característicos da indústria moderna como capital constante, não criam valor, apenas transferem seu próprio valor ao produto e possuem mais valor do que os instrumentos de trabalho artesanais e manufatureiros. São construídas com materiais mais resistentes e maior durabilidade e são reguladas

pela ciência e por sua produtividade (Borba; Santos; Bertoldo, 2012, p.72).

Na agroindústria canavieira, em relação, os/as trabalhadores/as do corte manual da cana, têm seu pagamento subordinado à produtividade. Os/as cortadores/as de cana são sujeitos de extrema exploração da sua força de trabalho nos canaviais, intensificando essa superexploração com o pagamento por produção.

O pagamento por produção na cana diferencia-se de outras formas de pagamento por produção porque na cana os trabalhadores não sabem, a priori, o valor do que produzem. Na maior parte dos pagamentos por produção, os trabalhadores trabalham por ‘peça’ produzida, e estas têm o seu valor fixado antes da realização do trabalho. O valor da cana cortada só é conhecido pelos trabalhadores depois que o trabalho é realizado, e ainda depende de uma conversão de valores que é realizada à revelia dos trabalhadores. Na cana, os trabalhadores são remunerados por metro de cana cortada, mas só está previamente fixado o valor da tonelada de cana cortada[...] A incerteza sobre o futuro imediato e sobre quanto receberão pelo trabalho executado faz que os trabalhadores, na ânsia de ganhar um pouco mais, ultrapassem seus limites físicos de resistência, o que leva a câimbras, a doenças e à morte (Alves, 2008, p.2).

De acordo com Guanais (2010), as usinas de cana-de-açúcar, para garantir a ampliação da produção dos/as trabalhadores/as, permanentemente inovam nas formas de incentivar o corte de uma maior quantidade de cana. Assim, o atrelamento do salário à produção leva a uma maior exploração da força de trabalho. Considerando que o crescimento da produtividade, como aponta Alves (2006), levaram os/as trabalhadores/as dos canaviais nos anos de 1950 a cortarem, em média, 3 toneladas de cana-de-açúcar por dia, na década de 1980 a produtividade por cortador manual subiu para 6 toneladas por dia, chegando a 12 toneladas de cana por dia em meados dos anos de 1990. Ao incentivar cada vez mais o/a trabalhador/a produzir, as usinas alimentam a competitividade entre os/as trabalhadores/as dos canaviais. É essa competitividade garantindo em maior grau a exploração nas relações de trabalho nos canaviais, mesmo porque, ao mesmo tempo em que se busca retirar ao máximo do/a trabalhador/a, este também tenta de todas as formas aumentar o seu ritmo de trabalho e conseqüentemente o seu salário. No comparativo entre as regiões nordeste e sudeste do país no ano de 2021, é possível notar algumas particularidades.

No Nordeste a média do salário com os/as trabalhadores/as manuais é de 1 a 1,5 salário-mínimo o que representa 60% dos/as trabalhadores/as; 13% receberam de 1,5 a 2 salários-

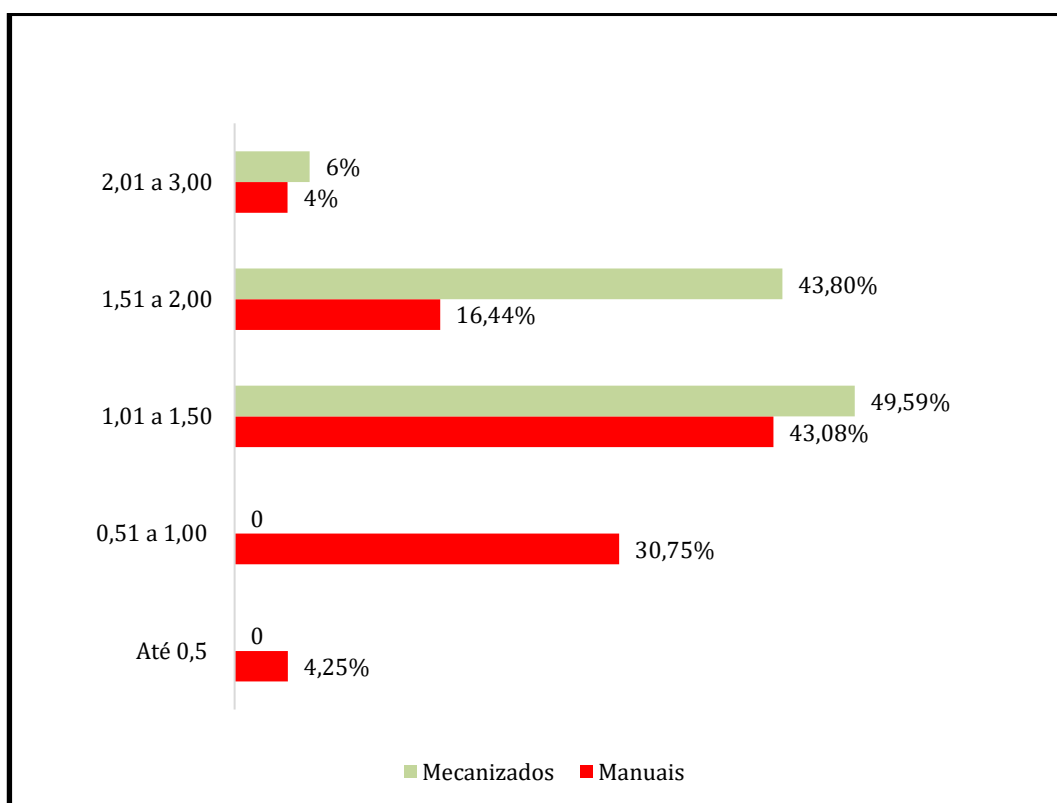
mínimos; e 6% entre 0,5 e 1 salário-mínimo. Já na região sudeste 42% receberam até 1,5 salário-mínimo; 40% de 1,5 a 2 salários-mínimos; 15% receberam 2 a 3 salários-mínimos.

O salário daqueles/as que desenvolvem suas atividades pela mecanização em Sergipe segue similaridades com o média dos outros estados nordestinos, assim, 55% recebem até um salário-mínimo e meio e 44% desses/as trabalhadores/as ganham até 2 salários-mínimos em 2022. Já em relação aos manuais, 33% recebem de meio a 1 salário-mínimo e 53% até 1 salário-mínimo e meio. O capital consegue acumular cada vez mais as riquezas socialmente produzidas, e acompanhado pelo respaldo direto e/ou indireto do Estado, em um cenário onde a cadeia produtiva atinge contornos impiedosos que a discussão perpassa os direitos trabalhistas, chegando aos direitos humanos (Sant'ana, 2012). As relações de trabalho na agroindústria canavieira precisam ter o/a trabalhador/a do corte da cana como sujeito determinante do debate.

No município de Capela/SE isso é representado pela seguinte forma: 6% dos trabalhadores/as mecanizados/as recebem de 2,01 a 3 salários-mínimos; 43,8% deles/as até um salário-mínimo e meio. Em relação aos cortadores da cana 4% recebem até 3 salários; 16% até 2 salários-mínimos; 43,08% até um salário e meio e 4% meio salário-mínimo.

Em suma, os/as cortadores/as de cana do município de Capela/Se obtêm a remuneração de um salário-mínimo. No que se refere aos/as mecanizados/as todos/as recebem acima do salário-mínimo. Como é possível observar no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Faixa salarial dos trabalhadores da cana em Capela/SE



Fonte: Dado levantado pela Pesquisadora, 2025.

Em relação à escolaridade entre os anos de 2011 e 2021, a média escolar dos/as trabalhadores/as ocorreu na categoria do ensino fundamental incompleto, com o correspondente de 35%. Seguindo pelo ensino fundamental completo, que possui de 15% a 17% dos/as trabalhadores/as, e depois com o ensino fundamental completo e os/as analfabetos/as. No geral, os/as trabalhadores/as manuais possuem o ensino médio completo, correspondendo a 30% dos/as trabalhadores/as. Depois da 6ª a 9ª fundamental possui a segunda maior representação, seguida pelos que possuem o ensino fundamental completo.

O panorama educacional dos/as negros/os brasileiro continua sendo uma situação complexa. Esse grupo populacional continua obtendo menores níveis educacionais na educação básica. Estes representam, em média, um nível de escolarização mais baixo em comparação à população branca (Castro, 1998; Heringer, 2003).

O quadro de desigualdade entre negros e brancos está relacionado tanto a fatores estruturais quanto à discriminação. Entre os fatores estruturais, sem dúvida o mais significativo é o componente educacional. Ao se situarem nos grupos com menor acesso à educação formal, os negros

também ocupam postos de menor prestígio no mercado de trabalho (Heringer, 2003, p.62).

Nos estudos de Borba e Santos (2012), observou-se que a elite canavieira responsabiliza o trabalhador da cana por deter baixa ou nenhuma escolaridade. Embora os proprietários das usinas afirmem fornecer condições para os cortadores de cana estudarem, é alegado que estes não demonstram “interesse” em buscar qualificação. “Trata-se de um discurso de humanização que é compatível com a organização flexível, apesar de os trabalhadores continuarem desvalorizados enquanto seres humanos e explorados enquanto força de trabalho” (Borba; Santos; Bertoldo, 2012). Convém lembrar que nas pesquisas de Alves (2006; 2008), os cortadores de cana são comparados a competidores de maratonas, pois trabalhavam mais de 15 horas diárias, submetidos a longas jornadas de trabalho, sendo evidenciado os impactos da superexploração do trabalho.

Em Sergipe, no que se trata dos processos produtivos mecanizados, são realizados exclusivamente por homens, as mulheres não estão inseridas nas atividades que envolvem o maquinário. Já em relação ao serviço manual, o estado acompanha com paridade o cenário brasileiro no qual os homens desempenham 91% e o público feminino os outros 9% no ano de 2022 (Rais, Caged, 2021). No território sergipano, enquanto 65% dos/as trabalhadores/as mecanizados/as em 2022 não têm o ensino fundamental completo, no Brasil isso representa somente 38%. Seguidos de 22% com ensino fundamental completo e 4% com ensino médio completo, outra diferença em relação ao país ocorre no ensino médio, as quais são de 33% e o estado sergipano possui somente 8% (Rais, Caged, 2021). Por isso que,

no Nordeste esses jovens dificilmente conseguem completar o ensino fundamental e ingressar no ensino médio. A necessidade de sua inserção precoce no mundo do trabalho faz com que suas mãos fiquem circunscritas ao manuseio da enxada, secundarizando o lápis, a caneta e todo o material escolar. Suas famílias geralmente vivem do produto da terra, muitos são pequenos proprietários de terra, outros são arrendatários (Novaes, 2009, p. 118).

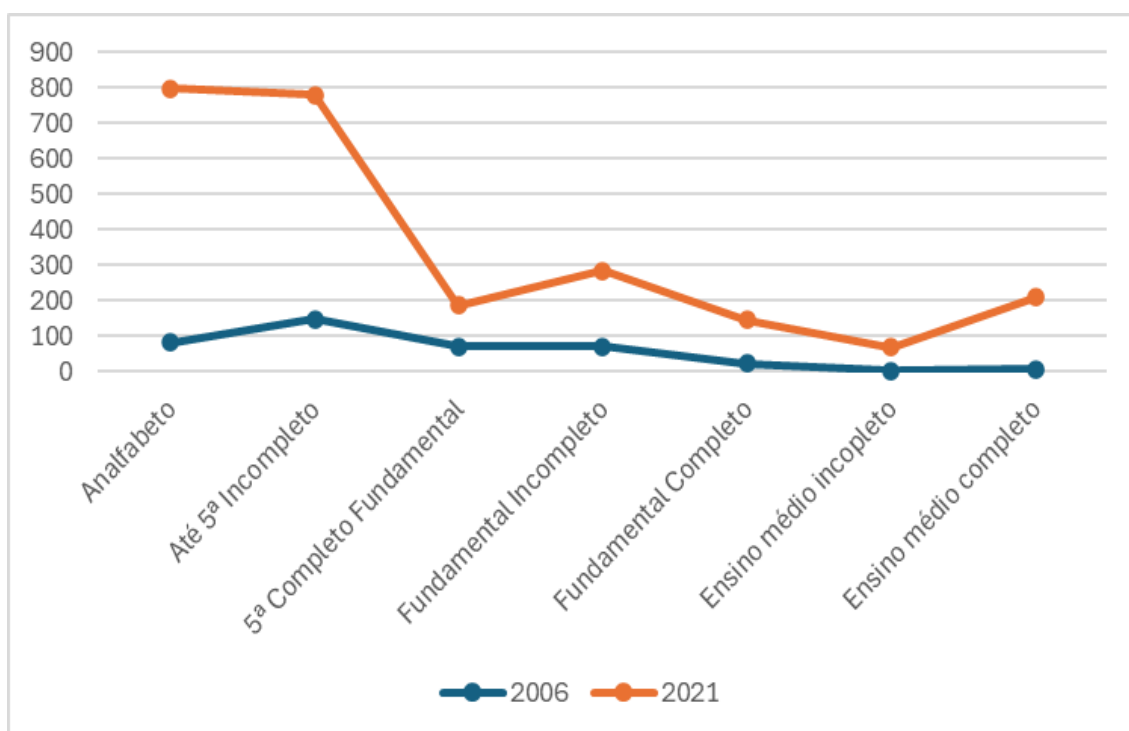
A utilização de máquinas na cultura da cana-de-açúcar transformou as relações de trabalho. Uma tarefa que outrora exigia 80 trabalhadores, atualmente é substituída por um único operador de colheitadeira, realizado em menos tempo, função anteriormente desempenhada por vários cortadores de cana. “Trabalhador esse que não vem do corte da cana, já que para operar

a máquina faz-se necessário a carteira de motorista que, por conseguinte, exige certo grau de escolaridade e noções básicas de informática” (Borba; Santos; Bertoldo, 2012, p. 73).

Vale ressaltar que, no Brasil, os/as trabalhadores/as mecanizados/as que não têm o ensino fundamental completo representam 38%, enquanto em Capela/SE isso representa 86,42%. Ou seja, os/as trabalhadores/as mecanizados/as também têm baixa escolaridade.

Em relação aos que desempenham o trabalho manual, no município de Capela, 71,44% dos/as cortadores/as de cana-de-açúcar têm até o quinto ano de escolaridade. Os baixos níveis de escolaridade são uma característica amplamente detectada. No gráfico abaixo é possível visualizar esse indicador.

Gráfico 5 - Escolaridade dos/as Cortadores/as de cana-de-açúcar do Município de Capela/SE



Fonte: Dado levantado pela Pesquisadora, 2025.

Os/as trabalhadores/as do corte agrícola da cana são majoritariamente negros, em torno de 93% (80% autodeclarados/as pretos/as e 13% pardos/as) (IBGE, 2021). Isso está associado à inserção de pessoas escravizadas no plantio da cana desde o processo de formação dos canaviais em Sergipe, o que preservou estruturas raciais que marcam ainda no hoje. Mormente pelo fato de que ainda há o resgate de trabalhadores/as no campo. Segundo o Brasil Reporte (2022), 66% dos resgates de trabalho escravo contemporâneo são de pessoas negras. A

comunidade negra desde a colonização do Brasil é o principal público da violência institucional, que além de racializar sempre os impede de acessar direitos mínimos.

Os/as trabalhadores/as do corte agrícola da cana são majoritariamente negros/as, representando cerca de 93% do total (sendo 80% autodeclarados/as pretos/as e 13% pardos/as) (IBGE, 2021). Essa realidade está associada à inserção de pessoas escravizadas no plantio da cana desde a formação dos canaviais em Sergipe, o que preservou estruturas raciais que permanecem até os dias atuais. Esse cenário se agrava pelo fato de que ainda há resgate de trabalhadores/as em condições análogas à escravidão no campo. Segundo o Brasil Reporte (2022), 66% das pessoas resgatadas do trabalho escravo contemporâneo são negras. Desde a colonização do Brasil, a comunidade negra tem sido o principal alvo da violência institucional, que, além de racializar seus corpos, constantemente lhes nega o acesso a direitos mínimos.

Por isso, no Brasil, o desenvolvimento do modo de produção capitalista tem como aspecto inerente a reprodução estruturalmente desigual baseada na raça, no gênero e na classe. O capitalismo não somente constrói desigualdades, mas também constantemente atualiza-se continuamente. Logo, além da dominação econômica, a raça é utilizada estrategicamente para intensificar a exclusão racial (Martins, 2012b).

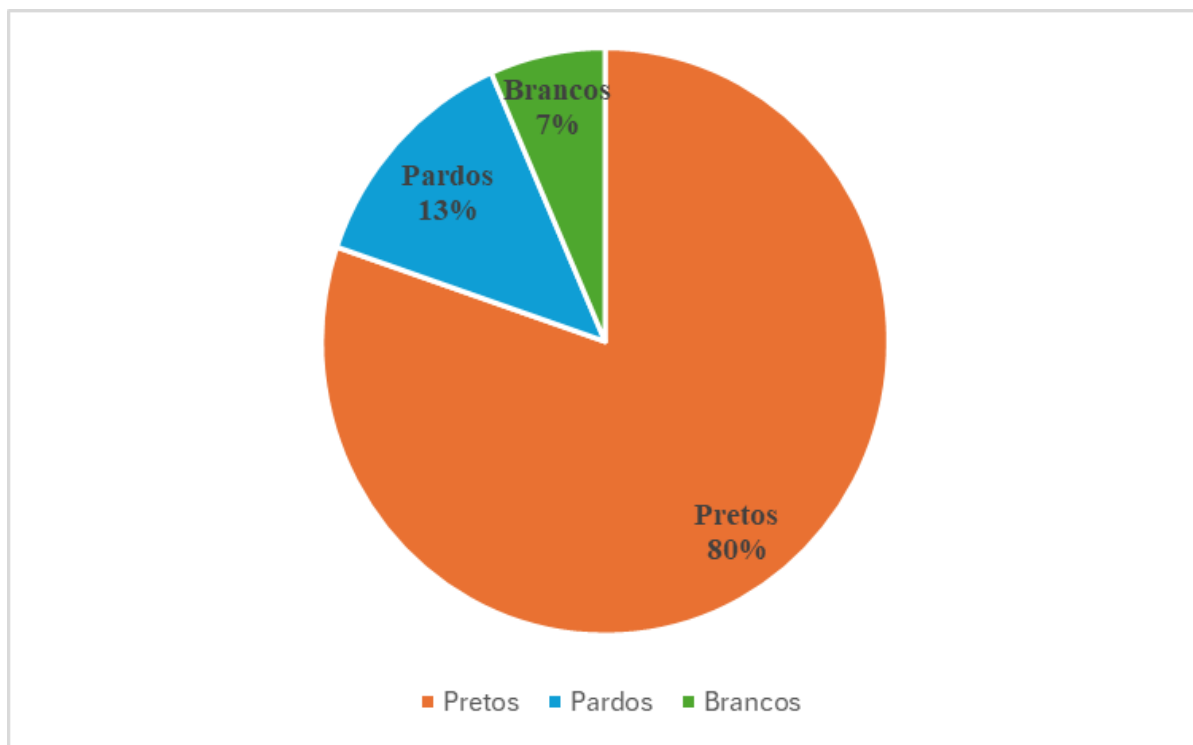
A introdução da força de trabalho negra serviu para a acumulação de capital pela burguesia. Esse processo ocorreu gradativamente, concomitantemente às transformações da identidade negra na sociedade. Tais mudanças foram necessárias para viabilizar a inserção dessa população no modo de produção capitalista. Vale considerar que é um “processo de revalorização, na ideologia racial do branco, abre espaço para o mito da democracia racial (sob a justificativa de “irmandade perante Deus”). No processo de redefinição do negro” (Guimarães; Carnut; Mendes, 2021, p. 5):

não faltarão elementos das condições histórico-econômicas e sociais do passado. Atributos e avaliações relativos aos escravos sobrevivem, reformulados, revelando uma tenacidade da ideologia racial do branco que o ritmo lento das transformações econômicas básicas explicam. Os próprios elementos destinados à redenção ideológica do negro denunciam essa persistência. Ao lado da reavaliação do trabalho, perduram avaliações negativas polarizadas em torno da cor (Ianni, 1966, p. 75).

Apesar de inserido na sociedade de classes, a população negra continuou executando atividades que exigiam grande esforço físico, como o trabalho desenvolvido no campo. Em

Capela, essa função é desempenhada majoritariamente por pessoas negras. Para efeito elucidativo, elaborou-se o gráfico 5 abaixo buscando facilitar os dados referentes aos trabalhadores canavieiros:

Gráfico 6 - Estrutura racial dos/as Trabalhadores/as em Capela/SE (2020)



Fonte: Censo Agro, IBGE (2017)

A superexploração dos/as trabalhadores/as ligados à agroindústria canavieira do município de Capela sinaliza as marcas passadas que continuam muito presentes na contemporaneidade. As raízes são tão profundas que invisibilizam uma história colonialista, marcada pelo latifúndio e o escravismo. As determinações do capital internacional alcançam as estruturas políticas, sociais e econômicas de uma cidade de pequeno porte fundada na produção da monocultura da cana.

De acordo com Martins (2012b), as desigualdades raciais existentes no Brasil são marcas da formação sócio-histórica, período esse que determinou “o lugar” das pessoas negras no campo profissional. Assim, a informalidade e precarização das relações de trabalho atingem principalmente a população negra.

É preciso sempre evidenciar que a precarização nas relações de trabalho no campo, em especial, dos canaviais, tem um rosto e ele é negro. As desigualdades raciais, o baixo salário, a

fragilidade no curso educacional são parte fundamental e intencional de uma sociedade estruturalmente de classes, racista e capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vocês não passaram metade do que seu pai passou”, dizia minha mãe, enquanto debulhava as vagens do feijão que seria vendido na feira. “Isso foi muito antes, muito antes de chegar para esta fazenda.” Meu pai havia nascido quase trinta anos após declararem os negros escravos livres, mas ainda cativo dos descendentes dos senhores de seus avós. Minha avó, Donana, tinha dado à luz o filho José Alcino em meio a uma plantação de cana na Fazenda Caxangá. Ele nasceu no meio de um charco, porque não haviam permitido que sua mãe deixasse de trabalhar naquele dia. Meu pai veio ao mundo cercado das mulheres que, assim como minha avó, cortavam apressadas a cana sob a vigilância dos capatazes da fazenda (Junior, 2018, p. 158).

No livro *Torto Arado* de Junior (2018), a princípio há uma certa dificuldade em identificar o período histórico que se passa na obra. Embora inicialmente seja possível supor que é possível ser no Brasil colônia quanto na contemporaneidade, no curso da obra o autor demonstra algumas pistas. Assim, é possível perceber as inalterações que constituíram bases estruturais de passado escravista que traz determinações no hoje. É uma história que ainda tem marcas abertas e rebete principalmente nos trabalhadores do campo.

O município de Capela construído sobre sucessiva degradação que preserva as estruturas latifundiárias no qual recai no “desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada” (Bambirra, 2013, p.117). Por isso, assumir como *locus* de estudo é um encargo laborioso, ciente de que é inexecutável esgotar os limites analíticos propostos. Contudo, o debate aqui construído ancora-se no seio da Economia Política e fundamentado pela Teoria Marxista da Dependência das relações de trabalho na agroindústria canavieira como centralidade.

Em razão disso, o aprofundamento do estudo deu-se a partir de uma aproximação mais minuciosa dos fundamentos políticos, sociais e econômicos que concernem a dinâmica de superexploração do trabalho pelo complexo agroindustrial canavieiro em sua singularidade no município de Capela-SE. Por isso, manter em perspectiva que as disparidades presentes na América Latina é parte de um processo de desenvolvimento dependente e dentro de sistema de dominação responsável pela produção/reprodução de características próprias no contexto do capitalismo contemporâneo.

A implantação da monocultura da cana-de-açúcar na região do Cotinguiba, a concentração de terra, a escolha pelo trabalho escravizado foram condições fundamentais para

inserir Capela em um cenário de deterioração social e econômica. O agravamento nas relações de trabalho tem se constituído, de forma contínua, na história de famílias em múltiplas gerações. O impacto da superexploração do trabalho, neste território, nos quais o Capital se expande e reafirma sua manutenção, reterritorializando novas dinâmicas de acumulação no espaço.

A atividade canavieira inseriu trabalhadores/as no cultivo da cana desde o século XVI, inicialmente na condição de pessoas escravizados/as, responsáveis por produzir mercadorias para acumulação capitalista nas economias centrais, contudo, após 500 anos, os trabalhadores, agora na condição de assalariados, continuam sendo submetidos a condições de trabalho semelhantes das colônias. O capital internacional segue se apropriando da mais-valia gerada pelas economias dependentes e renovando as maneiras de extrair mais lucro.

A formação sócio-histórica e econômica brasileira construiu o “padrão” do canavieiro, composto principalmente por homens, negros e jovens. Reflete uma trajetória de um desenvolvimento capitalista que utilizou trabalho escravizado negro para acumulação de capital. Tal permanência se evidencia quando mais de 90% dos/as trabalhadores/as ligados ao corte da cana em Sergipe são negros/as e possuem, no máximo, o quinto ano de escolaridade.

A estrutura fundiária de Sergipe, atrelada à baixa industrialização, posiciona esses/as trabalhadores/as em uma condição de extrema precariedade. Em um município de pequenas proporções como Capela, a principal fonte de emprego são as atividades ligadas à indústria canavieira. Diferentemente de outras regiões, os/as trabalhadores/as não residem nas propriedades da usina. O transporte é realizado pela própria empresa produtora de cana, que busca os/as cortadores/as em pontos específicos e os leva até o campo.

Com isso, a jornada de trabalho pode ultrapassar 14 horas diárias. Um/a trabalhador/a que acorda às 4 horas da manhã, prepara sua refeição e pega o ônibus da empresa às 5 horas é transportado para uma fazenda açucareira e inicia suas atividades por volta das 7h, estendendo-se até as 15h ou 16h. Em seguida, pega novamente o transporte até sua residência, chegando em casa entre 17h e 18h, de segunda a sábado. Na alta temporada da safra, ainda podem trabalhar também aos domingos.

As mudanças proporcionadas pelo incremento tecnológico, em suma, geram grandes riquezas — porém, apenas para o capitalista. Para a classe trabalhadora do campo canavieiro, na realidade de Capela, restam o subemprego, a permanência de relações raciais marcadas pelo racismo e desigualdades de gênero. Mesmo que as mulheres não sejam a preferência para o corte da cana, são frequentemente selecionadas para atividades como a “bituca da cana”, recebendo remunerações ainda menores. Assim, a incorporação de um arsenal tecnológico

revela-se como mais uma estratégia do capitalismo para superexplorar os/as trabalhadores/as da cana, diante da intensificação da necessidade de ampliar as margens de lucratividade.

Sob essa perspectiva, a pesquisa buscou analisar a superexploração do trabalho na agroindústria canavieira, examinando os arranjos do modelo de reorganização do trabalho na contemporaneidade no município de Capela, Sergipe. O compromisso assumido foi o de romper com uma compreensão aparente desse fenômeno e decifrar, a partir da dinâmica do capitalismo, as dimensões do trabalho nos canaviais, articuladas às novas determinações do capital. Dessa forma, desenvolveu-se um estudo bibliográfico e documental capaz de estabelecer a ligação entre a superexploração dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar e o processo de reprodução das relações capitalistas.

Para atender à questão, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1- levantar os determinantes históricos, sociais e econômicos do trabalho a partir de traços do capitalismo dependente das particularidades de Capela/SE; 2- examinar as transformações nas relações e condições de trabalho no setor sucroalcooleiro na atual década e 3- analisar as dinâmicas da superexploração do trabalho no setor canavieiro em Capela/Se na atualidade.

Diante disso, a hipótese apresentada foi: na reorganização do trabalho, o incremento de novas tecnologias na agroindústria canavieira modifica as relações produtivas contribuindo para a superexploração do/as trabalhador/a.

Para completá-los, primeiramente foram abordados os componentes formadores do capitalismo dependente, com breves considerações na América Latina, no Brasil, no Nordeste e em Sergipe que posteriormente serviram de bases para conhecer a realidade do trabalho canavieiro em Capela/SE.

Os dados apontaram que o território brasileiro surgiu diretamente vinculado à reprodução capitalista em escala global, inaugurando o desenvolvimento de uma economia dependente das determinações do capital internacional. A superexploração do trabalho manifesta-se por meio da intensificação da extração da força de trabalho vivo, constituindo um traço estrutural de nações como o Brasil.

Diante disso, a formação de grandes propriedades rurais não foi fruto do trabalho, mas resultado da expropriação de terras, posteriormente distribuídas conforme os interesses das economias centrais. A produção de cana-de-açúcar foi iniciada em larga escala para atender ao mercado externo, especialmente por meio da exportação de açúcar. Ademais, a utilização de pessoas negras escravizadas foi uma escolha deliberada, funcional ao projeto de acumulação colonial. Esse tipo de monocultura é responsável por expressiva degradação ambiental e produz

múltiplos impactos sociais e nas relações de trabalho. Em Capela, por exemplo, a cana-de-açúcar, ainda hoje, sustenta grande parte da dependência econômica do município.

Apesar do encerramento legal da escravidão sobrou para eles a realização de “atividades agrícolas e nas regiões mais “atrasadas” e “decadentes” do país, o/a trabalhador/a negro/a superexplorado/a e sem direitos acabou convivendo muito tempo – m esmo após a abolição – com relações reproduzidas do regime escravocrata” (Martins, 2012b, p. 121). Isso foi um fator determinante para que hoje, em Capela/SE mais de 90% dos trabalhadores/as da cultura da cana sejam negros/as (Censo Agro, IBGE, 2017).

O trabalho na agroindústria canavieira passou por mudanças ao longo do tempo, condicionadas por aperfeiçoamentos tecnológicos e adoção da colheita mecanizada modificando as relações produtivas e intensificando a superexploração laboral.

As transformações tecnológicas presentes no setor são essencialmente orientadas para a ampliação dos lucros, e seu principal impacto no cotidiano do/a trabalhador/a é o aprofundamento da superexploração da força de trabalho. A mecanização da agroindústria canavieira vem produzindo efeitos significativos sobre os/as cortadores/as de cana, que, desde o final do século XX, enfrentam cobranças cada vez mais rigorosas para intensificar o ritmo produtivo, e “alcançar” as máquinas. Isso, obviamente, é inviável já que “o trabalho de uma colheitadeira equivale a 100 cortadores. O rendimento médio do corte manual é de 5 a 6 toneladas/ dia por pessoa. O da máquina é de 15 a 20 toneladas/hora” (Costa Neto, 2006, p 19). A diminuição dos postos de trabalho entre os anos de 2011 e 2021 demonstrou a diminuição cerca de 57% do número de cortadores/as de cana na agroindústria canavieira.

É importante considerar que Sergipe tem somente 22,9% de mecanização na safra de 2023/2024, esse ainda é um percentual pequeno. É indiscutível que existe uma redução do número de cortadores de cana em Capela–SE ao longo dos anos. No Brasil, entre 2011 e 2021, registrou um declínio de quase 60% no número de cortadores de cana. A região sudeste já mecanizou praticamente 100% da sua produção. Contudo, a tecnologia inserida na agroindústria canavieira apresenta baixa utilização de recursos tecnológicos de ponta, principalmente quando é comparada com a soja, por exemplo (Oliveira, 2021).

Os trabalhadores do corte da cana sofrem com a superexploração do trabalho nos canaviais, no entanto, pelo investimento limitado de aparato tecnológico. Uma vez que desde o fim da escravidão essa atividade continua sendo marcada pela herança escravista. Diante disso, a

fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT) resgatou cerca de 40 trabalhadores em situação análoga à de escravo no município de Capela, a 64 km de Aracaju (SE). O flagrante ocorreu durante operação realizada no dia 25 de setembro. Os resgatados trabalhavam para a Usina Taquari e haviam sido recrutados por José Carlos Barbosa de Lima (contratado da usina) para prestar serviços como cortadores de cana. Eles estavam alojados em casebres, sem as mínimas condições de higiene. Dormiam em colchões sujos, sem lençóis e alguns, no chão. Cada alojamento abrigava 13 trabalhadores. Nos locais, não havia fogões, nem geladeiras. Segundo os trabalhadores, a empresa lhes cobrava R\$ 225 para pagamento de despesas, como moradia e alimentação (CUT, 2014)

Assim, a superexploração do trabalho quando há uma realocação de recurso do fundo do cortador de cana é acumulado pelo capitalista com o intuito de aumentar os lucros (Luce, 2019). No município de Capela, a cana cortada não é pesada ao final do expediente; ou seja, o trabalhador não sabe quantas toneladas serão contabilizadas em seu pagamento. No Brasil, os trabalhadores que atuam na mecanização recebem, em média, 50% a mais do que os cortadores de cana manual. Contudo, essa disparidade salarial não se mantém quando se comparam as regiões Nordeste e Sudeste. No município de Capela, 73% dos/as cortadores/as de cana recebem apenas um salário-mínimo.

Para Luce (2019) o prolongamento da jornada e a intensificação do ritmo de trabalho são fatores inerentes à superexploração da força de trabalho. Nos canaviais, como demonstrado anteriormente, a jornada ultrapassa 14 horas diárias. Considerando que Capela é cercada por complexos agroindustriais canavieiros, os/as trabalhadores/as que residem na zona rural mais próxima das usinas precisam acordar ainda mais cedo para pegar o transporte oferecido por elas e se deslocar até as plantações de cana.

Por fim, discutir a superexploração dos trabalhadores nos canaviais é uma tarefa urgente, pois eles/as têm sua vitalidade gradativamente reduzida. O perfil etário dessa força de trabalho vem se alterando: os/as trabalhadores/as estão envelhecendo nas plantações, o que implica a diminuição do vigor físico em uma atividade remunerada por produção. Cada tonelada de cana cortada representa não apenas desgaste corporal, mas também a redução da expectativa de saúde física e mental.

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, A. Fundamentos Geográficos da História Brasileira. In: HOLANDA, S. B.
- ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Saúde e Trabalho Rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997.
- ALMEIDA, M. G. D de. Sergipe: fundamentos de uma economia dependente/ Maria da Gloria Santana de Almeida - Petropolis, Vozes, 1984.
- ALÔ SERGIPE. **Capela recebe quase seis milhões em investimentos por meio do programa Sergipe é Aqui**. Alô Sergipe, 2023. Disponível em: <https://aloserpipe.com/politica/capela-recebe-quase-seis-milhoes-em-investimentos-por-meio-do-programa-sergipe-e-aqui/>.
- ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade* v.15, n.3, p.90-98, set-dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>.
- ALVES, F. Processo de Trabalho e Danos à Saúde dos Cortadores de Cana. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.3, n.2, Artigo 2, abr./ agosto, 2008.
- ALVES, G. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho / Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- _____. 1953- Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfozes e a centralidade do mundo do trabalho / Ricardo L. Antunes. - 11. ed. - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- AMARAL, M. S. DUARTE, P. H. E. Superexploração da força de trabalho: uma proposta metodológica de análise *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 146(3), e-6628344, 2023 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/VMbkNtdpBxrtLRcpV8jhYgj/?format=pdf>
- AMARAL, S. P. do. Um pé calçado, outro no chão : liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)/ Sharyse Piroupo do Amaral; prefácio, Walter Fraga. - Salvador: EDUFBA ; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.
- ANTUNES. R. A dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels/ Ricardo Anthunes (org.) - São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARAÚJO, A. M. DE. Caldo de Cana, Bagaço de Gente: desproteção e degradação do trabalhador na agroindústria canavieira. 2013. 132 f. Dissertação de mestrado em Serviço Social – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- BAMBIRRA, V. O Capitalismo Dependente Latino-Americano. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE (BANESE). Programa Mão Amiga. Disponível em: <https://www.banese.com.br/setor-publico/produtos-e-servicos/social/programa-mao-amiga>.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). BNDES Crédito Rural. [s.d.]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wantivityurl/bndes-credito-rural>

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

BARBOSA, W. do N. **Neocolonialismo: um conceito atual?** *Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Ano IV, n. 8, p. 7-?, dez. 2011. Dossiê – II Seminário Sankofa: “Descolonização e Racismo: atualidade e crítica.

BARRETO, M. J. JÚNIOR, A. T. Os Impactos Territoriais da Monocultura da Cana-de-Açúcar no Pontal do Paranapanema-SP. *Revista Pegada* – vol. 13 n.2, 2012.

BOAS, L. G. V. *Notas sobre a migração campo-cidade e a monocultura no Brasil*. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 189–209, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/39181>.

BORBA, F. V. N.; SANTOS, Â. M.; BERTOLDO, E. O precário mundo do trabalho dos cortadores de cana e sua relação com a escolaridade. *Revista Lugares de Educação*, João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 65–77, set. 2012.

CAMPOS, R. L. S. de. Qualificação Profissional e Sindicatos. Entre Estado, Capital e Trabalho: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto. Tese de doutorado, 2007. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2f759959-7337-4d6c-875f-29170d841100/content>.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPOS, Pedro Moacyr (org.). História geral da civilização brasileira: o brasil monárquico 4: declínio e queda do império. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. Tomo II.

CAPELA (SE). Lei nº 662, de 31 de agosto de 2022. Dispõe sobre a Instituição do Brasão e da Bandeira como símbolos oficiais do município de CAPELA, Estado de Sergipe, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Capela*, Capela, 31 de agosto de 2022. https://capela.se.gov.br/sites/capela.se.gov.br/files/legislacao_e_atos/Lei%20662-2022%20-%20Institui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Bandeira%20e%20s%C3%ADmbolo.pdf

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro. v 11, 2013.

CASSIN, Marcos; BOTIGLIERI, Monica Fernanda; VALE, Samila. Reestruturação produtiva no campo e as novas exigências de educação, formação e qualificação. In: BEZERRA NETO, LUIZ; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. (Orgs.); *Educação do campo em discussão: reflexões sobre o Programa Escola Ativa*. 2011. <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-para-o-campo-em-discussao-reflexoes-sobre.pdf/view>.

CASTRO, M. H. G. Avaliação do sistema educacional brasileiro: Tendências e perspectivas. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação, 1998.

CAVALCANTI, Tiago Muniz Sub-humanos [recurso eletrônico]: o capitalismo e a metamorfose da escravidão / Tiago Muniz Cavalcanti. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

CONAB. Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, 2023.

CONAB. BOLETIM DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 2023. DISPONÍVEL EM: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/boletim-da-safra-de-cana-de-acucar>.

CORRÊA, H. F; CARCANHOLO, M. D. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 44, p.10-30, jun./set. 2016. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/192>.

COSTA NETO, J. D. A cana em tempo bom. Revista CREA-PR, Curitiba, n. 41, p. 16-19, 2006. Disponível: <https://revista.crea-pr.org.br/wp-content/uploads/2021/07/revista41.pdf>

COTRIM, G. História e Consciência do Brasil. 1. Ed. Editora Saraiva, 1995.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Fiscalização resgata trabalhadores em Capela (SE)**. São Paulo, 1º out. 2014.

DIAS, F. M. F. A pequena cidade e o agronegócio: o caso de Canitar – SP. *Geografia (Londrina)*, Londrina, v. 30, n. 2, p. 69–89, jul. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/41353>.

DOS SANTOS, T. 40 anos da Teoria da Dependência: a estrutura da dependência. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Ano 13 - 2011 São Paulo: Plêiade, 2011. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/issue/view/38>.

DOS SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. México: Era, 1968.

DOS SANTOS, T. Forças produtivas e relações de produção: ensaios introdutórios / Theotonio dos Santos: tradução de Hugo Pedro. – Petrópolis, Vozes, 1986

EISENBERG, P. L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FEITOSA, C. O. As transformações recentes da economia Sergipana: 1970-2005 / Cid Olival Feitosa. - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

FERLINI, V. L. A. A civilização do açúcar. São Paulo, SP. Editora Brasiliense, 1998.

_____. Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. Bauru, SP. EDUSC, 2003.

FERRO, J. R. Aprendendo com o Ohnoísmo" (Produção Flexível em Massa): lições para o Brasil. Revista de Administração de Empresas São Paulo, 30 (3) 57-68 Jul.Set. 1990.

FERNANDES, F. *O capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FRANÇA, V. A.; CRUZ, M. T. S. (Org.). *Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa: Grafset, 2007.

FREIRE, F. 1859-1916 *História de Sergipe (1575 - 1855)* / Felisbello Firmo de Oliveira Freire.- 3. ed. - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GALEANO, E. H. *As veias abertas da América Latina*, Porto Alegre, RS: L&PM, 2022

GARAGEM SE. Usina Taquari inicia safra 2023/2024 com boa expectativa na produção de açúcar e etanol, 2023. Disponível: <https://garagemse.com.br/2023/09/usina-taquari-inicia-safra-2023-2024-com-boa-expectativa-na-producao-de-acucar-e-etanol/>.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social* / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DE SERGIPE. Usina Taquari gera mais de 2.700 empregos diretos, 2021. Disponível: https://www.se.gov.br/noticias/Governo/com_incentivos_do_estado_usina_taquari_gera_mais_de_2_700_empregos_diretos.

GOVERNO DE SERGIPE. Governador prestigia inauguração da Agro Industrial Campo Lindo, 2008 Disponível: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/governador-prestigia-inauguracao-da-agro-industrial-campo-lindo?> .

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Governo entrega cartões a novos beneficiários do Mão Amiga Cana a partir desta segunda, 21*. Sergipe, 18 jun. 2021. Disponível em: https://sergipe.se.gov.br/noticias/assistencia-social/governo_entrega_cartoes_a_novos_beneficiarios_do_mao_amiga_cana_a_partir_dest_a_segunda_21.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Governo paga quarta parcela do Mão Amiga a trabalhadores do corte da cana nesta quarta*. Sergipe, 29 set. 2020. Disponível em: https://sergipe.se.gov.br/noticias/assistencia-social/governo_paga_quarta_parcela_do_mao_amiga_a_trabalhadores_do_corte_da_cana_nesta_quarta.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Adema fiscaliza queima irregular de cana em Rosário do Catete**. Governo do Estado de Sergipe, [S. l.], 23 abr. 2024. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias/meio-ambiente/adema_fiscaliza_queima_irregular_de_cana_em_rosario_do_catete?

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Inscrições para o Mão Amiga Cana-de-Açúcar 2025 são prorrogadas até o dia 28 de abril. Publicado em 23 abr. 2025. Disponível em: https://sergipe.se.gov.br/noticias/assistencia-social/inscricoes_para_o_mao_amiga_cana_de_acucar_2025_sao_prorrogadas_ate_o_dia_28_de_abril.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Trabalhadores Rurais de Capela recebem cartão e senhas do Programa Mão Amiga Cana*. Aracaju: Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania, [s.d.]. Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/trabalhadores-rurais-de-capela-recebem-cartao-e-senhas-do-programa-mao-amiga-cana/>.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Trabalhadores Rurais de Sergipe recebem a primeira parcela do Programa Mão Amiga Cana-de-Açúcar*. Aracaju: Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania, 2023. Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/trabalhadores-rurais-de-sergipe-recebem-a-primeira-parcela-do-programa-mao-amiga-cana-de-acucar/>.

GRAZIANO, J. S. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. 2 ed. Rev. - Campinas, SP: UNICAMP IE, 1998. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/anovadinamicadaagriculturabrasileira.pdf>

GUANAIS, J. B. No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre padrões e cortadores de cana em Cosmópolis - SP / Juliana Biondi Guanais - Campinas, SP: [s. n.], 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281955/1/Guanais_JulianaBiondi1985_-_M.pdf.

GUIMARÃES, C. A.; CARNUT, L.; MENDES, Á. A questão racial e os limites do desenvolvimento econômico-social brasileiro: uma perspectiva crítica. *América Latina en la Historia Económica*, 2021.

_____. Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira. Juliana Biondi Guanais. - - Campinas, SP: [s. n.], 2016

GULLAR, F. O açúcar. In: Dentro da noite veloz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, Supl., p. 57-65, 2002.

IANNI, O. A Formação do Proletariado Rural no Brasil – 1971. In: João Pedro Stédile (org). A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980/ -2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IANNI, O. *Escravidão e racismo*. EDITORA HUCITEC, São Paulo, 1978.

IANNI, O. (1966). *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
Ianni, O. (1994). *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Capela: Sergipe. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/capela.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tabela 5457 – Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>.

JORNALCANA. A Nova Campo Lindo renasce após sofrer duro golpe, 2024. Disponível: <https://jornalcana.com.br/usinas-notas/a-nova-campo-lindo-renasce-apos-sofrer-duro-golpe/>.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003

LENIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Tradução de Boris Schnaiderman. 3. ed. São Paulo: Global, 2011.

LESSA, S. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. - São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, L., M., A., de. ENTRE O MODERNO E O ARCAICO: uma análise das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro no contexto do capitalismo contemporâneo no Brasil. 2018. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

LOPES, E. S. A.. Um balanço da luta pela terra em Sergipe – 1985/2005. Scientia Plena, v. 3, n. 1, p. 6–17, 2007. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/600>

LOWY, M. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.” Revista outubro, n. 1, 1998

LUCI, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 32, p. 119-141, 2012.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MARTINELLI, M. L. Uso de abordagens qualitativas nas pesquisas em serviço social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Vol. I, tomo II. Os Economistas, São Paulo, Nova Cultura, 1996a.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo do capital. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII)*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012b

MARTINS, T. C. S. Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. Tese (Doutorado) — UFPE, Recife, 2012a

MATTOSO, J. E. L. “O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados”. IN: OLIVEIRA, C. A. et al. (Org) O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: ED. Páginas abertas: 1994 Disponível: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/O%20Mundo%20do%20Trabalho%20Crise%20e%20Mudanca%20no%20Final%20do%20Seculo.pdf>.

MENDONÇA, J. U. de. Sergipe panorâmico: geográfico, político, histórico, econômico, cultural, turístico e social / organizador [de] Jouberto Uchô de Mendonça, Maria Lúci Marques Cruz e Silva -Aracaju/SE: EDUNIT, 2021.

MEILLASSOUX, C. Mulheres, celeiros e capital. Porto: Gráfica Firmeza, 1977.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. PORTARIA Nº 49, DE 14 DE MAIO DE 2018. Disponível: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-risco-climatico/portarias/safra-vigente/sergipe/word/PORTN49CANADEAUCARSEQSE.pdf>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ONZE TRABALHADORES SÃO RESGATADOS EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO EM SERGIPE. 2022 Disponível em: <https://www.prt20.mpt.mp.br/procuradorias/prt-aracaju/988-onze-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicao-analoga-a-escravidao-em-sergipe>

MOREIRA, C. A.; ARAÚJO, N. B. de. SOB O JUGO DO CAPITAL E DO ESTADO: Um estudo sobre os trabalhadores rurais e sua inserção na assistência social no município de São José da Bela Vista – SP. 2012. 113f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

MOURA, C. S. de A. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, A. do, 1914-2011 O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado / Abdias Nascimento. - 1. ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, J. A. A Economia Sergipana e a Integração do Mercado Nacional (1930/90), 1994.

NETO, J. C. X. A. O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização. Tese de Doutorado em Geografia - Universidade de São Paulo, 1990.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. Introdução ao Método na Teoria Social. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NOVAES, J. R. *Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão*. Revista Rurais, Campinas, v. 3, n. 1, p. 103–127, jan.–mar. 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ceres/ruris-3-1-trabalho_nos_canaviais.pdf.

OLIVEIRA, R. P. Estudo da aplicação da tecnologia 4.0 na produção de cana-de-açúcar [Trabalho de graduação, UNICESUMAR]. Repositório Institucional UNICESUMAR. 2021

OLIVEIRA, A. U. de. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. *Boletim Paulista De Geografia*, 2017. Disponível: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/953>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OSÓRIO, J. Dependência e superexploração. IN: *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Rui Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio de Janeiro, 2009.

OSÓRIO, J. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada. *Direito e Práxis*: Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016.

OSÓRIO, J. Sobre Superexploração e Capitalismo Dependente. *Caderno CrH*, Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, Set./Dez. 2018.

PADRÃO, L. N. “O trabalho na cana-de-açúcar, reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais”. In: *...São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, vol. 11, n.º 1, jan/mar 1997 Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf.

PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*/ Geraldo Augusto Pinto. - 3 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POMAR, W. *Os latifundiários* / São Paulo: Página 13, 2009.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php, acesso 2024.

REPÓRTER BRASIL. *Pessoas negras são 66% das resgatadas do trabalho escravo no Brasil*. Escravo, nem pensar!, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/educarb/92-pessoas-negras-sao-66-das-resgatadas-do-trabalho-escravo-no-brasil/>.

RODRIGUES, G. S. S. C, 1963- A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil [recurso eletrônico]: perspectivas geográfica, histórica e ambiental / Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues, Jurandyr Luciano Sanches Ross. – Uberlândia: EDUFU, 2020.

SALATA, R. Novas Formas de Organização da Produção Canavieira na Região de Ribeirão Preto/SP: qualificação profissional e o “Programa Renovação”. Araraquara – São Paulo, 2013.

SANT’ANA, R. S. Trabalho Bruto no Canavial: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT’ANA, R. S. et. al. O Ex-Trabalhador Rural do Corte de Cana como Usuário da Política social: o impacto sócio econômico do desemprego no campo. In: VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais., 2016, Araraquara. VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais. ?30 de assentamentos na Nova República?. Araraquara, 2016.

SANTOS, O, I R. As Relações de Trabalho nos Canaviais. Trabalho de Conclusão e Curso, 2021.

SATURNINO, S. M. Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência! Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Centro de Humanidades. UFCG. Campinas Grande - PB, 2011.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO AO TRABALHO. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar / 2024>.

SERGIPE (Estado). Lei nº 9.488, de 9 de julho de 2024. Confere à Cidade de Capela o título de “Capital Sergipana da Cana-de-Açúcar”. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Aracaju, 9 jul. 2024. Disponível em: <https://legison.pge.se.gov.br/uploads/atos/30684/LO-9488-2024.pdf>.

SERRA, E. Os mecanismos da superexploração da força de trabalho. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v. 19, n. 2, p. 587–598, jul./dez. 2015.

SHIKIDA, P. F. A; Bacha, C. J. C. Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995. *RBE Rio de Janeiro* 53(1):69-89 JAN.fMAR. 1999 Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/746/1740>.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

SILVA, M. A. de M. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 11- 46, jan./jun. 2011.

_____ “Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?” *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 359-391, 2013.

SIGAUD, L. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SOARES, M. S676e Escravidão e dependência / Marcela Soares. – Marília: Lutas Anticapital, 2022.

SOUZA, C. H. dos S. Panorama das cidades médias do interior do Nordeste: uma proposta de análise histórica e socioeconômica / Cícero Harisson dos Santos Souza. – 2021.

STEDIELE, J. P. A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stédile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SUBRINHO, J. M. P. História econômica de Sergipe (1850-1930)- São Paulo: Ed. Universidade/UNICAMP, 1983.

SUBRINHO, J. M. P. Melo, R. O. L. Breve histórico da indústria sergipana VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas, Aracaju/2007.

TEIXEIRA, A. A. A reestruturação produtiva no complexo agroindustrial sucro-alcooleiro- São Paulo:s.n.,1999. Dissertação (Mestrado)-PUCS.

TRASPADINI, R, S. América Latina: entre pontes, muros e oceanos. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 27-47, jan./abr. 2016. Disponível:<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11550/8784>.

TERAMOTO, E. R. Avaliação e aplicação de modelos de estimativa de produção de cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*) baseadas em parâmetros do solo e do clima / Edson Roberto Teramoto. - - Piracicaba, 2003

ÚNICA. BRASIL: O Maior Produtor Mundial de Açúcar, 2023. Disponível em: <https://unica.com.br/setor-sucroenergetico/acucar/>.

USINA PINHEIRO. Conheça a Usina Pinheiro. Disponível: <https://usjp.ind.br/a-empresa/>

WAGNER, A. Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. 2005. 165 fl. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

ZIMMERMANN, C. L. MONOCULTURA E TRANSGENIA: IMPACTOS AMBIENTAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR. Veredas do Direito, Belo Horizonte, 2009.